

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Roberto da Fonseca Domingues

Aspirante a Oficial de Polícia

Trabalho de Projecto do Mestrado em Ciências Policiais

XXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Violência contra Polícias na Divisão Policial de Loures

Prevalência, Factores individuais, Situacionais, Organizacionais e Sociais e
Estratégias de Prevenção

Orientador:

Professor Doutor Eduardo Viegas Ferreira

LISBOA, 26 DE ABRIL DE 2010





Estabelecimento de ensino	<i>Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna</i>
Curso	<i>XXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia</i>
Orientador	<i>Professor Doutor Eduardo Viegas Ferreira</i>
Título	<i>Violência contra Polícias na Divisão Policial de Loures Prevalência, factores Individuais, Situacionais, Organizacionais e sociais e estratégias de Prevenção</i>
Autor	<i>Roberto da Fonseca Domingues - Aspirante a Oficial de Polícia</i>
Local de Edição	<i>Lisboa</i>
Data de Edição	<i>Abril de 2010</i>



“Entre nós, muito.
Pelos outros, tudo.”

(Excerto do Hino do ISCPSI)

À Minha Mãe amada, um anjo, Maria Helena da Fonseca Domingues.

Ao meu querido pai, Amadeu Augusto Guerra Domingues.

À minha doce irmã, Sónia da Fonseca Domingues.

A ti, Ana, meu amor.

A toda a minha família.

ÍNDICE

ÍNDICE.....	I
ÍNDICE DE ANEXOS.....	III
ÍNDICE DE TABELAS.....	IV
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	V
AGRADECIMENTOS.....	VI
RESUMO.....	VII
LISTA DE SIGLAS.....	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	4
1. Conceitos Fundamentais.....	4
1.1 Polícia e Funções de Polícia.....	4
1.2 Violência.....	7
1.3 Enquadramento Jurídico.....	8
2. FACTORES ASSOCIADOS À VIOLÊNCIA CONTRA POLÍCIAS.....	11
2.1 Factores individuais.....	11
2.1.1 Do polícia.....	11
2.1.2 Do agressor.....	12
2.2 Factores situacionais.....	13
2.3 Factores organizacionais.....	14
2.4 Factores sociais.....	15
3. ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA POLÍCIAS.....	17
3.1 Jurídicas.....	17
3.2 Organizacionais.....	17
3.3 Situacionais.....	19
3.4 Sociais.....	20
PARTE II - METODOLOGIA.....	21

4.1 Introdução	21
4.2 Métodos e técnicas de recolha de informação	21
4.2.1 Amostra	21
4.2.2 Instrumentos de recolha de informação.....	23
4.2.3 Procedimentos	26
4.3 Métodos e técnicas de tratamento e de análise de informação	27
4.3.1 Análise Documental	27
4.3.2 Análise de conteúdo.....	28
4.4 Registo dos crimes contra elementos policiais	29
5 DESCRIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
Introdução	31
Descrição dos Resultados:.....	31
Características do elemento policial agredido	31
Caraterísticas do agressor	34
Caracterização da agressão/Factores situacionais.....	38
Características das vítimas envolvidas	46
Factores organizacionais	46
Factores sociais	49
Análise e Discussão dos resultados	50
Estratégias de prevenção de agressões contra elementos policiais e apoios aos elementos agredidos.....	58
CONCLUSÃO	61
BIBLIOGRAFIA.....	64
ANEXOS	69

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I – GRELHA DA ANÁLISE DE EXPEDIENTE	70
ANEXO II – OFÍCIOS	74
ANEXO III – ENTREVISTA Nº. 1	78
ANEXO IV – ENTREVISTA Nº. 2	83
ANEXO V – ENTREVISTA Nº. 3	88
ANEXO VI – ENTREVISTA Nº. 4	94
ANEXO VII – ENTREVISTA Nº. 5	99
ANEXO VIII – ENTREVISTA Nº. 6	104

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Género do elemento agredido	31
Tabela 2 - Posto do elemento agredido	33
Tabela 3 - Naturalidade do agressor	35
Tabela 4 - Nacionalidade do agressor	36
Tabela 5 - Situação profissional do agressor	36
Tabela 6 - Profissão do agressor	36
Tabela 7 - Agressor de Membro/Gang	37
Tabela 8 - Antecedentes criminais do agressor	37
Tabela 9 - Agressor sob influência de álcool/estupefacientes	38
Tabela 10 - Tipo de serviço do polícia agredido	38
Tabela 11 - Polícias presentes na altura da agressão	38
Tabela 12 - Meio de agressão utilizado	39
Tabela 13 - Tipo de ocorrência que originou a violência	40
Tabela 14 - Crimes cometidos pelo agressor	41
Tabela 15 - Freguesias onde ocorreram as agressões	41
Tabela 16 - Locais onde se deu a agressão	42
Tabela 17 - Situação em que ocorreu a agressão	42
Tabela 18 - Número de agressores presentes na ocorrência	43
Tabela 19 - Testemunas da agressão	44
Tabela 20 - Número de elementos polícias agredidos por ocorrência	44
Tabela 21 - Número de agressões por mês	45

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Escalões etários.....	32
Gráfico 2 - Habilitações literárias do elemento policial.....	33
Gráfico 3 - Estado civil do polícia agredido.....	33
Gráfico 4 - Tempo de serviço do polícia agredido.....	34
Gráfico 5 - Género do agressor	34
Gráfico 6 – Idade do agressor	35
Gráfico 7 - Estado Civil do agressor	35
Gráfico 8 - Morada do agressor/local da agressor.....	37
Gráfico 9 - Cuidados médicos concedidos ao polícias agredido.....	39
Gráfico 10 - Polícias agredidos mais de uma vez nos anos em estudo	39
Gráfico 11 - Tipo de intervenção policial	41
Gráfico 12 - Agressor acompanhado ou só na hora da agressão.....	43
Gráfico 13 - Horas a que ocorreu a agressão.....	45
Gráfico 14 - Dias em que ocorreram as agressões	45

AGRADECIMENTOS

Chegado ao fim destes anos passados no seio de uma grande família, vivenciando momentos de alegria e de dificuldade, chega a hora de agradecer a todos aqueles que me acompanharam e apoiaram nesta caminhada.

Agradeço ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna pela formação que me deu, permitindo-me ingressar nesta grande corporação que é a Polícia de Segurança Pública e por aquilo que me fez crescer como Homem.

Ao Senhor Professor Doutor Eduardo Viegas Ferreira que me ajudou e orientou na elaboração do trabalho final de curso.

A todos os entrevistados que se disponibilizaram a ajudar-me e tornaram possível a realização deste trabalho.

Obrigado Ascensão, Rodrigues, Afonso, Chefe Teixeira, Subcomissário Soares e todo o restante efectivo da Esquadra de Sacavém pela forma como me acolheram no estágio prático de Aspirantes e por tudo o que me ensinaram e permitiram aprender, sempre com grande amizade e dedicação.

A ti Sérgio Antunes, homem de grande nobreza e lealdade, um grande obrigado, por tudo o que me ensinaste e pelos momentos que passamos, que nunca esquecerei.

A todos os grandes amigos que aqui encontrei, Toscano, Paulo, Velho, Marques, Marta, Catanho, Canado, Amaral, Gíria, Joel, Pimenta, Pedro Pereira, pela amizade que me deram e pela vossa presença ao longo destes 5 anos. Que a vida nunca nos separe.

RESUMO

O presente trabalho tem por objectivo dar a conhecer uma face da realidade policial, a violência contra os elementos da PSP. Aqui, houve a preocupação de estudar casos em que se verificaram agressões por violência física mas também por violência verbal.

Foi realizado um estudo essencialmente descritivo na área da Divisão de Loures, uma vez não ter sido possível fazê-lo na área do COMETLIS.

O trabalho desenvolveu-se através da recolha documental e realização de entrevistas. Numa primeira fase recolheram-se dados a partir do expediente elaborado naquela Divisão, consequente de agressões perpetradas contra elementos da PSP. Esta recolha visou obter informação sobre os factores individuais, situacionais, organizacionais e sociais que estiverem na origem da agressão e a existência de outras vítimas que poderiam ter sido atingidas pelo agressor. As entrevistas foram realizadas a polícias agredidos e ao Comandante da Área Operacional da área em estudo, com o objectivo de descortinar informação impossível de obter através da análise de expediente, como as estratégias de prevenção existentes e os apoios prestados aos elementos policiais. O principal intuito foi perceber todas as características da situação, para conseguir traçar estratégias de prevenção que pudessem, num futuro próximo, diminuir a ocorrência de tais acontecimentos.

Palavras-chave: Violência; Elementos Policiais; Prevalências; Estratégias de Prevenção; Apoio.

LISTA DE SIGLAS

ACIDI – Alto-comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural

COMETLIS – Comando Metropolitano de Lisboa

CP – Código Penal

CPP – Código de Processo Penal

CRP – Constituição da República Portuguesa

EUA – Estados Unidos da América

EUROCOP – European Confederation of Police

GIC – Comissão para a cidadania e igualdade de género

GNR – Guarda Nacional Republicana

INTREP – Relatório de informações

IPJ – Instituto Português da Juventude

LEOKA – Law Enforcement Officers Killed and Assaulted

LSI – Lei de Segurança Interna

NDD – Núcleo de Deontologia e Disciplina

NUIPC – Número Único de Identificação de Processo Crime

OPC – Órgão de Polícia Criminal

PSP – Polícia de Segurança Pública

SEF – Serviço de Estrangeiro e Fronteiras

SEI – Sistema Estratégico de Informação

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

INTRODUÇÃO

A violência contra elementos policiais não representa um acto apenas contra um polícia só, mas um acto contra toda a sociedade e contra o próprio Estado, na medida em que a polícia é a face visível do Estado.

Portugal, tal como outros países ocidentais, assiste hoje a um aumento da denominada “criminalidade violenta e grave” (Rodrigues, 2006). Para controlar este fenómeno existe um órgão regulador da vida social, a polícia, que tem por objectivos a manutenção da paz e da ordem social bem como a defesa da legalidade democrática, a manutenção da segurança interna e dos direitos dos cidadãos¹.

A falta de estudos relativos a este assunto, violência contra polícias, ao contrário da abundância de trabalhos que se encontram ao procurar violência empregue pela polícia contra cidadãos, deve-se ao facto de se considerar algo normal os polícias serem alvo de agressões devido às situações de alto risco em que são envolvidos por inerência das funções que desempenham (Margarita, 1980).

De acordo com dados da Eurocop (2003), a violência contra polícias não deveria ser vista, em caso algum, como uma condição automática inerente à profissão. Não existe relação directa entre a palavra polícia e a palavra agressão ou violência. No entanto, não existe apoio suficiente, por parte da população ou por parte do Estado, aos polícias vítimas de agressões².

De modo a não esquecer tema tão importante, actual e delicado, pretende-se com este trabalho estudar a violência física e verbal contra polícias, isto porque a segunda forma de violência pode também ter efeitos nefastos e irrecuperáveis na vida humana³. Este trabalho foi realizado na Divisão Policial de Loures. Um dos factores que contribuiu para a escolha deste campo de observação a Divisão foi, em primeiro lugar, o facto de como estagiário, ter passado a primeira fase do mesmo, por esta Divisão Policial, algo que permitiria conhecer melhor este local e a realidade ali presente. O segundo factor a ter em conta foi a quantidade significativa de agressões verbais e físicas, registadas contra elementos policiais ao longo dos anos de 2008 e 2009, os anos em apreciação neste estudo.

¹Constituição da República Portuguesa (1976)

² Eurocop, Voice of the police in europe. *Violence against Police Officers is Violence against Society*. Conclusion of the project on violence against police officers. September 2003

³ <http://.wordpress.com/2009/10/05/violencia-psicologica>, sítio consultado em 2010/03/11

Neste espaço temporal, foram registadas 86 e 158 agressões, respectivamente, contra elementos policiais na Divisão de Loures, conforme dados obtidos na Secção de Operações daquela Divisão.

O terceiro factor teve por base o elevado volume de trabalho que aquela Divisão desenvolve e a importância do mesmo para a PSP. O quarto factor decisivo para a escolha geográfica foi, segundo dados fornecidos pelos gabinetes locais do “contrato local de segurança” e pelos postos de chefia da Divisão, a população ali residente, uma população heterogénea, onde em alguns casos a pobreza impera e a falta de emprego é uma constante.

Com este trabalho pretendeu-se estudar práticas de violência contra os elementos policiais na Divisão Policial de Loures, identificando os diferentes factores associados a estas práticas e as medidas que devem ser implementadas para a prevenção das mesmas.

O principal objectivo do estudo passou por perceber quais são as situações potenciadoras de agressões, procurando encontrar os pormenores descritivos de toda a ocorrência em si, dos agressores e dos elementos policiais, no sentido de prevenir possíveis agressões.

O trabalho encontra-se dividido em 5 capítulos. Os 3 primeiros, de índole mais teórica, pretendem definir e perceber alguns conceitos essenciais, como o conceito e as funções de polícia, o que se entende por violência e o enquadramento jurídico dos crimes cometidos contra elementos da PSP. No segundo capítulo passar-se-á à compreensão dos factores associados à violência contra polícias: factores individuais, organizacionais, situacionais e sociais, resultantes da análise e recolha de literatura. Depois desta reflexão, irão ser abordadas as estratégias de prevenção existentes, a nível jurídico, organizacional, situacional e social, para situações de agressão.

De seguida, já no quarto capítulo, de carácter mais prático, ir-se-á apresentar toda a metodologia empregue para a realização do trabalho. Neste campo, foram utilizados como métodos e técnicas de recolha de informação: a recolha documental, que teve por base os autos de notícia por detenção, consequentes de agressões a elementos policiais, e ainda as entrevistas realizadas a elementos agredidos. Relativamente aos métodos e técnicas de tratamento e de análise de informação, foram utilizados a análise documental (autos de notícia por detenção) e a análise de conteúdo (entrevistas). Por fim apresentar-se-ão os resultados obtidos, análise e discussão dos mesmos. Serão ainda objecto de discussão as estratégias de prevenção existentes para situações de agressões contra elementos policiais.

Decorrentes da escassa literatura apreciada ao longo do trabalho, formularam-se várias questões de pesquisa:

- 1) Quais as características pessoais e profissionais conhecidas do primeiro elemento policial agredido?
- 2) Quais as características pessoais e profissionais do primeiro agressor?
- 3) Quais as características situacionais da agressão?
- 4) Quais os factores organizacionais e sociais associados à violência contra polícias?
- 5) Que consequências resultaram da agressão e que tipo de apoio foi prestado pela Instituição e pela hierarquia?
- 6) Quais as medidas preventivas que podem reduzir o número de agressões a elementos policiais?

Deste modo, a partir da informação resultante da análise dos autos de notícia por detenção e das entrevistas (Anexo III a VIII), proceder-se-á a apresentação dos resultados e posterior análise dos mesmos. Após a interpretação dos resultados, serão apresentadas as conclusões obtidas no presente estudo.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Conceitos Fundamentais

1.1 Polícia e Funções de Polícia

Todos os membros inseridos numa sociedade necessitam de harmonia, tranquilidade e segurança, sendo essencial a existência de uma certa ordem social de modo a proteger os cidadãos de conflitos e agressões (Decocq et al, 1991), sendo certo que as mesmas acontecem e que na ausência de uma força mediadora efectiva de conflitos, o sentimento de insegurança e de medo poderão ser considerados uma justificação plausível para a agressão e o exercício individual da violência (Lourenço & Lisboa, 1991). A busca da segurança e de harmonia social levou à criação de instituições reguladoras estaduais, capazes de promover estes sentimentos à população em geral, a polícia.

Perante os conflitos que ocorrem todos os dias, o cidadão conta com a lei para regular estas disputas, assim, foi com este intuito que as sociedades democráticas permitiram o desenvolvimento das forças de segurança, de modo a ser possível lidar com comportamentos que violam normas sociais impostas e que violam os direitos dos cidadãos (Lapkin, 1998).

A palavra “polícia” é oriunda do vocábulo grego *politeia*, que significa *urbe*. Isocrate (436-338 a.C, cit. in Clemente, 2006: 43) define a polícia como a alma da cidade, “La police est l’âme de la cite”⁴. Mais tarde, Aristóteles (384-322 a.C, cit. in Clemente, 2006: 43) afirma que a polícia é o suporte da vida do povo, o primeiro e maior bem. Ainda na esteira de Clemente (2006), “A polícia é um instrumento do poder político ao serviço dos direitos humanos e no clima securitário da cidade humana, lutando contra o crime e auxiliando as vítimas”.

O conceito “polícia” pode ser utilizado em vários contextos diferentes, e portanto, com vários sentidos. Na linguagem comum, a palavra “polícia” (no masculino) significa “agente de autoridade”, ou seja, o indivíduo que tem por função desenvolver, em benefício da sociedade, funções de segurança, ostentando determinados sinais exteriores que o tornam facilmente identificável, como por exemplo, o uso de uniforme e de arma de fogo (Raposo, 2006: 22). No feminino, ao utilizar-se a palavra “polícia” pensa-se nas

⁴ Tradução: “A Polícia é a alma da cidade”

corporações que têm por objectivo desenvolver actividades de segurança pública, entre as quais se enquadra, por exemplo, a PSP (Raposo, 2006: 22).

Segundo Alves (2009: 32/42), o polícia é o cidadão dotado de prerrogativas especiais pela função que desempenha, podendo utilizar a força física para repor situações contrárias à lei, bem como fazer uso dos meios coercivos, nomeadamente o recurso à força física, lícito quando utilizado por estes elementos e quando todos os outros meios menos gravosos se mostrem incapazes de atingir o fim pretendido, ou seja, a reposição da paz e da tranquilidade social.

Segundo o sociólogo Egon Bitter (cit. in Alves, 2009: 32/34), os polícias são indivíduos “especialmente recrutados e formados para exercerem a força física em todas as situações em que este recurso constitua uma necessidade urgente para resolver os problemas que vão surgindo. Em suma, o papel da polícia é tratar de qualquer espécie de problemas humanos quando, e na medida em que, a solução necessita ou pode necessitar do uso da força, no lugar e no momento em que eles surjam”. Para o polícia, o uso da força é de recurso geral, podendo ser utilizada em múltiplas situações e formas, algumas definidas e outras não.

A palavra “polícia” pode ainda ser definida segundo um sentido orgânico (ou institucional) e um sentido material (ou funcional).

Polícia, em sentido orgânico, é entendida como “o conjunto de serviços da Administração Pública com funções exclusiva ou predominantemente de natureza policial” (Raposo, 2006: 25). No entendimento de Sérvulo Correia (cit. in Raposo, 2006: 24/25), polícia em sentido institucional deve ser definido como “todo o serviço administrativo que, nos termos da lei, tenha como tarefa exclusiva ou predominante o exercício de uma actividade policial”.

No seu sentido material, a polícia é entendida como os “actos jurídicos e as operações materiais desenvolvidas por certas autoridades administrativas – as autoridades policiais – e respectivos agentes de execução, com vista a prevenir a ocorrência de situações socialmente danosas, em resultado de condutas humanas imprevidentes ou ilícitas” (Raposo, 2006: 26). Sérvulo Correia (cit. in Raposo, 2006: 27) define a polícia em sentido funcional como “a actividade da Administração Pública que consiste na emissão de regulamentos e na prática de actos administrativos e materiais que controlam condutas perigosas dos particulares com o fim de evitar que estas venham ou continuem a lesar bens sociais cuja defesa preventiva através de actos de autoridade seja consentida pela Ordem Jurídica”.

A PSP, Instituição alvo deste estudo, é essencialmente, no que diz respeito à conceptualização de polícia em sentido material, uma polícia administrativa geral, tendo como principal objectivo garantir a segurança de pessoas e bens, a ordem pública e os direitos dos cidadãos, possuindo no entanto, algumas prerrogativas de polícia judiciária. (Raposo, 2006).

Na Carta Europeia do Polícia, o seu artigo 1.º expressa que “a Polícia tem por missão garantir a todos os cidadãos o livre e pacífico exercício dos direitos e das liberdades que lhes são reconhecidos por lei” (cit. in Michaud, 1998-2002: 295).

Depois de constatar as complexas e várias definições da palavra “polícia”, e também pela importância que as instituições policiais possuem na sociedade, é espectável que a Constituição da República Portuguesa consagre à polícia atribuições e funções fundamentais tais como as que vêm explanadas no artigo 272º n.º 1, ou seja, “a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”, nomeadamente a PSP, na medida em que se enquadra neste artigo.

Na Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto, a LSI, enumera no seu artigo 1.º, os fins da segurança interna, atribuindo clara competência à PSP, na medida em que esta concorre para a segurança interna, como se pode observar no artigo 1.º n.º 2 da Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto e artigo 25.º n.º 2 alínea b) da Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto, mencionando que “a segurança interna é a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”.

Segundo o diploma legal da PSP (Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto), esta organização é definida no seu artigo 1º n.º 1, como “uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa”. No n.º 2 do mesmo artigo vem ainda referida a missão de “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da Lei”.

Em suma, depois de todas as definições aqui apresentadas, pode afirmar-se que a polícia é um corpo controlado pela lei e pela justiça, operando sob um controlo democrático e estadual. Os polícias têm o direito e o dever de recorrer ao uso da força, não actuando de forma livre e independente. A polícia representa a autoridade do Estado, com o fim derradeiro de servir o cidadão sem nunca esquecer que o Estado deve proteger a

polícia quando assim se afigurar pertinente⁵. É por saber-se que elementos policiais continuam a ser vítimas de violência, que se pretende de seguida definir este conceito.

1.2 Violência

Interessa abordar e definir o conceito de violência nas várias dimensões que se revelam pertinentes para o estudo.

Este conceito é definido tendo em consideração as diferentes representações de violência de cada cultura (Rodrigues, 2006), uma vez que a violência possui uma origem de índole social. Michaud (1986 cit. in Vieira, 2002: 15), que apresenta uma definição do conceito mais completa que os seus antecessores, afirma que “existe violência quando numa situação de interacção, um ou vários actores agem de maneira directa ou indirecta, em massas, atacando uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja na sua integridade física ou na sua integridade moral, seja nos seus bens ou nas suas participações simbólicas e culturais”. Antes ainda de surgir tal definição, ao abordar a temática da violência, pensava-se apenas na violência física. Com Michaud (cit. in Vieira, 2002: 15) surgem outros tipos de violência, das quais se destacam a verbal, a psicológica e a simbólica. Outra definição, agora do Center for Media and Public Affairs (1994, cit. in Matos, 2006: 39), refere que a violência é “qualquer acto deliberado de força física ou o uso de uma arma numa tentativa de alcançar um objectivo, promover uma causa, parar a acção de outro indivíduo, exteriorizar um impulso de raiva, defender-se de um ataque, assegurar alguma recompensa material ou meramente intimidar os outros”.

A violência física pressupõe a utilização de força, uma acção motora desencadeada pelo agressor que visa atingir a vítima. A violência verbal, ao contrário da anterior, caracteriza-se por ser um tratamento (não físico) que desencadeia geralmente situações humilhantes para a vítima, cujos efeitos podem levar a graves estados psicológicos e emocionais, apesar de por vezes não se verificarem de imediato no momento da agressão⁶. Bushman e Anderson (cit. in Monteiro, 2002) defendem que na agressão verbal a vítima sente rejeição e ameaça.

Ao estudar o fenómeno da violência contra os polícias na Divisão de Loures, pretendeu-se abordar a violência nas suas dimensões verbais e físicas, atribuindo igual importância às duas. Constata-se, ao visualizar o CP, que a violência física aparece sob

⁵ Eurocop, Voice of the police in europe. *Violence against Police Officers is Violence against Society*. Conclusion of the project on violence against police officers. September 2003

⁶ <http://wordpress.com/2009/10/05/violencia-psicologica> consultado em 2010 do 03

várias formas que vão desde o homicídio, às ofensas à integridade física, à resistência e coacção sobre funcionário e à coacção agravada. Numa dimensão verbal, podem-se verificar crimes como as injúrias e as ameaças. É por perceber que todos os crimes aqui mencionados são perpetrados contra elementos da PSP, que se pretende apresentá-los e discuti-los de modo a tentar enquadrar juridicamente a violência contra os polícias.

1.3 Enquadramento Jurídico

Os agentes de autoridade, devido às funções que desempenham, são muitas vezes confrontados com situações onde a violência impera, sendo que algumas vezes este fenómeno atinge os próprios elementos das forças de segurança.

Assim, importa começar pelo crime mais grave de todos, o homicídio. O crime de homicídio previsto no artigo 131º do CP, com uma moldura penal que vai desde os 8 aos 16 anos de prisão, é qualificado em determinadas situações, possuindo nestes casos uma moldura penal mais pesada (entre 12 a 25 anos), remetendo para o artigo 132º do CP. A qualificação do crime obedece a certas exigências, uma vez que a morte da vítima tem de ser produzida em condições que revelem “especial censurabilidade ou perversidade”. O n.º 2 do 132º do CP revela quais as situações de “especial censurabilidade ou perversidade”, nas quais evoca o cometimento do crime contra “agente das forças ou serviços de segurança”, na sua alínea l). Constata-se assim que o crime de homicídio perpetrado contra polícias é qualificado pelas circunstâncias atrás descritas, possuindo uma moldura penal mais elevada e gravosa para o agente que comete este ilícito. Este crime é público, não necessitando de queixa para desencadear procedimento criminal.

Em Portugal, o tipo de ilícito criminal que prevê e pune as agressões físicas a agentes policiais, entre os quais os da PSP, encontra-se previsto no CP, catalogado como ofensas à integridade física no artigo 143º n.º 2.

O crime de ofensas à integridade física, de natureza semi-pública, pressupõe uma acção voluntária e ofensas ao corpo ou à saúde de outrem. No entanto, passa a ser de natureza pública quando efectuado contra um elemento policial. Esta medida permite que o agente policial agredido não tenha de apresentar queixa contra o seu agressor para que seja desencadeado procedimento criminal, como se extrai da leitura do n.º 2 do artigo 143 do CP. Deste número pode também concluir-se que as agressões contra elementos policiais são aquelas consideradas quando o elemento se encontra a desempenhar funções e quando, por desempenhar estas mesmas funções, ele é agredido, mesmo não se encontrando a desempenha-las efectivamente no momento da agressão.

A pena relativa ao crime do artigo 143º do CP pode ir até 3 anos de prisão efectiva ou pena de multa para o agressor, sendo a moldura penal agravada em casos em que a ofensa seja exercida sobre um elemento policial, isto porque há lugar à qualificação do crime. O crime de ofensas à integridade física é, nestes casos, qualificado através da conjugação dos artigos 143º, 145º n.º 1 al. a) e n.º 2, pelo enquadramento do artigo 132º n.º 2 al. 1) do CP, elevando o tempo da pena até aos quatro anos de prisão.

Existe ainda o crime de resistência e coacção sobre funcionário, conjecturado no CP no seu artigo 347º, punível com pena de prisão até 5 anos, para quem empregar violência, incluindo a ameaça grave ou a ofensa à integridade física, contra membro das forças de segurança, com o intuito de se opor à realização de um acto relativo ao exercício das funções ou para o forçar a praticar acto relativo ao exercício das mesmas, mas antagónico aos deveres que lhes são incumbidos. Este artigo prevê ainda a mesma pena de prisão, no seu n.º. 2, para quem desobedecer ao sinal de paragem e conduzir contra membro de segurança, veículo, com ou sem motor, que dirija em via pública.

O crime de resistência e coacção sobre funcionário não depende de queixa para dar início ao procedimento criminal, sendo de natureza pública.

Teve-se ainda em conta na realização deste trabalho o crime de coacção previsto e punido no CP no artigo 154º n.º. 1. Este refere que quem através de violência ou grave ameaça forçar outrem a cometer uma acção ou obrigar a uma omissão, bem como suportar uma actividade, é punido com pena de prisão que pode ir até aos 3 anos ou com pena de multa. Este crime prevê uma agravação no artigo 155º n.º. 1 alínea c), quando a vítima for, por exemplo, um agente das forças ou serviços de segurança que no exercício das suas funções ou por causa delas, seja obrigado a arcar o anteriormente referido, remetendo para o artigo 132º n.º. 2 alínea l). Neste caso a moldura penal contempla pena de prisão que pode ir de 1 a 5 anos.

Interessa não só aqui debater e estudar crimes de carácter físico perpetrados contra elementos policiais, mas também outros crimes de natureza verbal, como é o crime de ameaça ou de injúrias ou outro tipo de coacção que se verifique contra a actividade policial.

Relativamente ao crime de ameaça previsto no artigo 153º n.º. 1 do CP, é consumado quando as ameaças tenham provocado medo ou inquietação no ameaçado. Não é um crime de resultado ou dano mas sim de mera acção e perigo. Este caracteriza-se por ser de natureza semi-pública, necessitando portanto, que o ofendido exerça o seu direito de queixa para que se dê início ao procedimento criminal. A punição prevista pode ir até 1 ano de prisão ou pena de multa até 120 dias. No entanto, em situações em que este crime é

cometido contra agentes das forças ou serviços de segurança, no exercício das suas funções ou por causa delas, a pena é agravada à luz do artigo 155º n.º 1 alínea c), remetendo para o artigo 132º n.º 2 alínea l), sendo que nestes casos específicos o crime passa a possuir um máximo que pode estender-se até aos 2 anos de prisão ou a pena de multa ser elevada para um máximo de 240 dias. Nestes casos, o crime continua a ser de natureza semi-pública, carecendo de queixa para iniciar o procedimento criminal.

Por último, é de referir o crime de injúrias, previsto no artigo 181º do CP. Incorre neste crime quem injuriar outrem, imputando-lhe factos ou proferindo palavras injuriosas e ofensivas. A pena de prisão prevista pode ir até aos 3 meses ou pode ainda ser aplicada pena de multa até 120 dias. No entanto, existe agravação da pena quando a vítima se enquadra na alínea l) do n.º 2 do artigo 132 do CP, ou seja, quando a vítima de injúrias for, por exemplo, agente das forças ou serviços de segurança que se encontra no exercício das suas funções ou que seja injuriado por causa delas. A referência ao artigo 132º encontra-se explanada no artigo 184º do CP. O crime de injúrias é de natureza particular, como é possível constatar ao ler o artigo 188º n.º 1 do CP. No entanto, existe uma ressalva neste mesmo artigo, referindo que este crime quando proferido contra agentes das forças e serviços de segurança, é agravado, como já foi demonstrado anteriormente através do artigo 184º n.º 1, não necessitando nestes casos específicos de acusação particular para iniciar procedimento criminal, sendo suficiente apresentação de queixa, por se estar perante um crime de natureza semi-pública.

2. FACTORES ASSOCIADOS À VIOLÊNCIA CONTRA POLÍCIAS

Relativamente aos aspectos associados à violência contra polícias, ir-se-á procurar abordar os factores que estão associados a este tipo de ocorrências, ou seja, apresentar-se-ão os factores relativos às características individuais do elemento agredido e do agressor, os factores situacionais, organizacionais e sociais que estiveram na origem da agressão.

2.1 Factores individuais

Entendem-se por factores individuais as características intrínsecas à pessoa, que apenas dizem respeito ao Ser na sua dimensão pessoal.

2.1.1 Do polícia

No que respeita ao género e raça, concluiu-se que os polícias do género masculino e de cor branca são aqueles que mais agressões sofrem (Horstman, 1973; Bixler, 1976; Hirschel et al., 1994, cit. in Roh & Choo, 2007). Pinizzotto (1998) acrescenta que as vítimas são maioritariamente casadas e que quase todos concluíram o ensino médio.

Bixler (1976) concluiu ainda que os elementos mais antigos da corporação, seriam um alvo preferencial de agressões relativamente aqueles que tinham acabado de incorporar a força policial. No entanto, outros estudos (Horstman, 1973; Meyer et al., 1982b; Hirschel et al., 1994) chegaram à conclusão de que elementos mais novos, menos experientes e com um posto mais baixo, teriam mais probabilidades de serem vítimas de agressões. Já em 2001, Stetser demonstra que não existe qualquer relação entre a antiguidade do elemento policial e a probabilidade de o mesmo ser agredido em serviço (cit. in Roh & Choo, 2007).

Pinizzotto, em 1998, esboça um perfil dos elementos agredidos, enumerando várias características comportamentais dos mesmos, afirmando que as vítimas eram geralmente amigáveis, esforçadas, capazes de usar a força quando necessário mas que não seguiam os procedimentos mais seguros na hora de agir, o que segundo o autor potenciava a possibilidade de serem vítimas de agressões. Estes mesmos elementos testemunharam que se sentiam capazes de analisar correctamente as situações de perigo e como tal, quando não conseguiam aperceber-se do perigo, baixavam a guarda muito antes do tempo indicado.

Relativamente aos elementos policiais femininos, estudos demonstram que os mesmos têm menos propensão para despertar no cidadão um sentimento agressivo. As mulheres apresentavam uma maior influência sobre o cidadão (Rabe-Hemp & Schuck, 2007). Este estudo demonstrou que os elementos femininos da polícia são capazes de diminuir a probabilidade de serem vítimas de agressões por parte dos cidadãos. Todavia, em situações em que o conflito já se instalou, o poder do elemento policial feminino

demonstra-se mais limitado (Rabe-Hemp & Schuck, 2007). Ainda em relação aos elementos femininos, constatou-se que em situações de violência doméstica corriam um risco mais elevado de serem agredidas (Rabe-Hemp & Schuck, 2007). Rabe-Hemp & Schuck (2007) chegaram à conclusão que mulheres ao serviço da polícia, ao utilizarem menos a força física, não aumentavam o número de agressões contra elementos policiais.

2.1.2 Do agressor

Relativamente às características do agressor, um estudo elaborado por Roh & Choo, em 2007, concluiu que a maioria tinha uma idade compreendida entre os 21 e os 40 anos.

Sabe-se através de estudos realizados em vários países que os ofensores mais comuns eram negros e jovens, geralmente de classes económica baixa e que assimilavam uma subcultura de violência (Roh & Choo, 2007; Rabe-Hemp & Schuck, 2007). Stetser, em 2001, acrescenta que a maioria dos agressores se encontrava desempregada (Stetser, 2001, cit. in Roh & Choo, 2007).

Segundo Pinizzotto (1998) e Canter (cit. in Rodrigues, 2006), o Estado Civil de casado era um factor protector no que toca ao comportamento agressivo, na medida em que se verificou que os homens solteiros tinham maior tendência a cometer agressões contra os elementos policiais.

Pinizzotto (1998) refere ainda que geralmente, os agressores eram menos instruídos do que os polícias no que toca à escolaridade, apresentando, os primeiros, um baixo grau académico.

Relativamente ao estado de lucidez em que se encontravam os infractores na hora da agressão, existem opiniões divergentes quanto à influência de álcool ou produto estupefaciente sobre o agressor. Rodrigues (2006) refere que o agressor estaria poucas vezes sob influência de álcool ou de outra substância que diminuía a sua capacidade. Por outro lado, vários autores detêm uma posição contraditória, senão veja-se Pinizzotto em 1998 e Rabe-Hemp & Schuck em 2007, que defendem que os agressores são pessoas que apresentam um passado de violência, e que, para além deste factor, uma elevada percentagem dos agressores encontravam-se sob a influência de álcool, drogas ou ambos. Chapman, num estudo realizado em 1974, também chega às mesmas conclusões, referindo que mais 50% das agressões a elementos policiais são levadas a cabo por pessoas que se encontram sob a influência do álcool. Stetser (2001) refere que quase 80% dos agressores estariam, no momento da agressão, sob o efeito de álcool ou drogas ou seriam portadores de um problema de cariz mental.

Alguns dados recolhidos permitem afirmar que as agressões são cometidas maioritariamente através da força física, punhos, pés e mãos e não através de qualquer tipo de arma (Bixler, 1976; United States Department of Justice, 1977). A maioria das agressões registadas seria de pouca gravidade sendo caracterizadas por hematomas e dores, não demonstrando necessidade de intervenção hospitalar (Rodrigues, 2006). Muitas vezes se verificaram ocorrências em que o principal meio de agressão traduzia-se na violência verbal e psicológica, injúrias e ameaças, mas que também estas se encontram várias vezes aliadas à violência física (Rodrigues, 2006; Pinizzotto, 1998; Kaminski & Sorensen, 1995).

2.2 Factores situacionais

No que diz respeito aos factores situacionais da agressão, os mesmos pretendem compreender as condicionantes e as causas que estiveram na origem da violência despoletada, essencialmente, mediante alguns factores tais como o local onde ocorreu a agressão, em que fase da actuação policial a mesma se deu, quantas pessoas estavam no local, qual a ocorrência que esteve na sua origem, em que dias da semana, meses e épocas do ano ocorreu.

Foram muitas as agressões que se verificaram devido a conjunturas insignificantes. A violência contra polícias é muitas vezes resultado da intervenção dos mesmos, com o propósito de cessar uma ameaça ou um crime, em que os suspeitos respondem perante a reactividade policial. Existem também situações, cada vez mais presentes, em que os cidadãos agredem polícias antes mesmo de estes terem actuado, ou seja, sem razão aparente (Roh & Choo, 2007). Pinizzotto (1998) acrescenta que a maioria das situações de agressão dão-se quando elementos respondem a solicitações dos cidadãos, ou seja, em situações reactivas. Morton Bard em 1970 e Uchida com os seus parceiros de trabalho em 1987, citados por Rabe-Hemp & Schuck em 2007, afirmam ser as ocorrências de violência doméstica, quando a vítima ou outrem solicitava a presença da polícia, que mais potenciava a possibilidade de agressões contra elementos policiais, sendo estas situações muito perigosas para os polícias.

No que concerne à actuação policial, Toch (1992) defende que as agressões são muitas vezes desencadeadas devido ao tratamento menos digno por parte dos elementos das forças de segurança e que estas actuações pouco dignificantes levam a que as pessoas abordadas se sintam injustiçadas pela forma como são tratadas. Estes acontecimentos propiciam fortemente a ocorrência de agressões por parte de civis contra elementos da instituição policial. Toch (1992) defende também que em zonas onde o índice de actuação

policial é elevado, a violência despoletada por parte de civis contra polícias é mais frequente devido ao constante e prolongado contacto entre as duas partes, que acaba por originar alguma tensão. (Toch, 1992, cit. in Roh & Choo, 2007).

Relativamente ao local onde ocorre a violência, existe um maior registo de agressões nas vias públicas (Chapman, 1976). Em vários estudos realizados concluiu-se que as agressões ocorriam maioritariamente, para além das vias públicas, em bares e locais de diversão nocturna (Roh & Choo, 2007; Rabe-Hemp & Schuck, 2007; Rodrigues, 2006; LEOKA, 2006, cit. in Rabe-Hemp & Schuck, 2007. Roh & Choo (2007) constataram ainda que seria mais fácil agredir o polícia em locais amplos do que em locais muito confinados e pequenos.

Segundo vários estudos, os crimes de agressões perpetrados contra agentes de autoridade ocorriam maioritariamente no local onde o polícia interpelava o suspeito pela primeira vez (Roh & Choo, 2007;) e em situações em que existiam pessoas presentes no local a assistir (Rabe-Hemp & Schuck, 2007), apesar de na maioria das vezes se verificar apenas um agressor (Rabe-Hemp & Schuck, 2007; Andrews & Bonta, 1994;).

Relativamente ao espaço temporal em que se registaram as agressões, é de salientar que a maioria, segundo Roh & Choo (2007), ocorreram na época de Verão, mais precisamente em Julho. Outros estudos contradizem esta percepção, uma vez que defendem que o mês de Dezembro apresenta um maior número de agressões contra elementos policiais devido à época natalícia potenciar crimes de roubo e furto, solicitando-se consequentemente, uma maior actuação da polícia, o que conduz a um maior contacto com a comunidade e, desta feita, a uma maior probabilidade de ocorrência de situações de violência contra elementos de corporações policiais (Meyer et al., 1982).

Bixler, em 1976, refere que um elevado número de agressões, mais de 50%, ocorriam aos fins-de-semana e que cerca de 60% se davam entre as 20h00 e as 04h00. Dados apresentados por Stetser em 2001 validam a posição anterior, referindo que as agressões a elementos policiais têm mais propensão de ocorrer à noite em detrimento dos períodos da manhã e da tarde (Roh & Choo, 2007; Rabe-Hemp & Schuck, 2007; Pinizzotto, 1998).

2.3 Factores organizacionais

Relativamente aos factores organizacionais, pretende estudar-se o tipo de Divisão, percebendo quais os recursos materiais e humanos disponíveis, a formação a nível de

defesa pessoal/policial dos elementos e a existência ou não de orientações internas para a actuação policial.

Nas situações que mais originam violência contra polícias, ou seja, os distúrbios em locais de diversão nocturna e na via pública, a intervenção da polícia é vista muitas vezes pelos agressores como um factor de frustração, o que faz com que os mesmos direccionem a sua fúria contra os repositores da ordem pública. Assim, as chefias e os órgãos responsáveis devem atentar a este tipo de situações mais delicadas e enviar para o local mais meios materiais e humanos, com a preocupação de reduzir ao máximo a possibilidade de ocorrerem agressões contra o efectivo, reforçando sempre a posição da Instituição policial contra os perturbadores da ordem (Roh & Choo, 2007; Rabe-Hemp & Schuck, 2007; Rodrigues, 2006; Pinizzotto, 1998).

É esperado que uma patrulha de 2 homens, ou 3, se possível, esteja menos exposta a possíveis agressões, na medida em que os agressores escolhem preferencialmente alvos ou vítimas mais desprotegidas para diminuir a probabilidade de serem detidos (Kaminski, 2003). Cabe deste modo às chefias assegurar, sempre que possível, que nunca nenhuma acção ou intervenção seja iniciada por apenas um elemento isolado. Cabe também aos superiores hierárquicos, à própria polícia e ao elemento policial, zelar pelo seu próprio bem-estar psicológico e físico, apostando-se na sua formação e treino, de modo a estar preparado para efectuar de forma mais segura e profissional o trabalho inerente às diferentes situações com que se depara (Pinizzotto, 1998). A falta da componente prática pode prejudicar fortemente a actuação policial e a imagem da própria polícia.

Pode observar-se que nos locais onde existe uma maior taxa de detenções por parte da polícia, existe também uma elevada taxa de agressões a elementos policiais, concluindo que estes locais são mais perigosos para os agentes da autoridade actuarem, na medida em que se encontram mais expostos a agressões por parte de cidadãos (Kaminski, 2003).

2.4 Factores sociais

Por factores sociais entendem-se as relações desenvolvidas pela polícia com a comunidade, a forma como é vista a polícia pela sociedade, o enquadramento da polícia e as funções que desempenha para o povo que serve, bem como os conflitos existentes entre determinados grupos e comunidades com a instituição.

No seguimento desta ideia, segundo uma perspectiva baseada nos factores sociais que levam ao cometimento de agressões sobre elementos da polícia, constata-se que muitas vezes as mesmas são levadas a cabo devido à percepção negativa que a população possui

sobre a própria instituição policial, por já terem vivenciado situações negativas com a polícia ou pela simples ideia de que a corporação é injusta e que contém elementos corruptos (Roh & Choo, 2007). Agressores de alguns estudos referem mesmo que a violência contra polícias se encontra relacionada com a imagem negativa que as pessoas de baixo extracto social possuem do governo, propiciando acções violentas contra a sua face mais visível e que diariamente lida com a sociedade (Roh & Choo, 2007). Segundo as classes mais desprotegidas, a polícia é muitas vezes vista como protectora das classes e dos grupos dominantes da população, colocando de lado as classes sócio-económicas mais baixas e mais desprotegidas (Chapman, 1974, cit. in Roh & Choo, 2007).

Alguns estudos defendem ainda que a elevada taxa de desemprego registada numa dada comunidade é um factor importante a considerar no que diz respeito aos factores explicativos das agressões, na medida em que o desemprego origina frustração, o que por sua vez pode originar agressividade e hostilidade perante situações em que por si só, não seria de esperar qualquer reacção violenta (Parker & McCall, 1999, cit. in Kaminski, 2003).

Autores referem ainda que algumas características da comunidade, como a elevada heterogeneidade, a densidade populacional e as dificuldades económicas, são factores que potenciam a ocorrência de crimes por aumentarem a existência de potenciais transgressores, estando consequentemente na base de situações de violência contra profissionais das forças de segurança (Miethe & Meier, 1994: 44). Kaminski (2003) acrescenta que existe uma relação sustentada entre o número de agressões a elementos policiais e a separação familiar. Em locais onde o nível deste parâmetro for elevado pode encontrar-se um aumento de agressões contra o efectivo policial.

Condições sociais adversas e uma intensa actividade policial, podem aumentar as oportunidades de agressões, por nestes locais se aumentar a exposição dos polícias, o que pode motivar os ofensores a agir de forma violenta (Kaminski, 2003).

É defendido por alguns autores que a violência contra polícias e a violência em geral partilham causas similares. Kaminski (2003) refere ainda que em locais onde os índices de violência comum sejam elevados, verifica-se um aumento de agressões contra elementos policiais, em parte explicado pela maior presença das forças da paz nestes locais.

3. ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA POLÍCIAS

3.1 Jurídicas

Relativamente às estratégias de cariz jurídico, os tribunais desempenham neste campo um papel fundamental. É dever dos mesmos certificar-se de que a violência, seja ela verbal ou física, contra elementos policiais, é algo de inaceitável e de intolerável nas sociedades democráticas⁷.

Segundo a Eurocop (2003), o polícia vítima de agressões deve poder receber uma indemnização civil, na medida em que foi agredido no cumprimento de uma função de carácter público, que representa a face visível do poder estadual de um determinado país. Atacar um elemento policial é, hoje, algo de inadmissível, não podendo ser aceite de forma alguma como um acto de protesto contra o poder político vigente ou como uma ofensa de menor gravidade. Por isso, o legislador deve, em todo o caso, assegurar respostas legais adequadas relativamente à violência contra polícias, assegurando protecção às testemunhas e às vítimas⁸.

A Eurocop (2003) entende que a sentença mínima para uma agressão física a um elemento policial deveria ser a pena de prisão, na medida em que este tipo de crimes demonstram falta de integridade social por parte do agressor⁹. Ainda segundo conclusões da Eurocop (2003), o crime de agressões a elementos policiais nunca deve ser consumido por outro cometido.

3.2 Organizacionais

Relativamente a estratégias organizacionais, entende-se que os polícias devem possuir material e meios capazes de satisfazer as suas necessidades e de se protegerem de forma eficaz contra ataques, de modo a poderem desempenhar de forma mais segura e eficiente a actividade policial. Cursos de protecção pessoal/policial têm que ser parte

⁷ Eurocop, Voice of the police in europe. *Violence against Police Officers is Violence against Society*. Conclusion of the project on violence against police officers. September 2003

⁸ Eurocop, Voice of the police in europe. *Violence against Police Officers is Violence against Society*. Conclusion of the project on violence against police officers. September 2003

⁹ Eurocop, Voice of the police in europe. *Violence against Police Officers is Violence against Society*. Conclusion of the project on violence against police officers. September 2003

integrante do treino de um elemento policial, dando especial atenção à detecção de possíveis atitudes suspeitas e perigosas¹⁰.

Os governos nacionais e a União Europeia devem redireccionar esforços e criar condições adequadas para que os escalões de chefia das diferentes forças policiais possam comunicar entre si de forma conveniente, a fim de os elementos no terreno poderem actuar de forma mais segura e eficiente¹¹.

Segundo Pinizzotto (1998), a componente prática e o treino são duas vertentes muito importantes para uma correcta actuação em ambiente profissional. Quanto maior for a semelhança entre os treinos e a realidade, melhor será a performance dos elementos policiais. Exercícios em que se repetem constantemente métodos de sobrevivência são benéficos para aumentar a probabilidade de sucesso por parte dos polícias em situações de risco (Pinizzotto, 1998). Segundo as conclusões apresentadas por Pinizzotto em 1998, as instituições policiais devem rever o conteúdo e a forma de ministrar os treinos de carácter técnico policial, no intuito de dissipar o máximo de dúvidas possíveis aos seus Homens, para que estes possam defender-se perante o maior número de ameaças com que se deparem. Já em 2002, ainda na vertente prática do elemento policial, Pinizzotto defendeu que exercícios práticos realistas podem conferir aos elementos habilidades instintivas de responder perante situações reais de perigo. As forças policiais devem assegurar-se de que os seus elementos recebem um treino adequado em matérias de intervenção policial, de forma a conhecer a sua condição mental e física em situações de elevado perigo e stress.

Numa outra perspectiva, Pinizzotto (2002) defende ainda que o conhecimento da área de actuação por parte do polícia é também determinante para facilitar e melhorar o seu desempenho. Estudos elaborados por este autor, no ano de 2002, revelam que o desconhecimento da área onde o agente de autoridade actua irá, numa situação de stress, aumentar o “efeito túnel”, deixando o agente de visualizar tudo o que o rodeia, o que aumenta o grau de perigo associado à situação, na medida em que caíra mais facilmente em emboscadas preparadas pelos ofensores. Assim, revela-se importante que cada elemento policial conheça a área onde desempenha funções, não devendo os polícias mais novos estar confinados ao espaço do departamento policial.

¹⁰ Eurocop, Voice of the police in europe. *Violence against Police Officers is Violence against Society*. Conclusion of the project on violence against police officers. September 2003

¹¹ Eurocop, Voice of the police in europe. *Violence against Police Officers is Violence against Society*. Conclusion of the project on violence against police officers. September 2003

Ainda em 2002, Pinizzotto apresenta duas formas que poderiam diminuir a ocorrência de agressões. A primeira seria “dar ordens verbais” ao suspeito, preterindo o confronto físico, e a segunda “criar uma distância de segurança entre o suspeito e o polícia” para o elemento policial se salvaguardar de qualquer acção ofensiva do suspeito.

A vontade de deter o suspeito não pode sobrepor-se à salvaguarda da integridade física do próprio elemento. Um polícia deve, sempre que pode, esperar por reforços, criar uma distância de segurança que lhe permita ver o suspeito e manter-se sempre o mais protegido possível. Os agentes de autoridade podem diminuir a probabilidade de serem vítimas de agressões se respeitarem todos os pressupostos anteriormente citados e mesmo assim capturar o transgressor e apresentá-lo à justiça.

A instituição em si deve certificar-se que os elementos vitimizados recebem apoio adequado, no intuito de reduzir ao máximo qualquer efeito negativo que a agressão possa ter na vítima ou na sua família, bem como certificar-se de que os profissionais se encontram capazes, psicológica e fisicamente, para desempenhar a actividade policial da melhor forma possível (Pinizzotto, 1998; Pinizzotto, 2002). Ainda hoje, pode persistir a ideia de que é melhor e mais aceitável não pedir ajuda especializada no seio da instituição policial para dar uma imagem de “polícia forte”, mas isto é um erro grave, na medida em que as consequências emocionais e psicológicas que podem resultar das agressões podem ter efeitos devastadores na vida de um elemento policial¹².

3.3 Situacionais

Em qualquer situação que exija a actuação policial, a mesma deve ser realizada de forma íntegra e profissional, mesmo quando à primeira vista, não existam aparentes sinais de perigo. Os elementos policiais devem sempre possuir algumas reservas e planos de actuação, bem como pensar que todas as situações podem desencadear acontecimentos arriscados, devendo, por isso, precaver-se de possíveis complicações, de modo a conseguirem ver todas as possibilidades que podem surgir das acções dos suspeitos e de todos os demais presentes na ocorrência (Pinizzotto, 2002).

Qualquer operação, por mais rotineira que pareça, como por exemplo, as operações de fiscalização de trânsito, muitas vezes encaradas pelos elementos policiais como algo trivial, podem originar situações de conflito, nas quais seja necessário agir, revelando-se esta capacidade de acção mais tardia se o efectivo não estiver atento e concentrado

¹² Eurocop, Voice of the police in europe. *Violence against Police Officers is Violence against Society*. Conclusion of the project on violence against police officers. September 2003

(Pinizzotto, 1998). No entanto, cidadãos interpelados por uma infracção de pequena importância podem reagir de forma violenta e perigosa para com o elemento policial, na tentativa de escapar a qualquer tipo de sanção que daí possa advir (Pinizzotto, 1998), dificultando a acção das forças policiais. Em qualquer tipo de operação, os elementos devem estar equipados com o equipamento adequado (por exemplo coletes balísticos), devem saber exactamente qual é a função que têm a desempenhar, bem como encarar a actividade a executar da forma mais profissional possível, de modo a evitar qualquer tipo de incidente (Pinizzotto, 1998).

3.4 Sociais

No que concerne às estratégias sociais, os governos nacionais e a União Europeia devem intensificar esforços para vencer o problema da violência em geral e também a violência contra a polícia. A mensagem passada, através de todos os canais possíveis, deve conter a ideia de que nada se resolve através da violência e que atitudes ofensivas não são um meio eficaz para a resolução de conflitos¹³. Por exemplo, no que diz respeito ao acesso e utilização de armas por parte de cidadãos, devem ser aplicadas leis muito restritas e haver uma harmonização da legislação europeia para os diferentes países¹⁴.

Num âmbito nacional, devem ser desenvolvidos programas especiais juntamente com organizações comunitárias, com associações e cidadãos, a fim de aproximar os laços entre as forças policiais e a comunidade em geral, devendo as portas das corporações policiais abrir-se para a sociedade (Roh & Choo, 2007).

Ataques contra elementos policiais devem ser constantemente recordados, por exemplo, através da divulgação de estatísticas nacionais e europeias, e não esquecidos como de facto acontece. Resultem destes ataques ferimentos físicos ou não, não podem cair no esquecimento. Para complementar esta actuação, todas as situações devem ser cuidadosamente analisadas de modo a encontrar soluções que possam ser integradas no treino policial¹⁵.

¹³ Eurocop, Voice of the police in europe. *Violence against Police Officers is Violence against Society*. Conclusion of the project on violence against police officers. September 2003

¹⁴ Eurocop, Voice of the police in europe. *Violence against Police Officers is Violence against Society*. Conclusion of the project on violence against police officers. September 2003

¹⁵ Eurocop, Voice of the police in europe. *Violence against Police Officers is Violence against Society*. Conclusion of the project on violence against police officers. September 2003

PARTE II - METODOLOGIA

4.1 Introdução

Antes de se apresentar toda a metodologia, acha-se pertinente relembrar as questões de pesquisa pelas quais se baseou este estudo:

- 1) Quais as características pessoais e profissionais conhecidas do primeiro elemento policial agredido?
- 2) Quais as características pessoais e profissionais do primeiro agressor?
- 3) Quais as características situacionais da agressão?
- 4) Quais os factores organizacionais e sociais associados à violência contra polícias?
- 5) Que consequências resultaram da agressão e que tipo de apoio foi prestado pela Instituição e pela hierarquia?
- 6) Quais as medidas preventivas que podem reduzir o número de agressões a elementos policiais?

O presente trabalho pretende compreender os fenómenos de agressão aos elementos policiais a prestar serviço na Divisão Policial de Loures, de modo a poder delinear estratégias de prevenção que permitam diminuir o número de agressões.

Refira-se desde já que no trabalho não foram incluídos os autos de notícia por detenção, nem foram identificados os agressores, os elementos agredidos ou sequer os NUIPC's analisados.

Este estudo caracteriza-se por ser de carácter essencialmente descritivo, na medida em que se procurou identificar e descrever os factores individuais, situacionais, organizacionais e sociais presentes em ocorrências em que foram agredidos polícias para, posteriormente, verificar se existem padrões entre as diversas características quer dos agressores, quer dos polícias agredidos ou mesmo entre as diferentes situações em que se desenrolaram as agressões.

4.2 Métodos e técnicas de recolha de informação

4.2.1 Amostra

A área da Divisão Policial de Loures foi seleccionada como campo de observação.

A área de jurisdição desta Divisão abarca os concelhos de Loures, Odivelas e Torres Vedras, não na sua totalidade já que existem locais destes concelhos ocupados pela GNR. No entanto, esta Divisão Policial é uma das maiores do País.

Dados fornecidos pelos gabinetes do contrato local de segurança da área e pela PSP daquele território permitem apresentar alguma informação importante.

A Divisão Policial em causa apresenta uma área total de 152,05 km², para 699 elementos policiais, divididos por 9 Esquadras de competência genérica e 3 de competência específica, que têm por objectivo garantir a segurança de aproximadamente 500 000 pessoas divididas por 20 Freguesias. Cada Comandante de Esquadra reclama um incremento no seu efectivo de pelo menos mais 10 elementos para conseguir um trabalho mais benéfico, capaz de servir melhor o cidadão. Existem ainda, segundo as chefias da polícia local e os gabinetes do contrato local de segurança, muitos pontos considerados problemáticos onde a população é maioritariamente de etnia cigana e cidadãos africanos que beneficiam do rendimento social de inserção, existindo uma elevada taxa de desemprego.

Os principais crimes registados pela PSP da Divisão de Loures, segundo os mapas elaboradas pela secção de operações relativamente à criminalidade da área, são os de roubo, furto a interior de viaturas e de residências, violência doméstica, tráfico de estupefaciente, condução sob influência de álcool e condução sem habilitação legal.

Deve referir-se, uma vez mais, que o campo escolhido para o trabalho não foi a primeira opção, na medida em que à partida pretendia-se estudar o fenómeno em causa na totalidade do Comando Metropolitano de Lisboa, vindo-se posteriormente a constatar que esta tarefa não seria possível de executar por não haver dados fidedignos que pudessem ser utilizados para a realização deste estudo. Aquando da formulação do objecto de estudo decidiu-se partir para a recolha de dados que permitissem obter os NUIPC's necessários para analisar os autos de notícia por detenção decorrentes de violência verbal ou física, em toda a área do Comando Metropolitano de Lisboa. Para isto, foram pedidos ao Núcleo de Operações do COMETLIS todos os NUIPC's relativos aos anos de 2008 e 2009 que tivessem por base detenções realizadas por violência exercida contra elementos da PSP do Comandando Metropolitano de Lisboa. Depois dos mesmos terem sido facultados, procedeu-se ao cruzamento de dados, entre estes e os dados que cada Divisão Policial possuía, concluindo-se que eram completamente diferentes, logo, não permitindo rigor na hora de serem utilizados. Seguidamente, depois da primeira recolha resultar infrutífera, foram dirigidos esforços para o Gabinete de Sistemas de Informação sediado na Direcção Nacional da PSP, com o mesmo intuito, ou seja, o de recolher os NUIPC's decorrentes de agressões perpetradas contra elementos policiais no COMETLIS. A resposta dada foi que o

mesmo seria impossível, na medida em que estes dados não seriam passíveis de serem conseguidos.

Este trabalho baseia-se, deste modo, na análise de 85 autos de notícia por detenção elaborados na Divisão de Loures, consequentes de agressões verbais ou físicas perpetradas sobre elementos policiais que lá prestam serviço. O estudo visou analisar os anos de 2008 e 2009 uma vez que no início do ano de 2008 se procedeu à reestruturação territorial fazendo com que a Divisão Policial de Loures fosse reorganizada, ficando assim com uma nova área de jurisdição alargada. A escolha deste espaço temporal também se deu de modo a haver uma maior aproximação com a realidade actual. A visualização dos autos de notícia por detenção foi realizada de forma totalmente aleatória, sem saber que situação retratava cada um antes de o ler.

Verificou-se que nos 85 autos de notícia por detenção existiam referenciados 100 agressores tendo-se procedido, no entanto, à caracterização do primeiro agressor de cada auto, uma vez ter-se verificado que estes eram aqueles que possuíam mais informação no expediente e também com o intuito de não tornar a interpretação dos resultados demasiado extensa para o leitor. Verificou-se ainda que 11 agressores não se conseguiram deter ou identificar. Nos mesmos autos estavam referenciados 82 elementos policiais agredidos, dos 179 que foram vítimas de violência verbal ou física nos anos de 2008 e 2009. Dos 82 elementos considerados no trabalho, 13 necessitaram de cuidados médicos. Aqui deve também ser referido que se procedeu à caracterização do primeiro elemento policial agredido em cada situação.

4.2.2 Instrumentos de recolha de informação

A fim de atingir os objectivos inicialmente propostos para a realização deste trabalho utilizaram-se a recolha documental e as entrevistas.

Numa primeira fase, procedeu-se à recolha de autos de notícia por detenção resultantes de agressões, verbais ou físicas, contra elementos policiais.

Os autos de notícia por detenção são o expediente que é elaborado aquando uma detenção. Cada vez que elementos da PSP detêm um indivíduo têm que elaborar um auto no qual irá relatado, de modo global, a identificação do elemento policial responsável pela detenção, a data e local da ocorrência, o local onde o(s) suspeito(s) foram interceptados e por quem, a identificação do(s) suspeito(s) e das testemunhas se as mesmas existirem, bem como a descrição dos factos ocorridos. Estes autos são produzidos pelo elemento policial autuante, que será o responsável pela detenção/detenções efectuada(s). A elaboração dos

mesmos é realizada na ferramenta informática utilizada na PSP, o SEI, e constitui uma peça chave para iniciar o procedimento criminal, na medida em que o mesmo tem início com a formalização da detenção através do auto de notícia por detenção.

Com o objectivo de continuar a recolha de informação e de aprofundar a compreensão do fenómeno em causa, procedeu-se ao uso das entrevistas (Anexo III a VIII). Apesar da entrevista tratar-se, essencialmente, de um instrumento de recolha de informação, a mesma não se pode ver apenas como um simples diálogo entre dois lados, mas sim, um diálogo sério entre duas pessoas com um propósito específico (Benjamin, 1985 cit. in Pereira, 2009), em que o investigador não é indiferente, na medida em que é a qualidade da relação entre entrevistador e entrevistados que se estabelece como decisiva para o evoluir da própria narrativa (De Carvalho, 2001 cit. in Pereira, 2008). Entrevistar assenta numa recolha séria de informação, organizada e discriminada em função de categorias pertinentes tendo em conta o que se pretende investigar.

As entrevistas podem ser classificadas segundo dois pressupostos: quanto ao seu grau de directividade e de estruturação (Fontana & Frey, 1994; Ghiglione & Matalon, 1992, cit. in Pereira, 2008). Relativamente ao primeiro, o mesmo pode ramificar-se em três tipos de entrevistas: não-directivas ou livres, semi-directivas, as quais fazem uso de um esquema de base ou grelha de perguntas, mas em que não existe uma ordem rigorosa de as colocar, sendo estas as utilizadas neste trabalho, e as directivas e standardizadas. No que diz respeito ao segundo pressuposto, as entrevistas podem distinguir-se em entrevistas estruturadas e não estruturadas ou semi-estruturadas (Burgess, 2001, cit. in Pereira). As entrevistas não estruturadas ou semi-estruturadas, as utilizadas no estudo, baseiam-se num tipo de conversa informal, que se desenvolve num tom algo “amigável”, o qual utiliza uma série de temas e tópicos em torno dos quais se constituem as questões no decurso da conversa. Esta estratégia permite às pessoas que dão a informação uma oportunidade para desenvolver as suas respostas fora de um formato demasiado rígido e estruturado (Burgess, 2001:112, cit. in Pereira, 2008).

Deste modo, as entrevistas realizadas neste estudo tiveram um carácter semi-directivo e semi-estruturado, na medida em que, relativamente ao primeiro ponto, as perguntas ainda que obedecendo a uma ordem pré-estabelecida, não tinham que ser sempre rigorosamente colocadas dessa maneira, considerando a resistência dos entrevistados e de modo a promover o seu maior envolvimento e interacção, sendo-lhes concedida alguma liberdade no tempo e na forma como cada um respondia. Semi-estruturado porque apesar

das perguntas estarem pré-definidas, os guiões compuseram-se de perguntas fechadas e abertas.

Ao longo das entrevistas permitiu-se aos entrevistados que estivessem numa posição confortável para que pudessem expor e transmitir as suas ideias e convicções sobre a situação em causa, e sobre o que lhes era perguntado, respeitando sempre a pessoa entrevistada, bem como protegendo a sua identidade.

Realizaram-se com este propósito 6 entrevistas, 5 das quais a elementos policiais da Divisão de Loures, agora a prestar serviço na esquadra de Sacavém, que foram agredidos durante os anos de 2008 e 2009. O processo de escolha dos 5 elementos foi realizado tendo em conta que a primeira fase do estágio prático de Aspirantes se realizou na Esquadra de Sacavém, conferindo uma maior facilidade e disponibilidade para que as entrevistas fossem realizadas. A última realizou-se ao Sr. Comandante da Área Operacional da Divisão, com o intuito de obter testemunhos de alguém de um escalão superior, que desempenhasse menor actividade no terreno, que nunca tivesse sido agredido, e comparar as suas respostas ao relatado pelos polícias que já foram vítimas de agressões, verbais ou físicas. As entrevistas foram realizadas com o objectivo de recolher e clarificar informação que não foi possível obter através da visualização de expediente.

Através da realização das entrevistas pretendeu-se recriar a situação de modo a compreender a actuação dos elementos policiais, bem como toda a situação em concreto, pretendendo também perceber se a actuação policial poderia, por algum motivo, ter sido a responsável pelo desencadear da violência nas ocorrências em apreciação (Toch, 1992).

O propósito das entrevistas centrou-se também na compreensão da actuação da Instituição e da hierarquia após o facto ter ocorrido, relativamente ao apoio dado ao elemento policial após ter sido agredido, quer a nível psicológico, financeiro ou jurídico, quando necessário, e quais os danos que resultaram para o polícia agredido, a nível físico, psicológico, financeiro ou jurídico.

Outro objectivo foi a recolha de dados sobre as estratégias de prevenção da violência contra polícias, a nível jurídico (penas e medidas de coacção aplicadas e sua eficácia relativa), organizacional (medidas preventivas tomadas perante possíveis situações violentas), situacionais (normas e procedimentos de intervenção) e sociais (desenvolvimento de actividades entre a PSP e a comunidade). Ou seja, perceber que medidas eram tomadas para evitar futuras agressões a estes 4 níveis diferentes.

4.2.3 Procedimentos

Após adquirir os NUIPC's pretendidos da Divisão de Loures, procedeu-se à transposição à fase da análise documental, nomeadamente dos 85 autos de notícia por detenção por violência praticada contra elementos policiais daquela Divisão. Para aceder aos mesmos, foi redigido um ofício ao Excelentíssimo Sr. Comandante do ISCPSI (Anexo II) a pedir autorização para a consulta dos respectivos autos. Depois da resposta afirmativa, nas duas primeiras semanas do mês de Janeiro de 2010 procedeu-se à análise documental na Esquadra de Sacavém através da consulta do SEI, no qual era possível a visualização do expediente, uma vez que aqui era possível aceder ao mesmo através dos NUIPC's. Os autos foram analisados segundo uma grelha (Anexo I), de modo a proceder a uma recolha mais rigorosa e obter o máximo de informação pertinente para o estudo.

Foram também disponibilizados pelo NDD do Comando Metropolitano de Lisboa o número de processos de sanidade e disciplinares instaurados na consequência das situações analisadas. Como resultado obteve-se que 13 elementos policiais receberam tratamento médico derivado das agressões sofridas, mas que apenas 6 processos de sanidade foram instaurados. Decorrentes ainda dos autos observados resultaram 4 processos disciplinares, uma vez que os agressores apresentaram queixa contra o próprio elemento policial agredido. Dos elementos aos quais foi instaurado um processo de sanidade apenas um esteve 14 dias de baixa médica, já no ano de 2009.

Para recolher os dados necessários sobre os elementos policiais agredidos foi necessário proceder-se à deslocação a todas as esquadras da Divisão Policial de Loures e ainda entrar em contacto com diversos Comandos Distritais e Metropolitanos a fim de recolher dados sobre elementos que já tinham sido transferidos.

Analizada toda a documentação atrás mencionada, procedeu-se à análise documental e *a posteriori* recorreu-se ao Excel, programa informático de tratamento estatístico, que permite uma análise descritiva dos dados.

Seguidamente, de modo a possuir dados mais completos e fidedignos (alguns impossíveis de obter através dos autos de notícia por detenção) relativamente ao apoio prestado pela Instituição ou pela hierarquia e perceber a actuação do elemento policial na situação em si, foram efectuadas 6 entrevistas (Anexo III a VIII), 5, a elementos policiais agredidos agora a prestar serviço na Esquadra de Sacavém com o mesmo guião (Anexo III a VII) e 1, com um guião adaptado e diferente (Anexo VIII), ao cargo de Chefia da Área Operacional da Divisão de Loures, de modo a obter informações sob perspectivas de elementos agredidos e um elemento da classe hierárquica superior. Para este efeito foi

dirigido um ofício ao Excelentíssimo Sr. Comandante do ISCPSI (Anexo II), a fim de obter autorização para a realização de entrevistas a elementos policiais, que foi devidamente autorizado.

As entrevistas foram efectuadas não sem antes obter o consentimento verbal por parte de cada entrevistado. Aquando deste consentimento deu-se a conhecer o objecto de estudo do trabalho aos entrevistados, além do facto das entrevistas serem gravadas para posterior transcrição integral, de forma a salvaguardar toda a informação fornecida, sendo que as mesmas seriam destruídas, *a posteriori*, de forma a salvaguardar os direitos de anonimato, confidencialidade e privacidade dos entrevistados.

Ainda que se tenha recorrido a um guião de perguntas estruturado, a principal intenção foi possibilitar aos entrevistados um ambiente o mais aberto possível para que estes expusessem as suas ideias de forma livre, espontânea e sem qualquer tipo de restrições. Deste modo, privilegiaram-se as perguntas abertas, em oposição às fechadas, pois na esteira de Benjamin (1985 cit. in Pereira, 2008) estas permitem ao entrevistado amplas possibilidades de resposta, estimulando o seu campo de percepção e mobilizando os entrevistados a explicar livremente as suas opiniões e pensamentos.

Depois de analisar os dados provenientes da análise documental e das entrevistas, este último através da análise de conteúdo, efectuou-se a devida interpretação dos mesmos.

4.3 Métodos e técnicas de tratamento e de análise de informação

4.3.1 Análise Documental

Como método de tratamento e de análise de informação foi utilizado para este trabalho a análise documental, numa primeira fase, realizada através de uma grelha de análise de expediente (Anexo I), seguido da análise estatística dos dados recolhidos por esta mesma grelha. A grelha de expediente pode dividir-se em 4 partes distintas. A primeira foca-se exclusivamente na situação em si, ou seja, na caracterização da agressão. Começa por tentar perceber qual a situação que deu lugar à agressão e os crimes que estão em causa no momento em que o elemento policial se torna a vítima. Seguidamente, refere o tipo de intervenção da PSP, reactiva ou preventiva, qual o número de pessoas presentes aquando da agressão e quem são. Tenta-se também perceber o número de elementos agredidos, onde a agressão ocorreu, o tipo de agressões e qual o instrumento utilizado. Por último, pretende saber-se em que altura ocorreu a agressão e em que dia, hora e mês a mesma se deu.

Passa-se depois para o grupo onde apenas se estudam as características do agressor, as suas características socioculturais, bem como o estado em que o mesmo se encontrava na altura em que cometeu o crime.

O terceiro grupo versa sobre o elemento policial. Aqui pretende saber-se características pessoais e profissionais do polícia agredido. No primeiro campo, procuram estudar-se alguns aspectos como a idade, o sexo, a naturalidade, o estado civil e as habilitações literárias. Relativamente ao campo profissional, pretendem-se informações como o tempo de serviço que tinha na altura da agressão, o tipo de serviço que desempenhava, por quantos elementos policiais se fazia acompanhar, se necessitou de receber tratamento médico e se foi mais do que uma vez, durante os dois anos que se consideram no estudo, vítima de violência física ou verbal por parte de cidadãos.

No que toca ao último ponto, que passa por saber se houve ou não uma outra vítima para além do agente de autoridade, pretendeu-se saber características socioculturais da vítima civil na altura em que foi agredida, como por exemplo, a idade, o sexo, o estado civil, a naturalidade e nacionalidade, a situação profissional, se tinha ou não antecedentes criminais, qual era o estado de sobriedade em que se encontrava na altura da agressão, se também agrediu o agressor ou o elemento policial, entre outras características.

Depois de possuir toda esta informação utilizou-se para analisá-la estatisticamente o Excel, que permitiu obter o tratamento dos dados a fim de melhor perceber os resultados obtidos no estudo, na medida em que os números apresentados são inequívocos e não deixam espaço a mais do que uma interpretação. Esta valiosa ferramenta permite a construção de gráficos e tabelas que muito ajudam o leitor a interpretar e compreender os dados obtidos. Todas estas possibilidades permitem perceber melhor o que ocorreu na situação e que variáveis situacionais e motivacionais ocorreram para o despoletar da violência. Este tratamento estatístico revelou-se fulcral para o trabalho.

4.3.2 Análise de conteúdo

Relativamente aos métodos e técnicas de tratamento e de análise de informação foi utilizado, para além da documental, a análise de conteúdo. A análise de conteúdo representa uma técnica de tratamento de informação mais comum em investigação empírica, sendo que pode ser utilizada em vários contextos nas diferentes ciências sociais e humanas (Vala, 1986; Weber, 1985 cit. in Pereira, 2008).

Depois de realizadas as entrevistas, analisou-se a informação recolhida com o objectivo de perceber se existia relação entre as respostas dos entrevistado que permitisse retirar conclusões concordantes em relação à informação recolhida na literatura.

Pretendia-se neste campo descobrir estratégias de prevenção a nível jurídico, organizacional, situacional e social que permitissem diminuir agressões a elementos policiais no futuro. Isto seria realizado através da análise das respostas dos entrevistados. Saber-se-ia também através destas respostas, qual a posição tomada pela PSP na Divisão de Loures, relativamente a apoios prestados após o facto ocorrer e se a mesma possui realmente estratégias de prevenção em relação a estes problemas que atingem os elementos policiais.

As entrevistas permitem obter informação válida e actual, fornecida por pessoas que já experimentaram a agressão no cumprimento das suas funções ou por causa delas.

4.4 Registo dos crimes contra elementos policiais

Achou-se importante explicar ao leitor a forma como são registadas as situações que envolvem violência contra polícias. Situações que comportem violência contra elementos polícias são registadas numa base de dados da Divisão Policial de Loures. Quando se procede à detenção do agressor ou se elabora o devido auto que relate os factos ocorridos, são introduzidos na base de dados, sob um número de código, o(s) crime(s) perpetrado(s) contra os elementos policiais, com o objectivo de poder contabilizar qual o número de casos que envolvem violência contra polícias, neste caso em concreto ,na Divisão de Loures. Este método permite possuir uma noção clara sobre a realidade das agressões sofridas diariamente pelos elementos desta corporação.

Em cada registo existe uma descrição sumária que permite visualizar de forma rápida que tipo de situação esteve em causa, verificando se a ocorrência envolveu apenas violência verbal, física, ou ambos.

Na Divisão Policial de Loures os números de código utilizados são o 531 e o 549. O primeiro é o número de controlo inserido em situações que compreendem o crime de resistência e coacção sobre funcionário. Já o segundo é inserido em qualquer outro crime cometido contra a autoridade pública. Ao serem inseridos no sistema indicam que houve um crime cometido sobre um elemento da PSP daquela Divisão Policial.

Importante será ainda referir que todas as detenções realizadas no espaço de 24 horas (das 5 horas da manhã de um dia até às 5 horas da manhã do dia seguinte) colocam-se no INTREP, o que possibilita em cada Divisão perceber o porquê das detenções e ver

ainda, se alguma delas foi consequente de agressão física ou verbal sobre elemento policial.

Todos os meses, cada Divisão Policial do COMETLIS deve, por obrigação da Directiva N.º 1/95, enviar um mapa para o Núcleo de Operações do Comando de Lisboa em que estejam registados todos os crimes de que a PSP, de uma determinada área, tenha tido conhecimento a fim de se realizar, *a posteriori*, uma análise qualitativa e quantitativa dos crimes que ocorreram nas áreas de cada concelho. Neste mapa encontram-se todos os crimes, entre os quais as agressões físicas e verbais, contra elementos policiais. Já no Núcleo de Operações do Comando de Lisboa são registados, num mapa à parte, os crimes perpetrados contra polícias em todas as Divisões policiais, para depois enviar este mapa para a Direcção Nacional para que sejam, juntamente com dados de outros Comandos, tratados estatisticamente.

Deve ainda ser realçado que todos os meses, a Divisão Policial de Loures, envia um mapa de todo o tipo de crimes de que teve conhecimento na sua área de jurisdição para a Direcção-Geral da Política de Justiça sob o modelo 262/DSEJ/GPLPMJ. A secção de Operações da Divisão de Loures regista todos os crimes ocorridos no território sob a sua jurisdição e automaticamente o sistema informático separa-os pelo tipo de crime e pelo concelho em que ocorreram, facilitando uma análise posterior por parte da Direcção-Geral da Política de Justiça.

5 DESCRIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Introdução

No presente capítulo pretende-se apresentar os factores associados à violência contra polícias na Divisão Policial de Loures. Os factores em estudo são os individuais, da vítima e do agressor, os factores situacionais, os organizacionais e os factores sociais.

Assim, apresentam-se os dados recolhidos da amostra, já tratados estatisticamente, e a consequente interpretação dos mesmos, retirados através da grelha (Anexo I) que serviu para analisar os autos de notícia por detenção resultantes de agressões físicas e verbais contra elementos da Divisão da PSP de Loures.

Começar-se-á por analisar as características que foram passíveis de serem recolhidas do agente agredido, seguidas pelas características do agressor para depois se analisar a situação em si. A caracterização das vítimas civis, dos factores organizacionais e dos sociais serão apresentados logo a seguir.

Descrição dos Resultados:

Características do elemento policial agredido

Relativamente ao género do elemento policial agredido constatou-se claramente, através da visualização de expediente e agora da tabela 1, que 98,8% das ocorrências envolvendo violência contra polícias foram perpetradas contra homens. É necessário ter em consideração que dos 699 elementos a desempenhar funções nesta Divisão, 93,6% são do sexo masculino e apenas as restantes do sexo feminino. Logo, a discrepância de elementos do género masculino agredidos com os do género feminino é compreensível.

Tabela 1 - Género do elemento agredido

	Frequência	Percentagem
Masculino	84	98,8
Feminino	1	1,2
Total	85	100,0

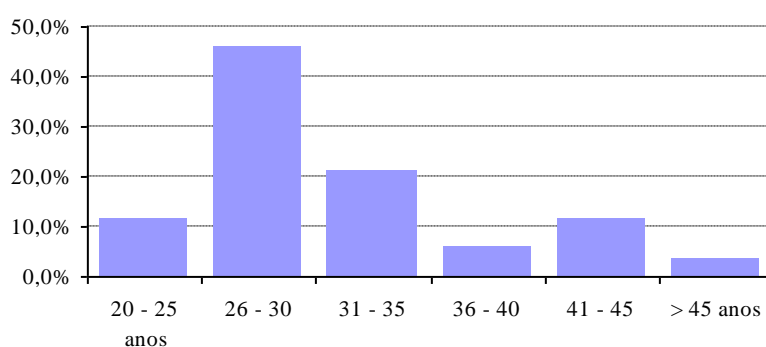
Relativamente aos escalões etários dos elementos agredidos nos anos em estudo, observou-se um pico nas idades compreendidas entre os 26 e os 30 anos de idade, com uma percentagem de 45,9%.

O escalão etário mais próximo do anterior situa-se nos 21,1%, sendo aquele que compreende idades entre os 31 e os 35 anos. Seguidamente destaca-se o escalão situado

entre os 20 e os 25 anos, bem como o intervalo que vai dos 41 aos 45 anos de idade, ambos com 11,8%.

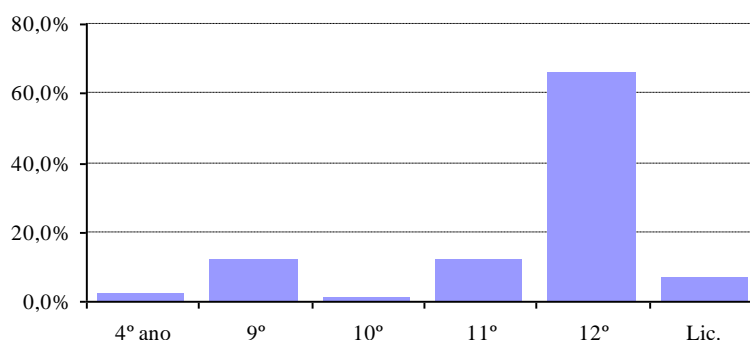
Da recolha de dados efectuada, constata-se ainda que o elemento mais novo vítima de violência teria à altura dos factos apenas 24 anos e aquele com mais idade possuía 53 anos. A idade em que se verificou o maior número de agressões foi aos 27 anos. Contra elementos policiais com a idade atrás referida verificaram-se, ao todo, 19 agressões. Segundo dados obtidos através do programa informático utilizado na área de recursos humanos da PSP, foi possível apurar que existe um maior número de elementos policiais no escalão etário compreendido entre os 25 e os 29 anos de idade a desempenhar funções na Divisão (28,9%), seguindo-se o grupo etário compreendido entre os 30 e 34 anos de idade (16,2%). Estes dados coincidem com os grupos etários mais fustigados por acções violentas.

Gráfico 1 - Escalões etários



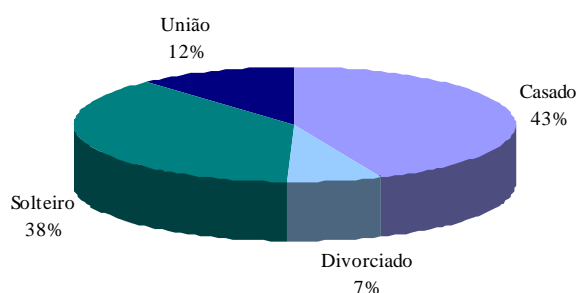
Relativamente ao gráfico 2, intitulado por Habilitações literárias, observa-se um pico proeminente, sendo o mesmo relativo ao número de elementos vítimas de agressões que possuem como habilitação literária o 12º ano de escolaridade. Com o 12º ano foram agredidos 50 polícias (65,9%), 10 (11,8%) com o 11º ano e outros 10 (11,8%) com o 9º ano de escolaridade. No que diz respeito às habilitações literárias referentes a todo o efectivo da Divisão constata-se, uma vez mais através do programa informático utilizado na área de recursos humanos, que mais de metade dos mesmos possui o 12º de escolaridade (50,6%). A seguir obteve-se que 21,03% do efectivo possui apenas o 9º ano de escolaridade seguido de muito perto por os elementos com o 11º ano, que representam 18,2% do efectivo.

Gráfico 2 - Habilitações literárias do elemento policial



No que se refere ao estado civil, a maioria dos elementos agredidos é casada (43%), seguindo-se depois os solteiros (38,5%), os em união de facto (12%), e por último, os divorciados (7,0%). Mais de metade dos elementos agredidos refere não ter filhos (56,5%) e dos que têm filhos, 34,1% tem 1 filho e 9,4% têm 2 filhos.

Gráfico 3 - Estado civil do polícia agredido



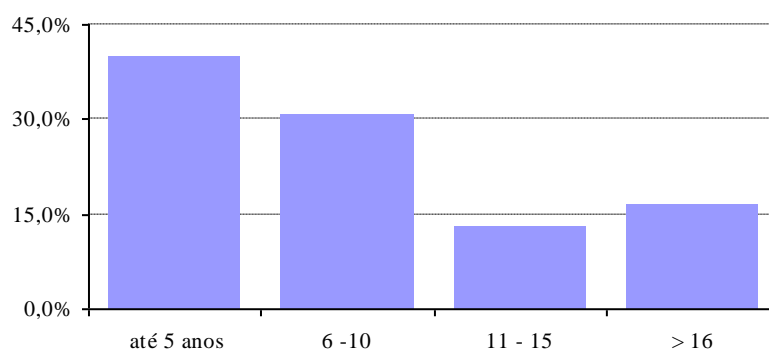
No que respeita ao posto ocupado pelo elemento agredido, pode observar-se que é na categoria de Agente onde se regista o maior número de agressões, 61 (71,8%), destacando-se claramente dos outros. Em Agente Principal verificam-se 16 agressões (18,8%), sendo o segundo posto onde as agressões estão presentes em maior número. De seguida aparece a classe de Chefes e em último, com um menor número de agressões, a Classe de Oficiais com apenas 3 agressões a Subcomissários (3,5%). De referir que existe na Divisão de Loures um efectivo total de 699 elementos, dos quais, 12 são Oficiais, 36 Chefes, 29 Subchefes, 262 Agentes Principais e 360 Agentes.

Tabela 2 - Posto do elemento agredido

	Frequência	Percentagem
Agente principal	16	18,8
Agente	61	71,8
Chefe	1	1,2
Subchefe	4	4,7
Subcomissário	3	3,5
Total	85	100,0

Relativamente à antiguidade do polícia agredido, é possível concluir através do gráfico 4, que é até aos 5 anos de serviço que se regista um maior número de agressões, verificando-se 34 agressões neste intervalo (40%), 26 ofensas no intervalo de 6 a 10 anos de serviço, surgindo seguido por elementos com mais de 16 anos de serviço e só depois aparece o intervalo que compreende elementos com 11 a 15 anos de serviço. Dos casos estudados, registou-se, no entanto, que elementos com cerca de 6 anos de serviço foram os que mais agressões sofreram.

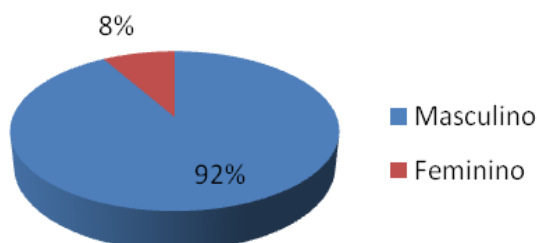
Gráfico 4 - Tempo de serviço do polícia agredido



Caraterísticas do agressor

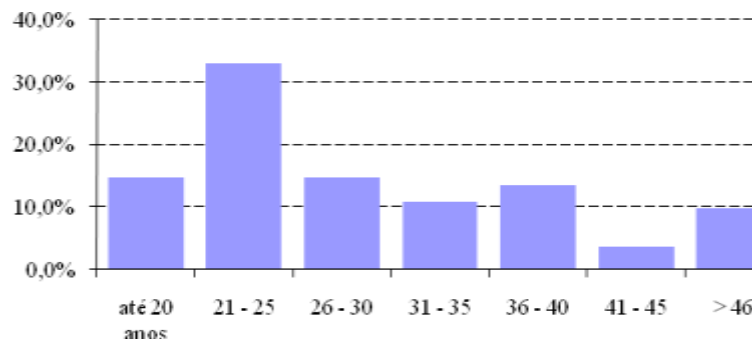
No que se refere ao género do agressor, constata-se que os homens são quem tem mais tendência para agredir os elementos policiais (92%).

Gráfico 5 - Género do agressor



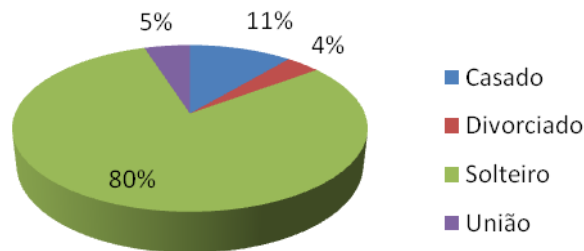
No que concerne à idade dos agressores, o escalão etário que mais violência aplicou contra elementos policiais na Divisão de Loures foi aquele compreendido entre os 21 e os 25 anos de idade (32,9%). O escalão etário de 26 a 30 anos é o segundo mais representativo com 14,6%. A faixa etária que menos violência empregou contra elementos da PSP foi a abrangida pelas idades que se situam entre os 41 e os 45 (3,7%).

Gráfico 6 – Idade do agressor



O estado civil mais frequente dos agressores é, indubitavelmente, o de solteiro (80%). Apenas 11% das agressões foram cometidas por pessoas casadas, 5% por pessoas em união de facto e 4% por pessoas divorciadas.

Gráfico 7 - Estado Civil do agressor



A naturalidade dos agressores é maioritariamente portuguesa. Dos 85 autos analisados, 54 (66,7%) tinham como agressores portugueses, 7 (8,6%) eram naturais de angola, 6 (7,4%) de Cabo-Verde e 6 (7,4%) da Guiné-Bissau. Neste ponto e no seguinte teria sido pertinente obter informação relativamente à representação das “minorias” no concelho de Loures, no entanto esta informação não foi disponibilizada em tempo útil.

Tabela 3 - Naturalidade do agressor

	Frequência	Percentagem
Angola	7	8,6
Brasil	2	2,5
Cabo verde	6	7,4
Guiné-Bissau	6	7,4
Portugal	54	66,7
Roménia	2	2,5
S.Tomé e Princ	3	3,7
Ucrania	1	1,2
Total	81	100,0

Já no que diz respeito à nacionalidade, 81,5% dos agressores tinham nacionalidade portuguesa. Apenas 3 (3,7%) agressores eram angolanos, brasileiros e Guineenses.

Tabela 4 - Nacionalidade do agressor

	Frequência	Percentagem
Angola	3	3,7
Brasil	2	2,5
Cabo-verde	3	3,7
Guiné-Bissau	3	3,7
Portuguesa	66	81,5
Roménia	2	2,5
S.Tomé e Princ	1	1,2
Ucrania	1	1,2
Total	81	100,0

No que toca à situação profissional dos prevaricadores, 43 (75,4%) encontravam-se activos à data da agressão, enquanto 13 (22,8%) afirmaram estarem desempregados e apenas 1 aposentado.

Tabela 5 - Situação profissional do agressor

Situação	Frequência	Percentagem
Activo	43	75,4
Aposentado	1	1,8
Desempregado	13	22,8
Total	57	100,0

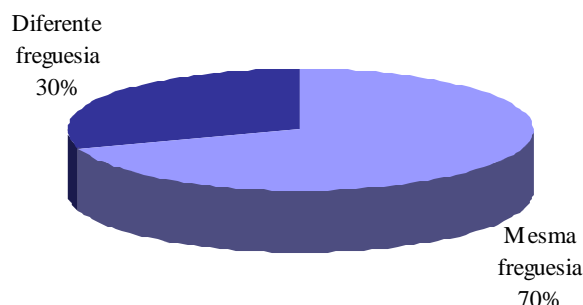
No intuito de facilitar a leitura da seguinte tabela procedeu-se ao agrupamento das profissões por grandes classes. Relativamente à mesma, deve referir-se que a classe dos trabalhadores não qualificados de serviços é a que apresenta um maior número de agressores (19). O grupo dos estudantes e dos operários possuem o mesmo número de agressores, verificando-se que cada um apresenta 16.

Tabela 6 - Profissão do agressor

Grupo Profissional	Frequência	Percentagem
Trabalhadores não qualificados de serviços	19	33,3
Estudantes	16	28,1
Operários	16	28,1
Vendedores Ambulantes	5	8,8
Desportista	1	1,8
Total	57	100,0

Relativamente à relação entre a morada do agressor e o local onde o mesmo cometeu a agressão, conclui-se que mais de metade dos agressores (70%) usaram violência contra elementos policiais na área de residência dos mesmos.

Gráfico 8 - Morada do agressor/local da agressor



Relativamente à pertença dos prevaricadores, é fácil observar que apenas uma pequena percentagem dos suspeitos que foram identificados pertenciam a gangs (4,9%). Verifica-se, no entanto, que já 24,7% dos indivíduos pertenciam grupos e a maioria dos agressores (70,4%) não pertenciam a qualquer tipo de grupo ou gang.

Tabela 7 - Agressor Membro de Grupo ou Gang

Membro	Frequência	Percentagem
Gang	4	4,9
Grupo	20	24,7
Não	57	70,4
Total	81	100

Dos 81 indivíduos que foram identificados aquando da detenção por violência contra agentes de autoridade nota-se que 52 (64,2%) possuíam já antecedentes criminais.

Tabela 8 - Antecedentes criminais do agressor

Antecedentes criminais	Frequência	Percentagem
Não	29	35,8
Sim	52	64,2
Total	81	100,0

Relativamente ao estado de sobriedade em que se encontravam os agressores na altura em que perpetraram actos violentos contra elementos da PSP, observa-se que cerca de 11 estavam sob influência de álcool e apenas 1 sob influência de produto estupefaciente.

A larga maioria (69) não estava sob a influência de qualquer produto, álcool ou droga, que alterasse o seu estado normal.

Tabela 9 - Agressor sob influência de álcool/estupefacientes

Sob influência	Frequência	Percentagem
Álcool	11	13,6
Estupefacientes	1	1,2
Não	69	85,2
Total	81	100,0

Caracterização da agressão/Factores situacionais

No que toca à caracterização da agressão em si e aos factores situacionais, começar-se-á por analisar o tipo de serviço que o elemento policial agredido desempenhava na altura da agressão.

O tipo de serviço em causa desempenhado no acto da agressão encontra-se plasmado na tabela que se apresenta imediatamente a seguir. Aqui é possível observar que foi a tripulação de carro patrulha que se assinalou o maior número de agressões. A executar esta função registaram-se 55 agressões (64,7%), seguindo-se 11 (12,9%) agressões a elementos das equipas de intervenção rápida. O patrulhamento apeado e a realização de trabalho à civil aparecem com o mesmo número de agressões, 7 (8,2%) em cada situação.

Tabela 10 - Tipo de serviço do polícia agredido

Serviço	Frequência	Percentagem
Patrulhamento apeado	7	8,2
Patrulhamento civil	7	8,2
Carro patrulha	55	64,7
Gratificado	5	5,9
EIR	11	12,9
	85	100,0

No que concerne ao número de elementos policiais presentes em cada situação que envolveu uma agressão por parte de um cidadão ao agente de autoridade, regista-se que apenas em 4 (4,7%) ocorrências o polícia se encontrava só quando foi vítima.

Dos casos analisados, observou-se que houve agressões em que o elemento policial se encontrava isolado mas também se registou uma agressão quando se encontravam no local 16 polícias. Verificaram-se também por 41 (48,2%) vezes agressões perpetradas na presença de apenas 2 polícias e 18 (21,2%) vezes quando se encontravam 3 polícias. O número de agressões em que se encontravam 2 polícias é o mais significativo.

Tabela 11 - Polícias presentes na altura da agressão

Nº elementos	Frequência	Percentagem
1 elemento	4	4,7
2 elementos	41	48,2
3 elementos	18	21,2
4 elementos	6	7,1
5 elementos	5	5,9
6 elementos	4	4,7
7 elementos	2	2,4
8 elementos	1	1,2
9 elementos	2	2,4
10 elementos	1	1,2
16 elementos	1	1,2
Total	85	100,0

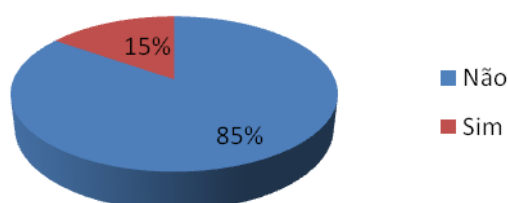
Nas agressões perpetradas contra elementos da PSP contabilizaram-se vários tipos de instrumentos utilizados. O mais notório foi a utilização da força física que ocorreu por 58 vezes, seguindo-se de perto as injúrias, 44 vezes (31,9%) e depois as ameaças, por 21 (15,2%) vezes. Situações envolvendo armas de fogo registaram-se apenas 3 (2,2%).

Tabela 12 - Meio de agressão utilizado

Instrumentos	Frequência	Percentagem
Força física	58	41,7
Injúrias	44	31,7
Ameaças	21	15,1
Automóvel	6	4,3
Arma de fogo	3	2,2
Arma branca	1	0,7
Outros	6	4,3
Total	139	100,0

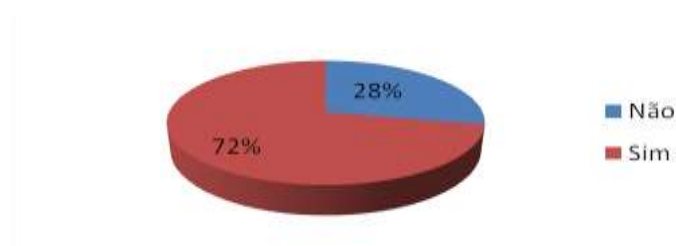
A grande maioria dos elementos agredidos não careceu de qualquer tratamento médico (85%). Apenas 15% das vítimas de violência necessitaram de ser assistidos por bombeiros no local da agressão, ou no hospital.

Gráfico 9 - Cuidados médicos concedidos aos polícias agredido



Nos anos estudados, 2008 e 2009, registou-se um elevado número de elementos policiais que foram agredidos por mais de uma vez (72%).

Gráfico 10 - Polícias agredidos mais de uma vez nos anos em estudo



As situações que registaram um maior número de agressões contra elementos da Divisão de Loures foram ocorrências de distúrbios na via pública, registando-se em 19 (22,4%) vezes. As fiscalizações de trânsito demonstraram ser um tipo de ocorrência potencialmente perigosa para os polícias, uma vez se terem registado 14 (16,5%) agressões. Seguidamente, registaram-se por 10 (11,8%) vezes ocorrências que envolveram agressões a polícias, desta feita em situações de distúrbios em bares. Em situações de furto, verificou-se que houve agressões contra elementos da força de segurança, por 6 vezes (7,1%), seguido de perto por 5 ocorrências (5,9%) que se deram em situações de ruído em excesso na via pública e 4 (4,7%) em violência doméstica.

Tabela 13 - Tipo de ocorrência que originou a violência

Tipo de situação	Frequência	Percentagem
Acidente de Viação	2	2,4
Apresentações na esquadra	1	1,2
Condução perigosa	1	1,2
Condução sem habilitação legal	1	1,2
Depois de se encontrar na esquadra	1	1,2
Distúrbios na via pública	20	23,6
Distúrbio em transporte público	3	3,5
Desordem em bar	11	13
Embriaguez na via pública	1	1,2
Festividades da Junta de Freguesia	2	2,4
Fiscalização a Estabelecimento/rusga	1	1,2
Fiscalização de Trânsito	14	16,5
Furto	6	7,1
Identificação de suspeitos	4	4,7
Invasão de esquadra	1	1,2
Julgamento no TPIC	1	1,2
Luta ilegal de canídeos	1	1,2
Perseguição auto e posse ilegal de arma de fogo	1	1,2
Roubo violento	2	2,4
Ruído em excesso na via pública	5	5,9
Tentativa de suicídio	1	1,2
Tentativa de homicídio	1	1,2
Violência doméstica	4	4,7
Total	85	100,0

Quanto aos tipos de crimes cometidos na altura da agressão contra elementos da PSP, pode verificar-se que em várias situações se registou que os agressores não se ficaram

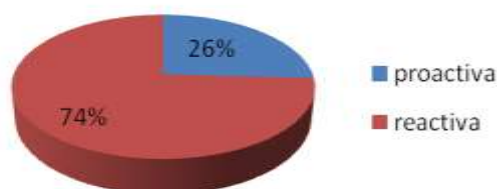
apenas por um tipo de violência, verbal ou física, mas avançaram contra a autoridade com injúrias, ameaças e ofensas à integridade física. Veja-se, segundo o quadro abaixo, que em 27 (31,8%) situações se registaram injúrias e ofensas à integridade física. Por 22 (25,9%) vezes se verificaram situações onde apenas houve ofensas físicas e por 18 (21,2%) se verificaram os três tipos de crime abaixo representados. Injúrias apenas, só se verificou por 8 (9,4%) vezes.

Tabela 14 - Crimes cometidos pelo agressor

	Frequência	Percentagem
Injúrias	8	9,4
Ameaças	1	1,2
Ofensas integridade física	22	25,9
Injúrias e Ameaças	6	7,1
Injúrias e Ofensas integridade física	27	31,8
Ameaças e Ofensas integridade física	3	3,5
Injúrias, Ameaças e Ofensas integridade física	18	21,2
Total	85	100,0

No que diz respeito ao tipo de intervenção, observa-se que maioritariamente se verificaram acções reactivas por parte da polícia (74%).

Gráfico 11 - Tipo de intervenção policial



Relativamente aos locais da agressão decidiu-se agrupá-los por freguesias, todas pertencentes à área de jurisdição da Divisão Policial de Loures.

O local onde se registou um maior número de agressões foi na Freguesia de Odivelas, por 26 vezes (30,6%). Seguida pela freguesia de Camarate, 13 (15,3%) e 7 situações (8,2%) de agressões registadas na freguesia de Sacavém.

Tabela 15 - Freguesias onde ocorreram as agressões

Juntas de freguesia	Frequência	Percentagem
Apelação	1	1,2
Bobadela	2	2,4

Camarate	13	15,3
Caneças	1	1,2
Casal da Mira	1	1,2
Catujal	1	1,2
Frielas	1	1,2
Loures	6	7,1
Moscavide	1	1,2
Odivelas	26	30,6
Pontinha	3	3,5
Portela	1	1,2
Póvoa de Santo Adrião	2	2,4
Prior Velho	2	2,4
Quinta Nova de São Roque	1	1,2
Ramada	1	1,2
Sacavém	7	8,2
Santa Iria da Azóia	3	3,5
São João da Talha	6	7,1
Santo António dos Cavaleiros	2	2,4
Torres Vedras	2	2,4
Unhos	2	2,4
Total	85	100,0

Relativamente aos espaços físicos onde as agressões se perpetraram verifica-se uma maior tendência para as mesmas se darem na via pública (71,8%). De longe, seguidos por locais como os bares (8,2%) e a seguir pelas esquadras (5,9%).

Tabela 16 - Locais onde se deu a agressão

Locais	Frequência	Percentagem
Bar	7	8,2
Esquadras	5	5,9
Bombas de gasoline	1	1,2
Est. Comercial	2	2,4
Residência	5	5,9
Junta de Freguesia	1	1,2
Transportes públicos	2	2,4
Tribunal	1	1,2
Via pública	61	71,8
Total	85	100,0

Relativamente às situações que originaram as agressões contra os elementos da PSP, verifica-se que a grande maioria das vezes, (48,2%) foi aquando do pedido de identificação aos indivíduos abordados. Depois, 12 vezes (14,1%) em situações onde o OPC deu voz de detenção ao suspeito e ainda, 10 vezes (11,8%) em que os polícias foram agredidos ao chegar ao local da ocorrência.

Tabela 17 - Situação em que ocorreu a agressão

Situação	Frequência	Percentagem
À chegada da polícia	10	11,8
Abordagem a indivíduos suspeitos	1	1,2
Acompanhamento do indivíduo	1	1,2
Atendimento na Esquadra	1	1,2
Autuação	1	1,2
Impedimento de entrar na residência	1	1,2
Identificação	41	48,2
Impedir de abandonar o local da fiscalização	1	1,2
Intercepção de indivíduos em fuga/Revista	1	1,2
Ordem de largar a faca	2	2,4
Ordem de paragem	7	8,2
Ordem de proibição de conduzir	1	1,2
Pedido dos documentos	1	1,2
Perseguição automóvel	2	2,4
Revista	2	2,4
Voz de detenção	12	14,1
Total	85	100

O número de agressores por ocorrência varia de 1 a 7. Situações em que existem 1 agressor ocupam a grande maioria, em 85 autos de notícia por detenção, 67, (78,8%) foram de agressões perpetradas por apenas uma pessoa. Por 2 agressores, obteve-se um número total de 15 (17,6%) situações. As outras situações onde se registaram violência contra polícias ocorreram 3 vezes, por 4, 5 e 7 agressores.

Tabela 18 - Número de agressores presentes na ocorrência

Nº agressores	Frequência	Percentagem
1	67	78,8
2	15	17,6
4	1	1,2
5	1	1,2
7	1	1,2
Total	85	100

No que concerne ao facto do agressor se encontrar acompanhado ou não na altura da agressão constata-se através do gráfico abaixo apresentado que mais de metade dos agressores (54%) se encontravam acompanhados na altura em que cometeram a agressão.

Gráfico 12 - Agressor acompanhado ou só na hora da agressão



No que diz respeito ao número de testemunhas, observa-se que em quase todas as situações houve testemunhas policiais do sucedido. Em 39 vezes, 1 polícia testemunhou relativamente às agressões sofridas pelo(s) colega(s). Apenas em 5 (5,9%) casos se registaram civis a testemunhar da agressão sofrida por elementos da PSP. Foram 23 (27,1%) os casos em que 2 polícias testemunharam ocorrências que envolveram violência contra polícias.

Tabela 19 - Testemunhas da agressão

Testemunhas	Frequência	Percentagem
1polícia	39	45,9
1polícia+1civil	5	5,9
2 polícias	23	27,1
> 2 polícias	11	12,9
Outros	7	8,2
Total	85	100,0

Relativamente ao número de elementos agredidos em cada situação, constata-se que a grande maioria das ocorrências acabam com agressão a apenas 1 elemento, (83,4%). 13 (15,3%), foi o número de situações em que 2 polícias foram agredidos. Em apenas 2 situações (2,4%) foram vitimizados mais do que 2 polícias.

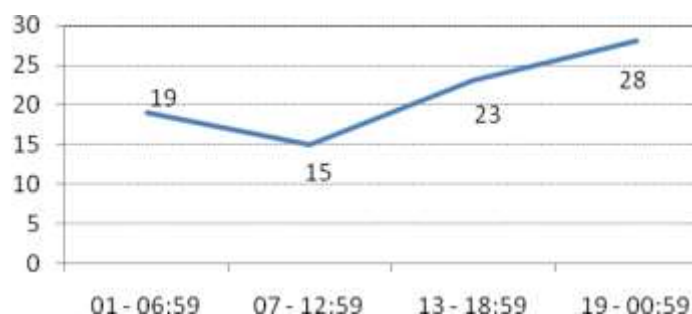
Tabela 20 - Número de elementos polícias agredidos por ocorrência

Nº de elementos	Frequência	Percentagem
1	70	82,4
2	13	15,3
4	2	2,4
Total	85	100,0

Relativamente à hora do dia em que as ocorrências aconteceram, procedeu-se para contabilizar a altura das agressões, à divisão do dia pelos turnos policiais, ou seja, dividiu-se o dia em 4. O turno de serviço que apresenta um maior número de agressões é o

compreendido entre as 19 horas e as 00:59 horas, registrando 28 agressões, seguindo-se do turno da tarde, com 23 agressões. De seguida, é durante o período nocturno que se registaram 19 agressões e por fim, 15 no período entre as 7 da manhã e as 12:59.

Gráfico 13 - Horas a que ocorreu a agressão



Relativamente aos meses em que ocorreram as agressões constata-se que o mês de Março foi o que registou um maior número de agressões contra polícias, 15. Este é o mês que mais se destaca, verificando que não existe outro mês em que se observe um número de agressões muito díspares dos restantes.

Tabela 21 - Número de agressões por mês

	Frequência	Percentagem
Janeiro	7	8,2
Fevereiro	7	8,2
Março	15	17,6
Abril	8	9,4
Maio	9	10,6
Junho	5	5,9
Julho	6	7,1
Agosto	7	8,2
Setembro	7	8,2
Outubro	5	5,9
Novembro	4	4,7
Dezembro	5	5,9
Total	85	100,0

No que respeita aos dias da semana em que ocorreram as agressões, observou-se que foi o Domingo o dia em que mais agressões se deram (24,7%). O segundo dia de mais situações violentas contra polícias foi a Quinta-Feira (20,0%), seguido do Sábado (16,5%). O dia em que se registou um menor número de agressões foi na Quarta-Feira (4,7%).

Gráfico 14 - Dias em que ocorreram as agressões



Características das vítimas envolvidas

Os elementos policiais não foram, em todos os casos observados, as únicas vítimas, existindo também algumas situações em que outras pessoas foram alvo da violência alheia. No entanto, optou-se no estudo por não apresentar os dados obtidos neste campo através de gráficos e tabelas uma vez se terem verificado poucos casos em que a violência atingiu outras pessoas para além do elemento da força de segurança.

Apenas se verificaram 9 vítimas civis, entre as quais 2 menores, filhos de um agressor, que foram posteriormente entregues à avó materna.

As restantes 7 vítimas, 4 delas do sexo feminino, possuíam idades compreendidas entre os 25 e os 59 anos de idade. Apenas uma era de nacionalidade e naturalidade angolana, sendo todas as outras nacionais e naturais de Portugal. Nenhuma vítima apresentava qualquer antecedente criminal ou estava sob influência de álcool ou qualquer outro tipo de substância. Apenas uma delas agrediu também o agressor, alegando legítima defesa.

Relativamente à relação entre os agressores e as vítimas constata-se que duas delas eram filhos de um dos agressores e outras duas eram esposas de outros dois agressores. Regista-se também que 4 pessoas atingidas pela violência mantinham uma relação de amizade com o prevaricador e outra era da mesma família de um deles. Das vítimas, 3 eram casadas.

Deve referir-se neste ponto, que dos autos de notícia por detenção não foi possível retirar mais nenhum tipo de informação, nem a nível organizacional, nem a nível social. Deste modo passar-se-á a explicar que resultados se obtiveram das entrevistas, no que diz respeito às dimensões atrás mencionadas.

Factores organizacionais

No que respeita aos factores organizacionais da Instituição, aplicados para diminuir possíveis agressões, podem observar-se vários aspectos que estiveram na

origem da violência (Anexo III, IV, V, VI e VII). Nesta perspectiva ir-se-á abordar o número de elementos policiais no local aquando da agressão e se a formação dos polícias foi suficiente para lidar com a situação em si.

Relativamente à primeira entrevista realizada, (Anexo III) verifica-se que a situação na qual ocorreu a agressão teve origem num furto a interior de supermercado. Perante a presença do elemento policial, que pediu a identificação da suspeita de furto, esta reagiu de forma pouco cooperante desferindo dois socos no peito ao elemento policial e injuriando-o, pelo qual o mesmo lhe deu voz de detenção. Nesta situação em concreto estavam no local dois agentes de autoridade (Anexo III, pergunta 4) que foram em número suficiente para controlar a agressão. Questionado o elemento sobre a formação que lhe tinha sido ministrada pela PSP, o mesmo respondeu que a mesma foi suficiente para lidar com este tipo de situação (Anexo III, pergunta 12).

No que diz respeito à segunda entrevista, (Anexo IV) a mesma retrata uma situação de violência verbal contra um Agente da PSP da Divisão de Loures que teve lugar numa operação de fiscalização rodoviária. O indivíduo injuriou e ameaçou o polícia várias vezes a fim de o mesmo não proceder a qualquer autuação (Anexo IV, pergunta I). No local estavam vários elementos policiais, cerca de 16, e a fiscalizar o agressor 2, pelo que se encontravam em superioridade numérica perante o infractor (Anexo IV, pergunta 4). No que respeita a formação ministrada pela PSP ao elemento em causa o mesmo afirmou possuir formação suficiente para lidar com a situação em concreto (Anexo III, pergunta 12).

Já a terceira entrevista (Anexo V) retrata uma situação de violência física originada pelo facto de os elementos policiais terem pedido a identificação a uma série de indivíduos, os quais possuíam características semelhantes à de pessoas que cometiam crimes naquela área (Anexo V, pergunta 1). Perante isto, e por um dos indivíduos abordados ter que ser conduzido ao departamento policial, gerou-se uma situação confusa em que mais moradores e amigos começaram a dirigir-se para o local injuriando e ameaçando os elementos policiais. Posto isto, um dos indivíduos que não o que seria inicialmente conduzido ao departamento policial, avançou em direcção ao entrevistado, um dos dois polícias no local, e agride-o fisicamente com uma cabeçada e dois socos no peito, pelo que lhe foi dada voz de detenção (Anexo V, pergunta I). De referir que os rádios policiais captavam rede de forma muito deficiente, dificultando em muito a chegada de reforços. Na situação em concreto encontravam-se no local apenas dois polícias na hora da agressão (Anexo V, pergunta 4), sendo manifestamente pouco para lidar com a situação em si,

devido ao rápido aglomerado de pessoas hostis que começou a formar-se. Relativamente à formação, o entrevistado afirmou possuí-la em quantidade suficiente para lidar com a situação em concreto, também pela experiência adquirida ao longo do tempo, referindo no entanto, que os elementos policiais deveriam ter uma maior componente prática na formação e que deveria ser contínua, também mencionando a falta de meios materiais à disposição dos efectivos daquela Divisão (Anexo V, pergunta 12).

A quarta entrevista (Anexo VI) reproduz uma situação de agressão com arma de fogo em que foram disparados vários tiros em direcção do entrevistado depois de este ter encetado perseguição automóvel a 5 indivíduos que tinham efectuado um roubo a um polícia, subtraindo-lhe a arma de fogo de serviço (Anexo VI, pergunta 1). Após interceptar a viatura suspeita e forçar a paragem da mesma, 4 dos indivíduos tentaram fugir enquanto um deles disparava em direcção aos polícias ali presentes. O facto de conhecerem bem a área de jurisdição permitiu a interceptação da viatura suspeita (Anexo VI, pergunta 1). Nesta situação, inicialmente, estavam apenas dois polícias a povoar o carro patrulha contra 5 suspeitos, um deles armado, encontrando-se assim em clara inferioridade numérica (Anexo VI, pergunta 4). De referir também que os elementos não faziam uso de coletes balísticos apesar de os mesmos se encontrarem no carro patrulha. O entrevistado referiu que não vestiram os coletes para não perder tempo e sair logo em perseguição aos suspeitos (Anexo VI, pergunta 9). Relativamente à pergunta que foi realizada ao entrevistado a fim de perceber se o mesmo teria ou não formação suficiente para lidar com esta ocorrência, o elemento respondeu que deveriam ter mais formação prática (Anexo VI, pergunta 12) e também mencionou a falta de meios materiais e de meios humanos na Divisão (Anexo VI, pergunta 11).

A última entrevista realizada a um elemento agredido (Anexo VII), aborda uma agressão que decorreu de uma situação de violência doméstica. Depois de uma chamada ao local onde havia notícia de violência doméstica e após contactar com o principal suspeito, os dois elementos policiais, a prestar serviço no carro patrulha (Anexo VII, pergunta 4), pediram ao mesmo que facultasse a sua identificação, o qual acatou a ordem. No entanto, momentos depois, o indivíduo começou a gritar e tentou ausentar-se para o interior da sua habitação, acção esta frustrada pela rápida intervenção dos elementos policiais. Foi então que o mesmo agrediu fisicamente um dos elementos, resistindo de forma violenta à detenção, acabando por provocar ferimentos em ambos os polícias (Anexo VII, pergunta 1). Interrogado sobre se possuía formação suficiente para lidar com esta situação, o

elemento respondeu ter sentido que não possuía a formação necessária para lidar com a situação originária de violência doméstica (Anexo VII, pergunta 12).

Relativamente à entrevista realizada ao Comandante da área Operacional da Divisão Policial de Loures (Anexo VIII), questionado o mesmo sobre a formação dos elementos policiais na Divisão, este afirmou que os mesmos possuíam formação suficiente mas que não praticavam convenientemente, faltando prática e continuidade na formação (Anexo VIII, pergunta 2)

Factores sociais

Relativamente aos factores sociais ligados às agressões, apenas foi possível obter informações sobre estes com base nas entrevistas. Os poucos dados passíveis de serem recolhidos referem que a nível social, a população residente na área de jurisdição da Divisão é constituída por algumas minorias localizadas em alguns pontos problemáticos, onde se observa a falta de emprego e pessoas de baixo estatuto social (Anexo III e Anexo V, pergunta 11). A heterogeneidade e as várias culturas presentes constituem uma dificuldade para a polícia local, uma vez que é necessário lidar com comunidades com hábitos e costumes diferentes (Anexo VII, pergunta 11).

O Contrato Local de Segurança, mais à frente explicado, em curso na Divisão Policial de Loures é também apontado como uma possibilidade para ajudar a PSP local a ser vista de forma diferente pela população, sendo esta uma aposta a longo prazo (Anexo IV, pergunta 11).

Outro aspecto várias vezes abordado nas entrevistas é o sentimento de impunidade que os agressores sentem ao agredir um elemento das forças de segurança. Em várias entrevistas se faz menção (Anexo IV e Anexo VI pergunta 11) a este aspecto referindo que os agressores não temem qualquer tipo de punição, encarando portanto a agressão de forma banal.

Análise e Discussão dos resultados

Após uma pesquisa cuidada dos dados e interpretação dos mesmos, interessa agora analisar e discutir de forma detalhada os resultados obtidos.

Começando pelas características pessoais e profissionais do elemento policial agredido, a primeira questão de pesquisa deste trabalho, apurou-se que a grande maioria dos polícias agredidos eram do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 26 e os 30 anos, indo de encontro ao que referem vários autores em estudos anteriores (Horstman, 1973; Bixler, 1976; Meyer et al, 1982b; Hirschel et al, 1994, cit. in Roh & Choo, 2007; Rabe-Hemp & Schuck, 2007). Este aspecto pode ser explicado pelo facto de serem sobretudo, elementos com esta faixa etária que povoam o carro patrulha, estando mais sujeitos a agressões. Relativamente aos elementos do sexo feminino, conclui-se que as mulheres na polícia têm menos propensão para serem alvos de agressões, tal como tinham concluído alguns autores (Rabe-Hemp & Schuck, 2007). Este fenómeno pode ser explicado pelo facto de haver muito menos elementos do sexo feminino na Divisão, reduzindo a probabilidade de uma mulher ser vítima de violência. Outras explicações surgem neste campo, como por exemplo, o facto de a presença de elementos policiais femininos poder ser um factor que contribui para a diminuição da ocorrência de situações de violência e que as mesmas podem ter a capacidade de acalmar o próprio agressor (Van Wormer, 1981 cit. in Rabe-Hemp & Schuck, 2007). Pode também referir-se neste ponto que alguns agressores, apesar de serem capazes de perpetrar violência contra polícias do sexo masculino, são incapazes de agredir mulheres, sejam elas polícias ou não (Rabe-Hemp & Schuck, 2007).

No que toca a habilitações literárias, a maioria dos polícias agredidos concluiu o ensino secundário, tal como refere Pinizzotto no estudo realizado em 1998. Estes dados podem também ser explicados pelo facto de mais de 50% do efectivo da Divisão possuir o 12º ano de escolaridade, o que leva a uma maior possibilidade destes serem vítimas de agressões, uma vez estarem em maior número. Elementos com um menor grau académico, com o quarto ano de escolaridade, por exemplo, são menos vezes vítimas de violência, uma vez que pertencem a escalões etários mais elevados, todos com idades superiores a 45 anos.

Relativamente ao estado civil dos polícias agredidos, concluiu-se que 43% dos mesmos eram casados, representando este grupo o que mais agressões sofreu, indo ao encontro de resultados obtidos por Pinizzotto (1998).

No que diz respeito ao posto ocupado pela vítima de agressão, constatou-se que a grande maioria ocupava a categoria de Agente, correspondendo a 61 casos em 85 analisados. Este resultado pode ser explicado pelo facto de estes serem os elementos policiais que tendencialmente despendem mais tempo no terreno, estando consequentemente mais próximos da população e mais sujeitos a agressões. O facto de a classe de Agente ser a mais atingida também pode ser compreendida por serem, geralmente, estes elementos a povoar o carro patrulha e por, como se observou, ser no desempenho desta função que se registam mais situações de agressões. Ainda relativo a este ponto, é importante realçar que a classe de Agentes representa 45,8% do efectivo total da Divisão, praticamente mais 10% do que a segunda classe mais representativa, a de Agente Principal, sendo este aspecto um factor explicativo para o facto de os Agentes terem mais probabilidades de serem agredidos. Já nos anos de serviço, os resultados obtidos indicam que 40% dos elementos vítimas de violência tinham menos de 5 anos de serviço, conforme alguns estudos realizados (Horstman, 1973; Meyer e tal, 1982b; Hirschel et al., 1994). Estes dados indicam que a inexperiência pode ser, por si só, um factor capaz de ditar o acontecimento ou não da agressão, contrariando um estudo realizado por Stetser em 2001. Para consolidar esta informação é importante indicar que os elementos mais atingidos pela violência são, normalmente, mais jovens.

No que concerne à segunda questão de pesquisa, abordar-se-ão as características do agressor.

Segundo os resultados obtidos, constatou-se que 92% dos agressores eram do sexo masculino, maioritariamente com idades compreendidas entre os 21 e os 25 anos (32,9%), indo estes resultados de encontro ao estudo de Roh & Choo (2007), sendo que 80% dos agressores estudados eram solteiros (Garrido, 1999, cit. in Rodrigues, 2006). Este último aspecto pode ser compreendido sob uma perspectiva de pertença familiar, uma vez que parece que o facto de ser casado pode, de certa forma, travar estes indivíduos a cometerem agressões, devido às possíveis complicações que a violência contra a polícia pode acarretar para a vida do agressor e também para a sua vida familiar. Ainda relativamente à maioria dos agressores, constata-se que os mesmos possuem idades algo parecidas com a maioria dos elementos policiais agredidos, estando ambos os lados, maioritariamente, localizados num escalão etário que vai desde os 21 aos 30 anos de idade. Isto pode ser explicado por os indivíduos mais novos serem mais vezes alvo de intervenções da polícia, o que pode levar, mais facilmente, a que estes dois grupos entrem em conflito.

Quanto à naturalidade e nacionalidade dos agressores, conclui-se no primeiro caso que 66,7% dos mesmos são oriundos de Portugal, e no segundo, que 81,5% dos mesmos possuem nacionalidade portuguesa. Observou-se que cerca de 33% dos agressores são de naturalidade estrangeira, indicado este dado que existe na área da Divisão de Loures uma considerável percentagem de imigrantes provenientes de diferentes países. Estes são muitas vezes alvo de abordagens por parte dos polícias, uma vez que se regista na área da Divisão uma grande heterogeneidade cultural. Relativamente à nacionalidade, apesar de viver na área de jurisdição uma população heterogénea, a violência é muitas vezes perpetrada, não por imigrantes, mas sim pelos filhos destes, que já nasceram em Portugal e que possuem também nacionalidade portuguesa. Esta observação é pertinente, uma vez que a maioria dos agressores possui uma idade compreendida entre os 21 e os 25 anos.

Relativamente à situação profissional dos agressores, apesar de não se ter conseguido descortinar a situação de todos eles à data dos factos, constata-se que 75,4% dos mesmos se encontravam no activo quando perpetraram a agressão. Relativamente à profissão exercida pelos mesmos, observou-se que o grupo profissional que cometeu mais agressões corresponde ao dos trabalhadores não qualificados de serviços, com uma percentagem de 33,3%, seguido pelos estudantes e pelos operários com 28,1% cada. Constata-se assim, que a maioria das profissões dos agressores em análise neste estudo, exigem um nível de ensino pouco elevado (71,9%) o que permite aferir que os mesmos possuíam, no geral, um baixo grau académico, partilhando uma vez mais das conclusões de estudos já realizados (Pinizzotto, 1998). Neste âmbito, segundo dados dos censos de 2001 e estatísticas do INE, foi possível aferir que existe uma elevada percentagem de indivíduos com baixo grau de escolaridade (na área de jurisdição da Divisão de Loures), o que leva os mesmos a enveredarem por actividades em que não são exigidas elevadas habilitações académicas, podendo este facto constituir um factor explicativo do porquê das agressões serem, na sua maioria, cometidas por pessoas com pouca formação escolar.

Outro aspecto importante é que 70% dos agressores actuaram na sua zona de residência, revelando este facto que a violência tende a ocorrer em locais conhecidos do agressor, sítios com os quais os mesmos estão familiarizados, conhecendo bem o meio que os rodeia, o que pode nestes casos dar uma confiança extra ao agressor antes de perpetrar a agressão. Este facto pode também ser explicado por as abordagens ou as ocorrências em que a polícia local intervém serem, geralmente, locais próximos da morada dos agressores.

No que diz respeito ao facto de os agressores serem identificados pela polícia como pertencentes a gangs ou grupos, verificou-se que apenas 4,9% pertencem efectivamente,

segundo dados obtidos através do SEI, a gangs, sendo que os agressores pertencentes a grupos correspondem a 24,7% dos casos. Uma tentativa de explicar o facto de existir uma percentagem tão pequena de elementos que pertencem a gangs remete-se para a possibilidade de os mesmos não quererem ser identificados pelas forças da ordem, de modo a poderem continuar a desenvolver as suas acções da forma mais discreta possível.

Ainda no que toca ao agressor, conclui-se que mais de metade dos mesmos já possuíam antecedentes criminais registados no sistema da PSP, o SEI (64,2%), remetendo este facto para a real existência do sentimento de impunidade existente. Apesar de muitos agressores possuírem antecedentes, a possível punição anteriormente aplicada não os impediu de voltarem a cometer um crime, agora contra elementos da PSP. Também pode ser destacado neste ponto, que o facto dos agressores possuírem antecedentes criminais pode significar que os mesmos têm mais propensão a cometer novos crimes, não respeitando a lei. Este aspecto indica que existe uma elevada taxa de reincidência.

Os resultados permitem afirmar que uma pequena percentagem dos indivíduos agressores estava sob o efeito de álcool ou estupefacientes. Apenas por 12 vezes os agressores se encontravam sob o efeito de substâncias, 11 sob o efeito de álcool e 1 sob o efeito de estupefacientes, vindo estes resultados contradizer aqueles obtidos em estudos anteriores (Rabe-Hemp & Schuck em 2007; Pinizzotto, 1998; Stetser, 2001; Chapman, 1974). No entanto, um estudo realizado em Portugal, em 2006, por Rodrigues, concluiu que o agressor estaria poucas vezes sob influência de álcool ou de outra substância que diminuísse a sua capacidade. Neste ponto, os resultados aqui apresentados podem ser inferiores à realidade pelo facto de em determinadas situações, o elemento policial não ser capaz de detectar se o agressor está ou não sob o efeito de álcool ou de estupefacientes, uma vez que esta característica pode não ser manifesta sem submeter o indivíduo aos testes de despiste das respectivas substâncias. De referir que o teste para o despiste de estupefacientes não existe nas esquadras de competência genérica da Divisão em causa.

Depois de analisado o agressor, passa-se para a caracterização da agressão e para os factores situacionais em si, a terceira questão de pesquisa.

Os resultados obtidos mostram ainda que são os elementos adstritos ao carro patrulha que mais estão sujeitos a agressões (64,7%). Este indicador pode ser explicado por estes se encontrarem em número mais reduzido, geralmente de 2, e serem usualmente os primeiros a chegar ao local da ocorrência e a contactar com o cidadão. O que também pode aqui ser relacionado é que quem normalmente povoa o carro patrulha são profissionais com o posto de Agente. Os resultados obtidos apontam que em 48,2% das vezes, apenas 2

polícias se encontravam no local aquando da agressão. Estes resultados confirmam o que foi constatado por Durão (2006).

O meio de agressão com maior representatividade foi executado através de força física (41,7%), seguido das injúrias (31,7%). No entanto, assiste-se a uma relativa igualdade entre a percentagem associada às situações de violência física (48, 9%), 15% destas mais graves, e à de situações que envolveram violência verbal (46, 8%). É ainda de referir que o recurso a armas de fogo por parte dos agressores não foi observado mais de 3 vezes, representando apenas 2,2% dos casos.

Importa ainda constatar que 72% dos polícias aqui estudados foram agredidos mais de uma vez apenas nos anos considerados no estudo. Este facto pode ter na sua génese várias explicações. A primeira pode prender-se com a actividade que os elementos desempenham, ou seja, existem polícias que passam vários anos seguidos como tripulantes do carro patrulha, estando estes, como já se viu, mais propensos a serem vítimas de violência. Outra possibilidade que surge para explicar este facto é que podem, por vezes, existir elementos policiais com mais tendência a envolverem-se em situações de maior perigosidade, havendo maior probabilidade de os mesmos enfrentarem situações de violência.

Foi possível verificar que as ocorrências com maior representatividade são as de distúrbios na via pública (23,6%), as fiscalizações de trânsito (16,5%) e por fim, as desordens em bares e estabelecimentos de diversão, estando estes últimos, claramente associados ao período nocturno. Os dados aqui obtidos já tinham sido apresentados por diversos autores em estudos precedentes (Roh & Choo, 2007; Rabe-Hemp & Schuck, 2007; LEOKA, 2006, cit. in Rabe-Hemp & Schuck, 2007; Rodrigues, 2006; Stetser, 2001; Bixler, 1976; Chapman, 1974, cit. in Roh & Choo, 2007). Estes resultados podem ser explicados pelo facto de ser mais fácil para o agressor agredir um elemento policial num local amplo do que num confinado, uma vez que no primeiro a possibilidade de fuga é maior. Deve ainda clarificar-se que são os distúrbios de ordem pública (34,3%) as situações mais frequentes de agressão, seguidas de situações relacionadas com o trânsito (22,5%) e bares/ festividades (15,4%). Por outro lado, as agressões ocorridas nas esquadras podem sugerir uma quebra dos procedimentos de segurança por parte dos elementos policiais, o que poderá ter permitido a ocorrência de agressões naquele local.

Tal como alguns autores defendem, observou-se que a uma população heterogénea, como no território policiado pela PSP da Divisão de Loures, está geralmente associada

mais violência contra a polícia. (Roh & Choo, 2007; Stetser, 2001; Meyer, 1982b; Chapman, 1976).

Segundo resultados obtidos, vislumbra-se que o crime maioritário perpetrado contra elementos policiais é o de ofensas à integridade física. No entanto, constata-se que por diversas vezes o agressor comete várias ofensas simultâneas contra o polícia: injúria, ameaça e ofensa física (Rodrigues, 2006; Pinizzotto, 1998; Kaminski & Sorensen, 1995), revelando estes dados que o mesmo não se fica apenas pelo desencadear de uma acção violenta.

A agressão ao elemento policial ocorreu maioritariamente em situações de reactividade, ou seja, no espaço temporal em que a ocorrência se estava a desenrolar. Quase metade das agressões ocorreram no momento em que o agente de autoridade pediu ao agressor para este lhe fornecer a sua identificação. Perante isto, as situações mais perigosas são quando o elemento policial pede a identificação (48,2%) ao agressor, no momento do primeiro contacto/ abordagem (14,2%) e no momento em que é dada ao suspeito "voz de detenção" (14,1%). As situações de agressões ocorrem, sobretudo, quando se encontravam no local dois ou mais indivíduos "suspeitos" (54%). Este dado pode indicar que muitos agressores se sentem incomodados pela presença de autoridade e que ao mínimo contacto reagem de forma agressiva e inapropriada.

Dos 85 autos de notícia por detenção analisados, 67 referem-se a ocorrências em que houve apenas 1 agressor, tal como concluído em estudos anteriores (Rabe-Hemp & Schuck, 2007). Por 15 vezes se verificaram situações em que existiram 2 agressores e apenas por 3 vezes houve mais do que 2 agressores envolvidos. No entanto, em mais de 50% das ocorrências existiam pessoas a acompanhar o agressor (54%), indo este resultado ao encontro de conclusões apresentadas por diversos autores (Rabe-Hemp & Schuck, 2007) que defendem que existem, geralmente, mais pessoas no local da agressão do que apenas o polícia e o agressor. Esta informação pode, possivelmente, apontar para o facto de que o agressor, ao estar acompanhado na altura em que comete o acto de violência contra o polícia, sente uma maior segurança para o fazer, sentindo-se mais apoiado e protegido.

Já no que diz respeito aos elementos policiais agredidos, foram 70 as vezes em que apenas um polícia foi vítima de agressão, 13 em que houve 2 polícias vítimas de violência por parte de cidadãos e apenas se verificaram 2 situações com mais de 2 polícias agredidos.

No que se refere às horas em que ocorreu a agressão, verificou-se um maior número no período nocturno, ou seja, no turno policial 19h – 00h59, indo de encontro ao defendido por alguns autores (Rabe-Hemp & Schuck, 2007; Croft, 1985, cit. in Rabe-Hemp &

Schuck, 2007; Goldstein, 1975; Andrews & Bonta, 1994; cit. in Goldstein, 1975; Zimbardo et al., 1973).

Relativamente aos meses em que se registaram as agressões, o mês de Março apresentou um número mais elevado, seguindo-se o mês de Maio e o de Abril. Nos restantes meses obtiveram-se resultados não muito divergentes, contrariando a ideia apresentada por vários estudos que referem que é nos meses de Verão que se verificam picos de agressões contra elementos policiais (Roh & Choo, 2007), ou ainda outros autores que apresentam o mês de Dezembro como aquele em que mais se verificam ofensas contra elementos policiais (Meyer et al., 1982).

O dia da semana em que se verificaram mais agressões foi o Domingo (24,7%), seguido da Quinta-Feira (20%). Este resultado pode ser explicado pelo facto de estes dias estarem associados às saídas nocturnas, de Sábado e Quinta-Feira à noite. O segundo dia encontra-se associado às saídas nocturnas de indivíduos mais jovens, como por exemplo estudantes. Esta informação pode ser cruzada com os locais onde mais se registam agressões, sendo certo que os bares e os locais de diversão nocturna aparecem em terceiro lugar no topo da lista e a idade dos agressores é maioritariamente dos 21 aos 25 anos de idade.

Uma explicação, de várias possíveis, para o facto de haver um número considerável de agressões nesta Divisão pode também dever-se ao facto de existir, em alguns locais, uma elevada presença policial, o que por si só aumenta o contacto entre a PSP e a população, podendo originar, mais facilmente, atritos e consequentes agressões (Kaminski, 2003).

Relativamente às vítimas não policiais, apenas se verificaram 9, desde a idade de criança até aos 59 anos. Deste ponto pode-se afirmar que a violência desencadeada visou, na maior parte das vezes, atingir apenas e só o elemento policial. Este facto permite aferir que não são as situações de violência doméstica as que mais propiciam a ocorrência de agressões contra polícias, como defendem Rabe-Hemp e Schuck no estudo realizado em 2007, uma vez que se isto se verificasse, haveria um maior número de vítimas não policiais.

Relativamente à quarta questão de pesquisa, no que respeita aos factores organizacionais verificados em ocorrências onde se registou violência contra polícias, assiste-se a algumas diferenças sobre o que é recomendado e o que é prática na Divisão de Loures. O que se pretende destacar neste ponto é o reforço dos meios materiais (Anexo V e VI, pergunta 12 e 11, respectivamente) que os elementos policiais devem possuir para

assegurarem a sua protecção, bem como a necessidade de mais meios humanos, o que vai de encontro ao que é recomendado, por exemplo, pela Eurocop (2003).

Em todas as entrevistas realizadas foi afirmado que o número de elementos policiais presentes no início da intervenção e na altura em que a agressão se deu, era de apenas 2. Tal como estudos anteriormente realizados referem (Durão, 2006), observa-se que 2 polícias é um número insuficiente para travar agressões e que seria benéfico colocar, se possível, 3 elementos policiais no carro patrulha, de modo a diminuir a probabilidade de se desencadear uma acção ofensiva por parte dos cidadãos. No entanto, pelo que foi atrás mencionado e pelo que é demonstrado na caracterização da amostra, é evidente a falta de recursos humanos na Divisão, o que poderá levar a uma necessidade de redistribuir os recursos existentes ou simplesmente à necessidade de introduzir novos elementos.

Ainda na perspectiva organizacional e segundo as entrevistas (Anexo V, Anexo VI, Anexo VII, pergunta 12 e Anexo VIII, pergunta 2) percebe-se que existe carência na formação e no treino dos elementos, devendo este ponto ser corrigido devido à importância que apresenta na actuação diária dos profissionais (Pinizzotto, 1998; Pinizzotto, 2002).

Relativamente aos factores sociais, ainda referentes à quarta questão de pesquisa, que contribuem para a ocorrência de situações de violência contra elementos policiais, constata-se que existe alguma dificuldade no relacionamento entre a polícia e algumas comunidades, nomeadamente aquelas onde se encontram minorias. Regista-se também que, tal como no estudo realizado por Miethe & Meier (1994: 44 cit. in Kaminski, 2003), a heterogeneidade existente na comunidade é um factor que dificulta o entendimento entre as forças da ordem locais e as pessoas. Os diferentes hábitos e culturas podem tornar a compreensão da actividade policial complicada por parte das minorias, dificultando qualquer aproximação. Numa tentativa de melhorar esta relação, implementou-se recentemente na Divisão Policial de Loures (Freguesias de Apelação, Camarate, Sacavém) o Contrato Local de Segurança (Anexo IV, pergunta 11), representando um investimento a longo prazo que visa essencialmente consolidar a imagem da PSP da área local junto da comunidade em geral.

Estratégias de prevenção de agressões contra elementos policiais e apoios aos elementos agredidos

A fim de completar a informação obtida através da análise dos autos de notícia por detenção, foram elaboradas as entrevistas, que permitem, agora, abordar as duas últimas questões de pesquisa.

Relativamente a estratégias jurídicas e à sua eficácia relativa, as penas ou medidas de coacção aplicadas aos agressores nunca foram privativas de liberdade. Na primeira, segunda e quinta entrevistas (Anexo III, Anexo IV e Anexo VII, pergunta 13), observou-se que a pena nunca chegou a ser aplicada, uma vez que os arguidos não chegaram sequer a comparecer em tribunal, apesar de terem sido notificados para o efeito.

No que diz respeito às ocorrências relatadas na segunda e terceira entrevistas, é importante frisar que os Procuradores do Ministério Público responsáveis pelos processos propuseram, logo à partida, o arquivamento dos mesmos (Anexo IV, pergunta 9). No primeiro caso, a decisão foi justificada com base na ideia de que todo o polícia deveria estar habituado a lidar com a violência, e no segundo, o arquivamento chegou mesmo a ser pronunciado por alegada falta de provas

De seguida, na quarta entrevista (Anexo VI, pergunta 13), de longe a situação que maior violência envolveu, a medida de coacção aplicada a um dos agressores foi a de apresentações diárias numa esquadra da PSP, tendo o outro arguido ficado a cumprir um mandado de prisão de 18 meses (Anexo VI, pergunta 13). De referir, depois de pesquisa realizada no SEI, que os indivíduos possuíam um longo historial de violência, em roubos e assaltos à mão armada. A entrevista ao Oficial responsável pela área operacional (Anexo VII, pergunta 8) veio reforçar a ideia de que as penas ou medidas aplicadas aos agressores não possuem nenhum tipo de efeito dissuasor para a pessoa que emprega a violência contra a polícia, não se observando neste campo uma estratégia de prevenção capaz de impedir agressões futuras.

Observa-se através das entrevistas efectuadas, um sentimento de impunidade que os transgressores sentem ao serem detidos pela polícia e presentes a tribunal (Anexo IV, V e VII pergunta 11). A medida de coacção mais gravosa aplicada nos casos em apreciação correspondeu à de apresentações diárias num departamento policial, decretada a um elemento que tinha cometido um roubo violento, participando também num tiroteio e numa fuga automóvel. Neste ponto, é importante referir que o sentimento de impunidade pode levar a que polícias, por desmotivarem devido às penas insuficientes aplicadas aos infractores, deixem de agir proactivamente, diminuindo a qualidade da sua intervenção.

No que respeita às estratégias organizacionais da Instituição para apoiar polícias agredidos ou para prevenir situações de violência contra polícias, pode observar-se, através das respostas dadas nas entrevistas, que nenhum apoio foi prestado pela Instituição, a nível jurídico, psicológico ou financeiro (Anexo III, IV, V, VI e VII, perguntas 7 e 10). Os mesmos afirmaram desconhecer a existência de qualquer tipo de apoio na Divisão, após situações deste género ocorrerem. No caso da terceira entrevista (Anexo V, pergunta 7 e 10) não foi proposto nenhum apoio jurídico ou financeiro ao polícia agredido, apesar do processo ainda decorrer na Inspeção-Geral da Administração Interna, uma vez que o cidadão agressor apresentou queixa-crime contra o polícia agredido. Por esta razão, o elemento policial contratou um advogado, suportando as despesas consequentes, uma vez o mesmo desconhecer, ou não o fazer pela possível demora que a acção poderia acarretar, que poderia elaborar um requerimento dirigido ao Excelentíssimo Director Nacional da PSP para que lhe fosse concedido um defensor para este caso em concreto (Anexo VIII, pergunta 5). É também nesta fase que os superiores hierárquicos devem ter grande preponderância, informando os seus elementos das opções que têm ao seu alcance. Para além destes gastos financeiros, ainda devem os polícias agredidos deslocar-se pelos seus próprios meios ao NDD (por vezes em dias de folga) para serem ouvidos internamente pelo sucedido (Anexo V, pergunta 10). Relativamente à farda policial, se esta for danificada numa situação de agressão, a mesma não é ressarcida pela PSP. (Anexo V, pergunta 7 e Anexo VI e Anexo VIII, pergunta 5). Regista-se a mesma situação no que diz respeito aos custos hospitalares, todos suportados pelos elementos policiais entrevistados que necessitaram de deslocar-se ao hospital, e não pela Instituição.

Quanto a apoio psicológico, a nenhum dos elementos entrevistados foi proposto, nem mesmo ao polícia agredido através de arma de fogo, apesar do mesmo referir as dificuldades que teve a nível psicológico nas semanas a seguir ao sucedido (Anexo VI, pergunta 9). O Comandante de Esquadra deve, em situações como estas, redobrar a atenção para com o efectivo, a fim de verificar nas situações em que isto é possível, se os elementos necessitam de algum tipo de apoio mais especializado do que aquele fornecido pelos camaradas (“Peer Suport”, Anexo VIII, perguntas 4 e 6).

Ainda no campo das estratégias organizacionais, pode constatar-se a falta de meios materiais e humanos (Anexo VI, pergunta 11) que se encontram à disposição dos elementos policiais naquela Divisão e que poderiam diminuir o número de polícias agredidos, uma vez as agressões aqui relatadas se terem perpetrado sempre na presença de 2 elementos policiais, o que pode significar que este é um número insuficiente para

dissuadir os agressores, sendo pertinente realizar uma chamada de atenção, nesta matéria, às chefias daquela Divisão. De modo a finalizar esta área de prevenção, constatou-se que existe, segundo algumas entrevistas (Anexo V, VI e VII pergunta 12), falta de prática e formação contínua na área das técnicas policiais, o que pode constituir uma lacuna na hora de actuar em situações que representem um perigo mais elevado.

Relativamente aos factores situacionais, foi possível constatar pelas 5 entrevistas realizadas a polícias agredidos, que a intervenção dos mesmos foi digna e obedeceu em todos os casos aos preceitos teóricos de actuação, não tendo sido este factor responsável pelo desencadear da violência. Em todas as intervenções policiais, todas elas em ambientes diferentes, registou-se, segundo os testemunhos obtidos, uma digna e profissional actuação por parte dos elementos da PSP.

Relativamente às estratégias sociais desenvolvidas entre a Divisão Policial de Loures e a comunidade que vive na área de jurisdição da mesma, o protocolo mais significativo realizado entre estas duas faces (Anexo IV, pergunta 11) foi a celebração do Contrato Local de Segurança, implementado nas freguesias de Apelação, Camarate e Sacavém, com o objectivo de aproximar a população da PSP local e encurtar a distância que separa os polícias da comunidade. Este protocolo foi estabelecido entre a PSP local, o governo civil, o município de Loures e muitas outras instituições dos mais diversos sectores (SEF, IPJ, ACIDI, GIC, o agrupamento de Escolas da Apelação, de Camarate, de Sacavém e do Prior Velho).

Neste âmbito, desenvolveram-se várias acções entre a Polícia e a população, maioritariamente entre populares de bairros problemáticos¹⁶. Alguns objectivos que procuram ser atingidos através desta parceria são: reduzir os índices de criminalidade, prevenir a delinquência juvenil, aumentar o sentimento de segurança, promover uma cultura de responsabilização onde os direitos estejam necessariamente associados aos deveres, incentivar o sentimento de auto-estima e pertença comunitária e melhorar a relação entre a comunidade em geral e a polícia (Monteiro, 2009).

A participação deste leque de instituições pode permitir estabelecer uma relação mais próxima entre as mesmas e consequentemente criar canais privilegiados de partilha de informações. O Contrato Local de Segurança é uma aposta a longo prazo que poderá florir no futuro.

¹⁶ Directiva Operacional 16/2006 da Direcção Nacional da PSP

CONCLUSÃO

Concluído o trabalho, e apesar dos obstáculos encontrados, é possível aferir que a actividade policial revela perigosidade e risco para os elementos, uma vez que apenas em dois anos, 25,61% do efectivo da Divisão de Loures foi vítima de violência física ou verbal. No entanto, tal não corrobora necessariamente com a ideia que defende que a violência está inevitavelmente inerente à actividade policial, sendo vista como algo normal decorrente da mesma.

A proximidade entre o polícia e o cidadão é muitas vezes geradora de conflitos, uma vez se poderem instalar situações de alguma tensão que podem crescer com a actuação policial, quando é necessário cessar com acções que não condizem com parâmetros legais e cívicos.

Com este estudo, pretendeu-se descortinar mecanismos explicativos da violência contra a Polícia, mais precisamente na Divisão de Loures e perceber as estratégias que existem para proteger o elemento da PSP em casos em que se verificasse a prática de violência contra o mesmo. Assim, mostrou-se pertinente o estudo de tal temática, considerando a violência física e verbal.

O termo Polícia e as funções de polícias são também eles vastos, estando previstos em vários diplomas.

Concluiu-se que o conceito de “Violência” pode ser abordado sob várias dimensões: a física, verbal, psicológica ou ainda a dimensão simbólica.

Relativamente ao enquadramento jurídico, existem vários crimes que prevêem que a vítima seja um elemento das forças de segurança, agravando, em todos estes casos, as molduras penais ou o tempo máximo de pena para o infractor, significando que existe, de facto, diferença entre um cidadão comum e um agente da autoridade.

Este estudo visou apresentar características dos agressores, dos polícias agredidos, dos factores situacionais e sociais que permitissem compreender o fenómeno que gira em torno da violência contra a Polícia, e ainda descortinar as estratégias de prevenção que existem com o intuito de diminuir as agressões, bem como os apoios prestados aos elementos vítimas de violência.

O trabalho pretendeu também demonstrar e alertar os elementos policiais, sobretudo os que estão adstritos ao carro patrulha, para os indivíduos agressores que foram caracterizados neste estudo, bem como para a intervenção em determinadas ocorrências também aqui abordadas, de modo a poderem, atempadamente, interpretar de forma

correcta os sinais de perigo e as ameaças perante as quais se encontram presentes, com o intuito de adoptarem medidas preventivas e redobram a atenção e o cuidado. Também as chefias devem ser alertadas a fim de redireccionarem o dispositivo e os meios a enviar para o local, de modo a proteger ao máximo o efectivo. Os postos hierarquicamente superiores devem estar atentos ao apoio a fornecer e a prestar aos seus elementos em situações traumáticas, proporcionando aos mesmos toda a ajuda necessária, activando os mecanismos indicados para a ajuda ser prestada.

Relativamente à própria Instituição PSP e à Divisão de Loures em si, o trabalho será útil, na medida em que a agressão e a violência contra um polícia pertencente à Corporação não o atinge apenas a ele, mas atinge também indirectamente a própria PSP, pois um elemento que não consiga desempenhar de forma correcta e profissional a sua actividade, prejudicará toda a estrutura, uma vez que basta uma má acção de um elemento para denegrir a imagem de todo o grupo. Este trabalho pretende ainda, com humildade, alertar para a necessidade de adoptar medidas estratégicas, a nível organizacional, nomeadamente na aquisição de meios materiais e humanos e de uma melhor e mais prolongada formação para os seus elementos, a fim dos mesmos se encontrarem em condições de agir de forma segura e profissional. Neste campo, têm-se observado algumas melhorias no que diz respeito à formação dos elementos policiais, sendo de referir, por exemplo, a introdução do curso de técnicas de intervenção policial ou a formação contínua de prática de tiro. No entanto, ainda impera a necessidade de melhorar, uma vez que o treino e a formação do efectivo policial demonstram ser de extrema importância para uma melhor e mais profissional actuação da Polícia.

No âmbito da prevenção social, seria igualmente importante desenvolver mecanismos de aproximação entre a Polícia local e a comunidade, numa tentativa de melhorar a relação existente. Neste ponto, deve dizer-se que o Contrato Local de Segurança muito tem contribuído para tentar melhorar esta relação, numa tentativa de abrir as portas da Instituição à comunidade.

No que respeita a estratégias jurídicas, observa-se depois de ler as entrevistas realizadas, uma falta de percepção relativamente às consequências que podem advir das agressões, sejam elas físicas ou verbais. Observa-se também, segundo as mesmas entrevistas, que o processo, por vezes, ao chegar ao Procurador do Ministério Público pode ser arquivado, constatando por aqui que a palavra e a farda de um agente de autoridade, que representa o Estado, vale tanto como a de um cidadão acusado de cometer um crime. Esta excessiva passividade e falta de actuação firme do sistema judicial podem levar a que

os agressores continuem a agredir polícias, devido ao sentimento de impunidade existente, também explanado nas entrevistas, ao aperceberem-se que nada ou pouco lhes acontece ao praticarem estes actos. Para corroborar este facto basta olhar atentamente para os números de ocorrências de violência contra elementos da PSP no ano de 2009 na Divisão Policial de Loures, cerca de mais 60 casos do que no ano transacto.

Deve porém, referir-se que por vezes a actuação policial de alguns elementos não se coaduna com o desempenho correcto da actividade em si. É possível que alguns polícias não respeitem os princípios de actuação pelos quais a PSP se deve reger, actuando de forma pouco profissional, levando esta actuação deficiente a ser a responsável pelo desencadear de situações de violência contra o próprio efectivo.

A aquisição de câmaras nos carros patrulha, capazes de captarem imagens do exterior, poderia ser uma medida extremamente benéfica para melhorar a acção da justiça, uma vez que iria ser possível recolher mais provas que permitissem um julgamento justo e mais consubstanciado contra o responsável, fosse ele o cidadão ou o polícia.

Depois de abordar esta temática tão sensível, conclui-se que a violência contra polícias na Divisão Policial de Loures, e possivelmente noutras Divisões, é algo de complexo e preocupante. Apesar dos escassos apoios e estratégias de prevenção insuficientes, os elementos policiais devem continuar a trabalhar, muitas vezes sem o material mais adequado à realidade, porque lhe é exigido que mantenham a paz e a ordem social, para que o cidadão, que por vezes o agride, possa viver de forma segura e tranquila.

Trabalho realizado por:

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Mário Gonçalves, *Direitos humanos e Eficácia Policial – Sistemas de Controlo da Actividade Policial* in “Um processo em constante devir”, Lisboa, Inspeção-Geral da Administração Interna, 1998

CARTER, David L., RADELET, Louis A., *The Policie and the Commnity*, New Jersey, 6ª Edição, Prentice-Hall, Inc., 1999

CORREIA, Sérvulo, *Diccionário Jurídico da Administração Pública*, Vol. VI, Lisboa, 1994

COSTA, Roy Bruto da, Luz, Paula Mendes, *Vulnerabilidade ao stress e estrutura organizacional – Estudo numa amostra de agentes das forças especiais e de patrulheiros da Polícia de Segurança Pública*, “Encontro de Psicologia Militar sobre Recrutamento e Selecção”, pp. 243-254, Nov. 2004

DELATTRE, Edwin J., *Character and Cops: ethics in policing*, E.U.A., 3ª Edição, American Enterprise Institute, 1996

DECOCQ, André, et al., *Le Droit de la Police*, Editions Litec, 1991

DIAS, Mário Gomes, *Direitos humanos e Eficácia Policial – Sistemas de Controlo da Actividade Policial* in “Limites à Actuação das Forças e Serviços de Segurança”, Lisboa, Inspeção-Geral da Administração Interna, 1998

DURÃO, Susana, *Patrulha e Proximidade. Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*, Tese de Doutoramento em Antropologia das Sociedades Complexas apresentada no I.S.C.T.E, 2006

ECO, Umberto, *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Editorial Presença, Lisboa, 1995

EUROCCP, Voice of the police in europe. *Violence against Police Officers is Violence against Society*. Conclusion of the project on violence against police officers. September 2003

FERNANDES, José Manuel de Abreu, *A Polícia como Profissão de Risco – Estudo Exploratório da caracterização do perfil do agressor ao agente da Polícia de Segurança Pública*, Tese de Licenciatura em Ciências Policiais apresentada no I.S.C.P.S.I, 2009

GOLDSTEIN, Jeffrey H., *Agression and Criminal of Violence*, E.U.A., Oxford University Press, Inc., 1975

GONÇALVES, Sónia, NEVES, José, *Stress Ocupacional, Estratégias de COPING e Implicação Organizacional em Contexto Policial*, “Encontro de Psicologia Militar sobre Recrutamento e Selecção”, pp. 165-173, Nov. 2004

HIRIGOYEN, Marie-France, *Assédio, coacção e violência no quotidiano*, Lisboa, Pergaminho, 1999

LAPKIN, Gerald, *Direitos Humanos e Eficácia Policial – Sistemas de Controlo da Actividade Policial* in “Os Limites Democráticos da Polícia; Estreitando o Círculo”, Lisboa, Inspecção-Geral da Administração Interna, 1998

LEONARDO, José Manuel P., *Agressão e violência*, “Polícia Portuguesa”, Ano 57, n.º 88, pp. 7-10, Jul./Ago. 1994

L’HEUILLET, Hélène, trad. FONSECA, Luís, *Alta polícia, baixa polícia: uma abordagem histórica da polícia*, Portugal, Editorial Notícias, 2004

LORENZ, Konrad, trad. TAMEN, Isabel, *A Agressão – Uma história Natural da Mal*, Lisboa, 1ª Edição, Moraes Editores, 2001

LOURENÇO, Nelson, LISBOA, Manuel, *Cadernos de CEJ – Representações da Violência*, n.º 2, Centro de Estudos Judiciários, 1991

MICHAUD, Yves, *Controlo Externo da Actividade Policial* in “A Violência na Sociedade Actual”, Portugal, Inspeção-Geral da Administração Interna, Vol. II, Anos 1998-2002

MATOS, Armanda Pinto da Mota, *Televisão e violência – (Para) Novas Formas de Olhar*, Coimbra, Almedina, 2006

MONTEIRO, Paula, *Quando o polícia é a vítima – Consequências das agressões aos agentes da P.S.P.*, Tese de Licenciatura em Ciências Policiais apresentada no I.S.C.P.S.I., 2002

OAKLEY, A. (1981). Interviewing women: A contradiction in terms. In H. Roberts (Ed.), *Doing feminist research* (pp. 30-61). London: Routledge & Kegan Paul

PEREIRA, Bruno Carvalho, *Perfil Geográfico: Ferramenta de Auxílio no Âmbito do Sistema de Investigação Criminal*, Tese de Licenciatura em Ciências Policiais apresentada no I.S.C.P.S.I., 2008

PINIZZOTTO, Anthony J., et al., *In the line of fire: learning from assaults on law enforcement officers* “FBI Law Enforcement Bulletin”, Vol. 67, n.º 2, pp. 15-23, Fev. 1998

PINIZZOTTO, Anthony J., et al., *Escape from the Killing zone*, “FBI Law Enforcement Bulletin”, Vol. 71, n.º 3, pp. 1-7, Mar. 2002

RABE-HEMP, Cara E., SCHUCK, Amie M., *Violence Against Police Officers: Are Female Officers at Greater Risk?*, “Police Quarterly”, Vol. 10, n.º 4, pp. 411-428, Dec. 2007

RAPOSO, João, *Direito Policial I*, Coimbra, Edições Almedina, 2006

RODRIGUES, Ana Cristina Duarte, *Agressões à GNR*, “Pela Lei e Pela Grei”, Ano 17, n.º 69, pp.20-22, Jan./Mar. 2006

RODRIGUES, Aroldo, *Psicologia Social*, Brasil, 12ª Edição, Editora Vozes, Ltda., 1972

ROH, Sunghoon, CHOO, Tae, *Citizen Violence against Korean Police*, “Crime & Justice International”, Vol. 23, n.º 97, pp. 4-13, Mar./Abr. 2007

SEGURANÇA, Gabinete Coordenador, *Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2007*, Ministério da Administração Interna, 2007

SEGURANÇA, Gabinete Coordenador, *Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2008*, Ministério da Administração Interna, 2008

SEGURANÇA, Gabinete Coordenador, *Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2009*, Ministério da Administração Interna, 2009

SOUSA, Vera Lourenço de, *Politeia* in “A integração de Recursos Humanos na P.S.P.: o processo de socialização”, Coimbra, Ano III – Número Especial – 2006, Edições Almedina, Jan. 2007

VIEIRA, José Manuel Teles, *Agressões aos Agentes Policiais – Causas, Consequências e caminho a percorrer*, Tese de Licenciatura em Ciências Policiais apresentada no I.S.C.P.S.I., 2000

WAKEFORD, J. (1981). From methods to practice: A critical note on the teaching of research practice to undergraduates. *Sociology*, 15 (4), 502-512

Legislação consultada

LEI n.º 53/2007, de 31 de Agosto (Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública)

LEI n.º 53/2008, de 29 de Agosto (Lei de Segurança interna)

LEI n.º 59/2007, de 4 de Setembro (Código Penal)

LEI n.º 48/2007, de 29 de Agosto (Código de Processo Penal)

LEI CONSTITUCIONAL n.º 1/2004, de 24 de Julho, 6ª revisão constitucional (Constituição da República Portuguesa)

Sítios consultados

<http://www.fbi.gov/> (consultado em Outubro de 2009)

<http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=29075> (consultado em Outubro de 2009)

<http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?sec=99> 10 de 2009 (consultado em Novembro de 2009)

http://www.adonaimedrado.pro.br/principal/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=88 (consultado em Janeiro de 2010)

<http://.wordpress.com/2009/10/05/violencia-psicologica/> (consultado em Janeiro de 2010)

http://www.mundofilosofico.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=148:violencia-moral-eou-psicologica&catid=6:educacao&Itemid=5 (consultado Março de 2010)

ANEXOS

ANEXO I – GRELHA DA ANÁLISE DE EXPEDIENTE

NUIPC: _____

NPP: _____

Caracterização da agressão:

1. Tipo de situação (violência doméstica, jogo de futebol, rixa de rua, etc.)?
2. Tipo de crimes em causa?
3. Tipo de intervenção (proactiva ou reactiva)?
4. Número de pessoas envolvidas na situação (nº agressores, de vítimas, de agentes, de testemunhas, etc.)?
5. Número de elementos agredidos?
6. Local da agressão (residência, edifício, escadas, átrio, rua, largo, praça, esquadra, etc.)?
7. Tipos de agressões?
8. Instrumentos de agressão?
9. Agressão ocorreu na sequência de voz de detenção/ outra circunstância?
10. Hora, dia da semana, mês, ano em que ocorreu a agressão?

Características do agressor nº1

1. Sexo?
2. Idade?
3. Estado civil?
4. Naturalidade?
5. Nacionalidade?
6. Habilitações literárias?
7. Situação profissional?
8. Profissão?
9. Membro de grupo/ gang?
10. Antecedentes criminais?
11. Sob influência de álcool/ outro tipo de substância?
12. Tipo de relação com agredido/ vítima/ outros intervenientes na situação?
13. Foi detido e foi formalmente processado?
14. Ficou em prisão preventiva ou foi alvo de outra medida?
15. Morada?

Características do agressor nº2 (e nº3, nº4, etc.)

16. Sexo?
17. Idade?
18. Estado civil?
19. Naturalidade?
20. Nacionalidade?
21. Habilitações literárias?
22. Situação profissional?
23. Profissão?
24. Membro de grupo/ gang?
25. Antecedentes criminais?
26. Sob influência de álcool/ outro tipo de substância?
27. Tipo de relação com agredido/ vítima/ outros intervenientes na situação?
28. Foi detido e formalmente processado?
29. Ficou em prisão preventiva ou foi alvo de outra medida?

Características do elemento policial agredido nº1

1. Sexo?
2. Idade?
3. Naturalidade?
4. Estado Civil?
5. Filhos? Quantos?
6. Habilitações Literárias?
7. Posto?
8. Tempo de serviço?
9. Tipo de serviço? patrulhamento apeado carro de patrulha
 patrulhamento à civil
 Sozinho acompanhado
10. Respondeu à primeira agressão?
11. Recebeu tratamento médico? De que tipo?
12. Recebeu apoio psicológico? De que tipo?
13. Recebeu apoio da hierarquia? De que tipo?
14. Esteve de baixa? Quanto tempo?
15. Outras consequências da agressão?
16. Agressões sofridas anteriormente?

Características do elemento policial agredido nº2

17. Sexo?
18. Idade?
19. Naturalidade?
20. Estado Civil?
21. Filhos? Quantos?
22. Habilitações Literárias?
23. Posto?
24. Tempo de serviço?
25. Tipo de serviço? patrulhamento apeado carro de patrulha
 patrulhamento à civil
 Sozinho acompanhado
26. Respondeu à primeira agressão?
27. Recebeu tratamento médico? De que tipo?
28. Recebeu apoio psicológico? De que tipo?
29. Recebeu apoio da hierarquia? De que tipo?
30. Esteve de baixa? Quanto tempo?
31. Outras consequências da agressão?
32. Agressões sofridas anteriormente?

Características de outras vítimas (se existirem) – nº1, nº2, etc.

1. Sexo?
2. Idade?
3. Estado civil?
4. Naturalidade?
5. Nacionalidade?
6. Habilitações literárias?
7. Situação profissional?

8. Profissão?
9. Membro de grupo/ gang?
10. Antecedentes criminais?
11. Sob influência de álcool/ outro tipo de substância?
12. Tipo de relação com agressor/ outros intervenientes na situação?
13. Também agrediu agressor ou elemento policial?

ANEXO II – OFÍCIOS

EXMO SENHOR DIRECTOR DO ISCP SI

ROBERTO DA FONSECA DOMINGUES, N.º 199/152247, Cadete-Aluno do 4.º ano do Curso de Formação de Oficiais de Polícia, vem por este meio, mui respeitosamente, solicitar a Vossa Excelência que se digne a autorizá-lo à consulta e visualização de material relevante relacionado com as agressões a elementos policiais aquando do desempenho de funções, a fim de realizar a dissertação de licenciatura do 5.º ano subordinada ao tema “Violência contra Polícias na Divisão Policial de Loures”. Para isto peço que me seja autorizado aceder aos Números dos Processos Policiais através do Núcleo de Operações do Comando Metropolitano de Lisboa.

O trabalho final de curso teria como objectivo estudar o perfil do agente agressor (características, local da agressão, motivos, circunstâncias, origem do agressor), analisando a evolução deste tipo de crimes e comportamentos a adoptar com o intuito de prevenir situações semelhantes e também aferir alguns aspectos e características dos elementos policiais que sofreram agressões, como por exemplo o sexo, a idade, as habilitações o estado civil, a antiguidade na função e categoria, o local de colocação, a avaliação de desempenho, etc.

Consideramos que o trabalho que se pretende agora realizar poderá num futuro próximo ir ao encontro dos interesses da Polícia de Segurança Pública no geral e do COMETLIS, no particular.

Pede deferimento,

Lisboa, 20 de Julho de 2009

Roberto da Fonseca Domingues

Cadete-Aluno n.º 199/152 247

EXMO SENHOR DIRECTOR DO ISCPSI

ROBERTO DA FONSECA DOMINGUES, N.º 199/152247, Cadete-Aluno do 4.º ano do Curso de Formação de Oficiais de Polícia, vem por este meio, mui respeitosamente, solicitar a Vossa Excelência que se digne a autorizá-lo à consulta e visualização de material relevante relacionado com as agressões a elementos policiais aquando do desempenho de funções, a fim de realizar a dissertação de licenciatura do 5.º ano subordinada ao tema “Violência contra Polícias na Divisão Policial de Loures”. Para isto peço que me seja autorizado aceder aos Números dos Processos Policiais através do Gabinete de Sistemas de Informação.

O trabalho final de curso teria como objectivo estudar o perfil do agente agressor (características, local da agressão, motivos, circunstâncias, origem do agressor), analisando a evolução deste tipo de crimes e comportamentos a adoptar com o intuito de prevenir situações semelhantes e também aferir alguns aspectos e características dos elementos policiais que sofreram agressões, como por exemplo o sexo, a idade, as habilitações o estado civil, a antiguidade na função e categoria, o local de colocação, a avaliação de desempenho, etc.

Consideramos que o trabalho que se pretende agora realizar poderá num futuro próximo ir ao encontro dos interesses da Polícia de Segurança Pública no geral e do COMETLIS, no particular.

Pede deferimento,

Lisboa, 20 de Outubro de 2009

Roberto da Fonseca Domingues

Cadete-Aluno n.º 199/152 247

EXMO SENHOR DIRECTOR DO ISCPSI

ROBERTO DA FONSECA DOMINGUES, N° 199/152247, Aspirante a Oficial de Polícia a frequentar o ÎSCPSI, vem por este meio, mui respeitosamente, solicitar a Vossa Excelência que se digne a autorizá-lo a realizar cerca de 6 a 8 entrevistas a elementos da Polícia de Segurança Pública, a trabalhar actualmente na Divisão de Loures, que sofreram agressões aquando do cumprimento das suas funções ou por causa delas, a fim de realizar a dissertação de Mestrado Integrado do 5.º ano subordinada ao tema “Violência contra Polícias na Divisão Policial de Loures”.

O trabalho final de curso teria por objectivo estudar em que circunstâncias ocorrem as agressões aos elementos desta Polícia também para tentar delinear estratégias preventivas para este tipo de situações. Verificar também que medidas são tomadas para a prevenção destes acontecimentos e que apoios são prestados ao elemento agredido.

Consideramos que o trabalho que se pretende agora realizar poderá num futuro próximo ir ao encontro dos interesses da Polícia de Segurança Pública.

Pede deferimento,

Lisboa, 13 de Janeiro de 2010

Roberto da Fonseca Domingues

Aspirante a Oficial de Polícia n.º 199/152 247

ANEXO III – ENTREVISTA Nº. 1

Anexo III. Entrevista 1.

Data: 19 de Fevereiro de 2010

Hora: 18h00

Boa tarde e antes de mais muito obrigado por me ter recebido.

Idade?

Tenho 26.

Tempo de serviço?

Aproximadamente 3 anos e meio.

Posto que ocupa?

Agente da PSP.

1 – Que tipo de ocorrência estava inicialmente em causa na altura em que foi agredido?

Foi uma situação em que estava de remunerado, no mini preço de Fetais, Camarate, um funcionário solicitou-me que identificasse uma senhora de etnia cigana por esta ter agredido a referida funcionária e ter, supostamente, algo que não se veio a apurar na altura, cometido um furto de um presunto. Não foi necessário solicitar a presença de um elemento feminino porque a suspeita em causa começou logo a gritar e a tirar a roupa toda em frente de toda a gente para mostrar que não tinha nada na sua posse e por isso não foi necessário fazer a revista, no entanto, depois foi necessário solicitar a identificação da mesma e foi o que despoletou o resto da ocorrência. Como estava a dizer atrás solicitei que a mesma desse a sua identificação e a mesma não quis facultar a identificação porque disse que não era culpada de nada. No entanto como já tinha agredido a funcionária, mesmo que nada tivesse furtado tinha de ser identificada e foi quando eu insisti que ela me desferiu dois socos no peito e me começou a injuriar.

2 – O que fez para pôr fim às agressões?

Agarrei nos braços da senhora e dei-lhe voz de detenção dizendo-lhe que estava detida por ter agredido um agente de autoridade. Depois algemei-a e pedi ao meu colega para chamar o carro de patrulha para que a senhora fosse transportada à esquadra a fim de ser identificada e também para fazer todo o expediente.

3 – O que esteve na sua opinião na origem das agressões?

Foi o facto de eu insistir em pedir a identificação à suspeita, mas eu estava só a fazer o meu trabalho, as pessoas é que não percebem isso.

4 – Quantas pessoas, incluindo polícias, intervieram na situação?

Era a suspeita do sexo feminino que estava acompanhada por outra mulher e eu estava acompanhado por um colega, porque ali os gratificados são sempre feitos por dois elementos. Quando eu abordei a senhora, o meu colega ficou com a outra para que esta não se intrometesse na situação, apesar da mesma nada ter feito. Eu fiquei com a outra senhora (suspeita) e algemei-a.

5 – Quais foram as consequências/danos que resultaram da agressão?

Danos físicos não foram nenhuns. Depois fiquei só, como dizer, fiquei um bocado constrangido e também foi um pouco uma humilhação porque as pessoas passavam na rua e viam uma mulher gritar contra mim e eu é que represento a autoridade, não é...foi uma das vezes em que tive de levar, mas mal pude reagir por ela ser mulher e o pior é que ela nem foi a tribunal ainda e isto já foi há mais de um ano.

6 – A violência que se despoletou atingiu mais alguém?

Bem, ela já tinha agredido uma funcionária, mas depois só me agrediu a mim e mais ninguém porque eu também logo lhe dei voz de detenção e algemei-a.

7 – Por parte da PSP, houve algum tipo de apoio depois da agressão? A nível financeiro, jurídico ou psicológico?

De momento a nível financeiro e psicológico não e acho que nem vai ser preciso. Esta foi uma situação que não foi das mais graves que já tive a nível de agressões, já tive outras muito piores, mais graves em que fiz recurso à arma de fogo e nunca, em nenhum dos casos tive apoio da PSP, apesar de nas outras vezes bem ter precisado.

8 – E pela hierarquia teve algum apoio?

Nesta situação não foi necessário e se calhar pela situação que foi o comandante achou que não devia ser preciso nada. Se eu precisasse, sinceramente não sei se existe algum apoio mas neste caso não foi preciso.

9 – Neste caso sentiu necessidade de meter qualquer tipo de baixa?

Não, não senti necessidade nenhuma.

10 – A Divisão em si, fornece algum apoio após o facto ocorrer? Sabe se existem procedimentos definidos?

Se existem eu não sei. Apesar de eu já ter tido situações mais graves e também sei de colegas que tiveram grandes problemas, nunca soube nada acerca disso. Acho mesmo que só existe a nossa camaradagem e amizade uns com os outros. Que eu saiba, mais nada.

11 – Acha que é possível evitar ou diminuir situações semelhantes no futuro? O que acha que se pode fazer para isso?

Olhe...aqui na Divisão, dado o tipo de pessoas que temos acho que é quase impossível, porque existem muitas pessoas de etnia cigana e de raça negra que não têm emprego há muito tempo, que não têm rendimento, menos aqueles que têm, nalguns casos dinheiro de proveniência menos lícita. Mas muita gente não nos vê com bons olhos por aqui. Tendo em conta a educação e a integração das pessoas será sempre complicado porque a agir assim contra nós a nossa actuação também tem que ser firme e portanto acho que é difícil lidar com isto doutra forma.

Em situações que temos com eles, descambam muitas vezes por causa deles porque por vezes nem sequer admitem a nossa presença e com a formação que têm é para nós difícil agir de outra forma. É complicado, com eles é complicado.

12 – Sentiu, na situação em concreto que possuía formação suficiente que lhe permitisse lidar com a mesma?

Eu julgo que sim, tendo em conta também o tempo que já estou aqui e todo o conjunto de ocorrências que já tive aqui que me deu algum traquejo. É sempre um local de muito trabalho e temos que ter sangue frio muitas vezes, porque somos sujeitos a injúrias e ameaças muitas vezes e nunca sabemos quem esta mesmo connosco ou contra nós. Já tive situações piores e até agora acho que sempre soube dar a volta por cima. Se isto tivesse logo acontecido ao sair da escola de polícia provavelmente teria tido mais dificuldade, mas assim não acho que tenha tido muitos problemas a lidar com esta situação em específico.

13 – Sabe qual foi a pena aplicada ao agressor, neste caso uma mulher?

Não sei, porque que a mesma não compareceu ainda a tribunal como foi notificada por mim para comparecer no tribunal no dia a seguir. Já tive informações por parte de um colega meu que me disse que existem notificações para cumprir em nome da senhora mas mais nada até ao momento, por isso não sei o que se vai passar.

ANEXO IV – ENTREVISTA Nº. 2

Anexo IV. Entrevista 2.

Data: 19 de Fevereiro de 2010

Hora: 18h30

Boa tarde, agradeço, uma vez mais, por se ter disponibilizado a ajudar-me para o meu trabalho final de curso.

Diga-me a sua idade?

27 anos.

Tempo de serviço?

2 anos.

Posto que ocupa?

Agente.

1 – Que tipo de ocorrência estava inicialmente em causa na altura em que foi agredido?

Uma Operação de fiscalização rodoviária, ao proceder à fiscalização de uma viatura o indivíduo começou inicialmente por me ameaçar para que não procedesse a nenhuma autuação e continuou com as ameaças e as injúrias durante um bom bocado de tempo.

2 – Perante a situação o que fez?

Tentei que ele parasse de me injuriar e ameaçar dizendo que estava a incorrer num crime e que eu o podia deter por isso. Ele disse que não lhe podia fazer nada e que não tinha medo de nós, nem do tribunal e continuou com as injúrias e com as ameaças referindo que quando me apanhasse na noite eu iria pagar por o que estava a fazer, entre outras coisas ainda menos próprias. Por causa disto dei-lhe voz de detenção. Depois quando estávamos a fazer o expediente, conseguimos ver que o indivíduo era segurança numa discoteca mas que não tinha licença nenhuma e que já estava referenciado no nosso sistema.

3 – Portanto diga-me o que esteve na origem da violência, verbal neste caso, contra si?

Foi por eu lhe querer passar um auto de 250 euros e porque também lhe ia apreender o carro, cumprindo com a lei.

4 – Sabe quantas pessoas tiveram intervenção nesta situação?

O indivíduo estava sozinho e estavam lá mais ou menos 16 polícias, mas comigo a fiscalizar só estava mais um. O Subchefe do meu grupo.

5 – Danos ou consequências que resultaram da agressão verbal houve alguma para si ou para outras pessoas?

Não, neste caso não. Só o mal-estar dos dias seguidos em que fiquei a pensar muito naquilo porque fui enxovalhado por fazer o meu trabalho e é chato. Há muitas pessoas que já não nos respeitam como polícias, não respeitam a nossa farda.

6 – A violência que se despoletou atingiu mais alguém?

Não, não neste caso.

7 – Recebeu ou foi-lhe proposto algum apoio psicológico neste caso em específico pela PSP?

Não, nada porque não achei necessário. Fiz o meu trabalho e fiquei, neste ponto, tranquilo. Tudo o resto já não é tanto comigo mas mais com o tribunal.

8 – Pela hierarquia recebeu algum apoio?

O Subcomissário falou comigo só para me perguntar se estava tudo bem e eu disse que sim. Mas foi mais numa de camaradagem porque já tive situações muito mais graves anteriormente e ninguém se chegou ao pé de mim para ver se eu estava bem, a não ser os meus colegas.

9 – Sentiu necessidade de meter baixa depois de a agressão ter ocorrido?

Eu no momento senti algum receio porque o indivíduo tinha um grande porte e pensei que algo de pior poderia acontecer mas depois nada aconteceu, e não meti qualquer baixa. No entanto quando cheguei a tribunal até senti vontade e queria ter metido baixa psicológica porque a Sr.(a) Procuradora quando eu fui a tribunal no dia seguinte, com o Subchefe, ela queria propor que o processo fosse arquivado sem ouvir ninguém. Chegou a dizer que foi tudo num momento de fúria do indivíduo e que não merecia outro fim se não o de arquivamento. E mais chocante para mim foi que disse que o Agente de Autoridade devia estar habituado à violência e que as injúrias e as ameaças não eram assim tão graves.

Então nós temos que ser injuriados e ameaçados todas as vezes que alguém se enerva! E depois chegamos a tribunal e ninguém é punido? Quer dizer quando somos nós, somos muitas vezes enxovalhados no tribunal e ainda vamos ao NDD e quando são as pessoas não se passa nada porque estavam num estado de fúria. Ainda por cima o indivíduo cometia outros crimes porque era segurança da noite sem licença do Ministério da Administração Interna e já tinha agredido a esposa dele em plena audiência de julgamento e por isso estava com 3 anos de pena suspensa. Mas não, a Sr. (a) Procuradora disse que ele era uma pessoa idónea e que por isso iria propor o arquivamento do processo. Eu metia baixa psicológica e pronto, só não o fiz pelos meus colegas e porque ainda tenho gosto em ser Polícia.

10 – A Divisão em si fornece nestes casos algum tipo de apoio? Sabe se existem procedimentos definidos para ajudar polícias agredidos?

Que eu tenha conhecimento não existe nada.

11 – O que considera necessário para evitar situações semelhantes no futuro?

Isto é uma pura falta de educação e também desrespeito pela polícia, pela autoridade do Estado e um sentimento de impunidade. Nós abordamos criminosos e eles dizem-nos que não têm medo porque nada lhes acontece! Este senhor nem a tribunal compareceu como estava notificado! Acho que ainda se ficou a rir. Eu é que ainda tive de ir a tribunal na minha folga e sempre que vou ao NDD também perco tempo e dias de folga. Para não falar do dinheiro que perco nas deslocações e nos custos de carro e afins. Acho que os cidadãos deviam ter mais civismo. Pode ser que o nosso Contrato Local de Segurança altere isso daqui a uns anos.

12 – Sentiu nesta situação que possuía formação em concreto para lidar com a mesma?

Sim. Acho que tive formação suficiente.

13 – Relativamente à pena aplicada à pessoa que o agrediu?

Ele nem compareceu a tribunal. Eu fui lá, como já disse, e para meu espanto quando cheguei lá foi-me dito que o processo iria ser arquivado por falta de desejar procedimento criminal. Mas no expediente estava lá que eu queria procedimento criminal contra o indivíduo, logo acho que ninguém leu o expediente que fizemos. Também no arquivamento dizia que o polícia tinha que estar habituado a conviver com a violência mas

isso é falso. Ninguém deve ser obrigado a conviver com a violência, nem os polícias, para mim este pensamento é completamente errado.

ANEXO V – ENTREVISTA Nº. 3

Anexo V. Entrevista 3.

Data: 19 de Fevereiro de 2010

Hora: 20h30

Boa tarde e antes de começar agradeço-lhe por me ter recebido.

Diga-me a sua idade?

27

Há quanto tempo é polícia?

4 anos e meio, 4 anos.

Posto que ocupa?

Sou Agente.

1 – Diga-me, que tipo de ocorrência estava inicialmente em causa na altura em que foi agredido?

A ocorrência foi um serviço de patrulhamento auto e verificamos 3 indivíduos de etnia Africana com características que correspondiam à de indivíduos que em dias anteriores efectuaram furtos na zona, então para tentar prevenir a continuidade destes furtos procedemos à abordagem dos 3 indivíduos. Basicamente foi uma abordagem preventiva de acções criminais que existiam naquela zona. Pedimos a identificação aos indivíduos, tentando manter um diálogo correcto com eles e questionámo-los se tinham tido conhecimento dos furtos que ali costumavam ocorrer. Mas os indivíduos começaram a ficar indignados, havendo um que trabalhava para a casa da cultura da localidade dizendo por isso que não era nenhum “mitra” que os polícias procuravam. Depois começaram a ficar exaltados, inclusive o mais forte deles que questionado à nossa central tinha diligências pendentes, motivo pelo qual falamos com ele porque tinha de ser conduzido à esquadra por causa das diligências pendentes que tinha, tentando que tudo permanecesse o mais calmo possível. O mesmo cooperou enquanto os outros 2 começaram a ficar muito exaltados pegando no telemóvel ao mesmo tempo que gritava “nos já vemos quem vai embora rápido, já chamamos o pessoal”. Depois metemos o indivíduo no nosso carro enquanto tentávamos acalmar os outros dizendo para eles irem embora calmamente. Mas eles não foram embora, e os amigos deles chegavam cada vez mais, já eram cerca de 15 e o

nosso reforço ainda não estava connosco. Começaram os ânimos a exaltar-se. Continuei a comunicar mas era uma zona onde os rádios não tinham muita cobertura de rede e tive de os chamar pelo meu telefone pessoal. O colega da central, muito depois, como sabia que estávamos a abordar os indivíduos solicitou mais meios para o local. Continuaram a surgir mais pessoas, começaram-nos a injuriar, a ameaçar que quando nós fôssemos “ao bairro eles nos limpavam” entre outras coisas mais graves. Um grupo de indivíduos chegou-se ao nosso jipe para nos desafiar e um deles veio direito a mim a injuriar-me cada vez mais e ameaçar-me. Quando chega ao pé de mim, sem eu estar a contar, desfere-me uma cabeçada e dois socos no peito.

2 – O que é que fez então para pôr cobro à situação?

Eu recuei, peguei no meu gás pimenta e mandei-lhe um esguicho para a cara e todos se afastaram. Ele ajoelhou-se, dei-lhe voz de detenção e procedi à algemagem do indivíduo uma vez que me tinha agredido, estando eu correctamente uniformizado e por isso ele sabia que eu era polícia.

3 – Portanto, diga-me o que é que originou a violência?

Foi nós abordarmos indivíduos que correspondiam às descrições que nós tínhamos de outros suspeitos que andava por ali a fazer uns furtos, porque aquela área é frequentada por pessoas idosas e por isso alguns criminosos aproveitavam-se deste facto para exercerem ali a sua actividade, digamos assim. E por ser uma hora que também correspondia às denúncias que tínhamos dos furtos e não ser habitual ver ali aqueles indivíduos, ainda por cima de capuz e gorros, abordámo-los.

4 – Quem interveio nesta ocorrência? Quantos indivíduos havia na altura em que foi agredido? E polícias?

Quando os abordamos éramos 2. Quando quisemos colocar o indivíduo que tinha diligências pendentes no carro, eles já eram à volta de 15. Depois foram chegando e quando apareceu o primeiro carro de patrulha já deviam ser à vontade uns 30 indivíduos. Inicialmente éramos 2 polícias. Depois apareceram 2 carros de patrulha, o primeiro quando um indivíduo tentava dar a fuga àquele que nós íamos conduzir à esquadra, o que tinha as diligências pendentes.

5 – Quais foram as consequências/danos que resultaram da agressão?

Desta situação eu sofri traumatismos torácicos e na cabeça. O meu colega aleijou-se na mão e ele ainda esteve uns dias de baixa. Fomos ao Curry Cabral

.

6 – A violência atingiu mais alguém para além dos elementos policiais?

Não, não, só foi os elementos policiais, até porque todos estavam contra nós.

7 – Que apoio recebeu ou lhe foi proposto após a agressão, quer a nível jurídico, psicológico ou financeiro pela PSP?

Nada. Nós depois fomos ao hospital receber tratamento no nosso carro próprio. E ainda temos que pagar as taxas moderadoras, mas eu não as paguei porque não acho que esteja certo. Já fui contactado outra vez para pagar estas taxas porque a PSP obriga-nos em primeiro a pagá-las e depois com a conclusão do processo, possivelmente, os arguidos, neste caso os agressores, vão ser obrigados a pagar-nos estas taxas moderadoras. Nem a farda danificada a PSP pagou!

Depois de serem libertados e notificados para comparecerem a tribunal no dia seguinte, passado umas horas os indivíduos detidos compareceram no mesmo departamento policial, fazendo-se acompanhar por advogados para apresentar uma queixa-crime contra mim e contra o meu colega, dizendo que tinham sido agredidos violentamente fora e dentro das instalações policiais, o que é totalmente falso. Por causa disto tive que convocar uma advogada pessoal, a pagar do meu bolso, uma vez que a Instituição não disponibiliza advogados para nós em tempo útil e capaz de nos ajudar como deve ser. Inclusive um partido político apresentou queixa-crime no Ministério da Administração Interna contra mim e contra o meu colega, sob as mesmas acusações que são falsas, de termos agredido violentamente pessoas detidas fora e na esquadra. Isto custou-me ainda mais porque é o próprio sistema que dá mais crédito a pessoas cadastradas do que polícias que representam o Estado, não é? Esta situação ainda está no IGAI, ao qual já foram chamados vários Agentes que viram bem que ninguém tocou nos detidos e que foi usada a força necessária para os deter. Mas os arguidos têm também uma testemunha que foi detido horas antes por colegas desta esquadra por exercer violência contra elementos desta polícia, que não estava presente, que nada viu, mas que serve como testemunha para eles. A testemunha já nem se encontrava na esquadra, segundo o livro de detidos que temos e que confirma a nossa versão dos factos, quando os detidos que apresentaram a queixa deram entrada na neste departamento policial.

8 – Foi-lhe fornecido algum apoio pela hierarquia? De que tipo?

Pela hierarquia mais próxima foi-me dado aquele apoio, a nível do companheirismo, mas a nível institucional não houve qualquer apoio.

9 – Aquando da agressão sentiu necessidade de meter baixa?

Senti, mas devido ao serviço e até à gravidade da situação não ter sido extremamente complicada não meti. Apesar de estas situações mexerem sempre com a gente mas não cheguei a ter a coragem de meter baixa e ficar longe do serviço.

10 – A Divisão em si, fornece algum apoio após o facto ocorrer? Existem procedimentos definidos?

Até ao momento que eu saiba não há nenhum apoio relevante. Apenas se procede à abertura de processo disciplinar e processo de sanidade, mas nunca me foi perguntado se precisava de algum apoio. A nível pessoal, há sempre apoio se estamos mais perto ou se lidamos mais perto da hierarquia, mas se não, acho que não há qualquer tipo de apoio. Ainda por cima tenho que ir por meios próprios ao Núcleo de Deontologia e Disciplina e por vezes em dias de folga.

11 – O que considera necessário para evitar situações semelhantes no futuro? Agressões psicológicas e físicas?

O que se sente aqui é, a meu ver, a sensação de impunidade dos indivíduos que nos agredem, nomeadamente a maioria dos processos, de que eu tenha conhecimento arquivam ou então quando são julgados é passado muito tempo e depois os elementos policiais não conseguem ter presente tudo aquilo que se passou. Esquecem-se se calhar de pormenores relevantes para o processo e o facto de eles não serem condenados pensam que nada lhes acontece e não pensam duas vezes da próxima vez que tiverem de nos agredir ou injuriar. Acho que ao continuar-mos assim não existe qualquer autoridade que os faça temer um bocadinho, para eles a justiça não é problema.

12 – Sentiu, na situação em concreto, que possuía formação suficiente que lhe permitisse lidar com a mesma?

Em termos de formação acho que estamos preparados, não a 100%, mas temos alguma e depois com a experiência que adquirimos ao longo do tempo vamos ficando cada vez mais preparados acho eu. No entanto acho que deveríamos ter mais acções formativas

e mais treino sobre actuações na rua, cursos de técnica e defesa policial, acho que era benéfico. A nível de meios materiais acho que não estamos assim tão bem preparados, mas a nível profissional acho que, apesar destas situações difíceis consegui sair por cima, não foi fácil, mas consegui.

13 – Qual foi a pena aplicada à pessoa que o agrediu?

Segundo a proposta do Procurador é para ser arquivado apesar de ainda não ter sido sentenciado pelo Juiz, a proposta é de arquivamento, por falta de provas e por falta de indícios.

ANEXO VI – ENTREVISTA N°. 4

Anexo VI. Entrevista 4.

Data: 26 de Fevereiro de 2010

Hora: 22h30

Boa tarde Sr. Agente e desde já obrigado por me conceder esta entrevistas.

Idade?

27

Tempo de serviço?

2 anos e meio

Posto?

Agente

1 – Que tipo de ocorrência estava inicialmente em causa na altura em que foi agredido?

Foi um assalto com arma branca a um colega, onde lhe roubaram uma quantia monetária de 50 euros, um telemóvel, a arma de serviço, que era uma Glock já das novas, bem como a carteira profissional. Depois, a Central deu para toda a rede, começaram a avançar os meios da nossa Divisão e de outras esquadras a tentar cercar os indivíduos, cerca de 5 de etnia cigana que se tinham colocado em fuga para um bairro que era nosso conhecido. Entretanto eu como conhecia bem a área fui por estradas secundárias para tentar apanhar os indivíduos de frente. Quando me apercebi dos indivíduos de frente, porque me apareceram de frente, tentamos barrar-lhes o caminho. Aí eles viraram imediatamente a esquerda para uma rua sem saída. Seguimos no seu encalce, imediatamente após sair da viatura policial gritei “polícia!”, “parem polícia!”. Aí eles saíram do carro ainda em andamento ficando lá dentro apenas um. Um deles que tinha a Glock do colega virou-se logo para mim e fez dois disparos na minha direcção, um acertou perto da perna e outro passou-me muito perto da cabeça porque senti o barulho muito perto e ouvi o barulho numa vedação que estava por detrás de mim.

2 – O que é que fez para tentar pôr cobro à situação?

Ainda consegui disparar dois tiros de shotgun, porque eu saí do carro de shotgun para tentar intimidar os indivíduos para ver se os conseguia apanhar ali todos perto da viatura. Mas foi impossível também porque um deles logo disparou contra mim. Entretanto eu faço dois disparos de shotgun e o indivíduo vira-se para a frente e começa a correr mas

sempre com a arma apontada a nós e a disparar. Entretanto a viatura deles como ficou destravada por eles saírem à pressa em andamento, deslizou para trás e apercebi-me que estava lá dentro um suspeito. Vieram logo dois colegas que conseguiram tirar e manietar logo este indivíduo. A viatura deles ao descair ia atropelando um destes colegas porque eles não se aperceberam que o carro estava destravado e eu gritei “cuidado com o carro” para ele se desviar. Entretanto começo a perseguição a pé aos indivíduos e com a ajuda de um colega conseguimos apanhar e manietar um suspeito que estava a fugir por entre as canas. Este ofereceu muita resistência pelo que fiquei com a perna, na tíbia, magoada e também magoei o pulso enquanto estava a manietar e ainda quando estava a correr no terreno baldio cheio de canas de cerca de cinquenta centímetros magoei-me na unha do pé direito. Entretanto conseguimos apanhar estes dois, ainda tentei ir mais à frente à entrada do bairro mas comecei a ouvir muitos disparos que vinham de armas diferentes e por isso tive de recuar. Nesta altura já tinha chegado o nosso piquete e os furões da terceira Divisão, para apoiar. Montamos imediatamente um perímetro e do lado de dentro do interior do bairro continuavam a ouvir-se vários disparos de várias armas diferentes, já não era só a do colega. Entretanto conseguimos falar com uma cigana idosa que vivia no bairro que disse que trazia a arma que procurávamos. Ela foi então ao interior do bairro, trouxe a arma sem dizer nunca quem é que a tinha.

3 – O que esteve na origem da violência que se gerou?

Penso que foi aquilo que eles sentem contra a gente. Já quando roubaram a arma ao colega um deles disse “mata que é bófia” e quando dispararam sobre mim foi porque estavam a tentar fugir mas também tinham clara intenção de me acertar e até matar. Porque se fosse só para fugir atiravam, o suspeito que tinha a arma atirava mais para o lado só para me assustar ou para o ar, sei lá, e não claramente na minha direcção como o que aconteceu. Foi mesmo com intento de acertar.

4 – Sabe quantas pessoas entrevistaram na ocorrência? Entre polícias e suspeitos?

Bem, os indivíduos eram cinco e polícias, inicialmente éramos 2, depois apareceram mais 2 e algum tempo depois o piquete e os furões por isso nessa altura já devíamos ser uns 12 ou 14.

5 – Quais foram as consequências/danos que resultaram das agressões?

Eu aleijei-me, como já disse na tibia, no pulso e na unha do pé. O meu outro colega deslocou o pulso e o terceiro polícia magoou-se num dos braços e numa das pernas. Ainda houve danos na viatura policial, o “72.39 ALPHA”, porque o “OPEL CALIBRA” que serviu para a fuga dos indivíduos quando estava destravado ainda veio embater na viatura policial. Este carro também ainda bateu contra a parede. A minha farda policial, mais as calças ficaram completamente inutilizáveis, e claro, tive de ser eu a comprar outro par de calças.

6 – A violência que se despoletou atingiu mais alguém?

Atingiu-me a mim e a mais dois colegas. Nós os três tivemos que receber tratamento hospitalar.

7 – Que apoio recebeu ou lhe foi proposto após a agressão, quer a nível jurídico, psicológico ou financeiro pela PSP?

Até ao momento nenhum tipo de apoio me foi proposto. Apenas fui chamado, há bem pouco tempo, passado oito ou nove meses da ocorrência à nossa investigação criminal para depor. Para além disso chegaram-me agora as custas do hospital e tenho-as por pagar.

8 – Foi-lhe fornecido algum apoio pela hierarquia?

Não. Mas...os colegas dão sempre apoio nestas situações. Mas pelos postos mais altos aqui na Divisão nada.

9 – Sentiu necessidade de meter baixa após a agressão?

A nível psicológico passei 2 ou 3 dias bastante mal, as duas semanas a seguir custaram-me bastante porque estava sempre a pensar naquilo ou no que poderia ter acontecido, mesmo porque eu não trazia vestido o colete à prova de bala. O colete estava no carro mas se perdesse tempo a vesti-lo iria perder os suspeitos, portanto era ou o colete ou os suspeitos. A nível físico até na condução eu tinha dificuldade, nos dias logo a seguir ao que aconteceu mas não meti baixa porque não...acho que não conseguia, sei lá...só se tivesse mesmo sem capacidade total para o serviço. Mas claro que pensei muitas vezes em meter baixa.

10 – A Divisão em si, fornece algum apoio após o facto ocorrer? Sabe se existem procedimentos definidos?

Desconheço. A mim nunca me chegou nada e não tive conhecimento noutras situações com colegas que houvesse algum tipo de procedimento pela Divisão.

11 – O que considera necessário para evitar situações semelhantes no futuro? Agressões verbais e físicas?

Nós temos uma área muito complicada. Para evitar seria mesmo preciso reforçar, tanto em meios materiais como em meios humanos.

12 – Sentiu, na situação em concreto, que possuía formação suficiente que lhe permitisse lidar com a mesma?

Quanto à formação eu penso que apesar de nunca ter experimentado uma situação como esta, não consegui ultrapassá-la sem dificuldade mas consegui lidar com ela e com a ajuda dos colegas e sobretudo dos colegas mais antigos acho que se torna um pouco mais fácil ultrapassar este tipo de situações bastante traumáticas. Mas acho que deveríamos ter mais prática e formações, como o curso de técnicas de intervenção policial e assim porque seria muito bom para a nossa actuação na rua no dia-a-dia e neste tipo de situações mais complicadas também.

13 – Qual foi a pena aplicada às pessoas que conseguiram deter?

Portanto, um deles está com apresentações diárias na Esquadra de São João da Talha, apesar de todos os indivíduos estarem já referenciados pela polícia por roubos e assaltos à mão armada, e o outro ficou a cumprir um mandado de dezoito meses que tinha pendente, emitido no Peso da Régua. O julgamento ainda está a decorrer.

Num caso destes acho que é inadmissível uma pessoa que é capaz de roubar com violência e atirar a matar contra alguém tenha como medida de coacção apresentações. Por isso é que existe este sentimento de impunidade que os criminosos sentem.

Nunca conseguimos que os arguidos dissessem quem eram os cúmplices que fugiram e é num dos muito aspectos que, na minha opinião, falha a nossa justiça.

ANEXO VII – ENTREVISTA Nº. 5

Anexo VII. Entrevista 5.

Data: 26 de Fevereiro de 2010

Hora: 23h00

Boa tarde e muito obrigado por me conceder esta entrevista.

Idade?

27 anos.

Tempo de serviço?

Três anos e 6 meses.

Posto?

Agente.

1 – Qual foi o tipo de ocorrência que esteve inicialmente em causa na altura em que foi agredido?

Violência doméstica. Tivemos uma chamada da central em que deu violência doméstica. Fomos então contactar com a vítima fora da residência, porque encontrava-se um pouco longe da residência. Chegados ao pé da vítima ela comunicou-nos que o marido não a deixava entrar em casa e que a tinha injuriado naquele dia e também era costume infligir-lhe maus tratos físicos. Como tal deslocámo-nos a casa da vítima a fim de proceder à identificação do senhor e saber o que é que se passava em concreto. Chegámos lá, o senhor estava visivelmente alcoolizado e muito exaltado. Começou logo a gritar com a esposa e a dizer “agora trazes-me para aqui a polícia, fazes este aparato todo”. Para evitarmos o prolongar dos confrontos verbais entre o marido e a mulher pusemo-la dentro do carro de patrulha e tentámos falar calmamente com o senhor para também mostrar alguma imparcialidade.

Pedimos-lhe o bilhete de identidade, dissemos-lhe que também queríamos ouvir a versão dele e ele começou a acalmar. Facultou-me o B.I, mas de repente, não sei o que lhe deu, começou a gritar outra vez “eu não quero saber nada isto”, “metam-se na vossa vida”, “vão-se embora daqui!”. Posto isto, o senhor virou-se rapidamente para fechar o portão, eu para não o deixar ir coloquei o meu pé de modo a que ele não conseguisse fechar o portão e ele virou-se logo para mim e desferiu-me um murro na zona das costelas. O meu colega

deu-lhe logo voz de detenção e envolvemo-nos em confrontos para tentar algemar o indivíduo e colocá-lo no carro de patrulha a fim de o levar para a esquadra. Não foi fácil, devo dizer que não foi fácil, pois o senhor era bem robusto e ofereceu muita resistência.

2 – O que fez para pôr cobro à situação?

Como disse, o meu colega deu-lhe voz de detenção e o senhor foi algemado e conduzido à esquadra. Ainda ofereceu resistência porque ele não queria sair dali, não queria entrar no carro de patrulha, começou a gritar, “Acudam!”. Finalmente colocámo-lo no carro de patrulha e levámo-lo para a esquadra.

3 – O que é que esteve na origem da violência?

Eu acho que foi sobretudo o álcool que ele tinha já ingerido porque via-se visivelmente que estava completamente alcoolizado.

4 – Quantas pessoas intervieram na ocorrência? Polícias e civis?

Portanto, só éramos 2 polícias, ele, o agressor, e a mulher.

5 – Quais foram as consequências que resultaram da agressão?

Dores fortes nas costelas, no local onde ele me acertou. Tive estas dores durante uma semana e tal. O meu colega numa das mãos devido à resistência que o indivíduo ofereceu na algemagem.

6 – A violência que se despoletou atingiu mais alguém?

A esposa, pelo que sei, sofria de asma e também começou a sentir-se mal, parece que começou a faltar-lhe o ar quando estávamos a colocar o indivíduo no carro, mas não passou disso.

7 – Recebeu algum apoio da Instituição após a agressão, a nível jurídico, psicológico ou financeiro?

Nada, nada. Foi aberto um processo de sanidade, o qual ainda esta a decorrer. No tribunal é que nos perguntaram se tinha havido custos da nossa parte e disseram-nos para os entregar lá, até porque tínhamos desejado procedimento criminal contra o suspeito, mas na altura, nós é que tivemos de pagar as contas de hospital. Eu fui fazer um exame à zona das costelas. E até agora continuo sem receber nada.

8 – Foi-lhe fornecido algum apoio pela hierarquia?

A única pessoa que pode ter perguntado algo foi o comandante directo, aqui da esquadra. Perguntou o que tinha acontecido, qual tinha sido a situação e se estava tudo bem.

9 – Sentiu necessidade de meter baixa após a agressão?

Naquele momento não me doeu muito mais. Mas nos dias seguintes sim, ainda me doeu um pouco. No entanto a dor era suportável e por isso decidi continuar a trabalhar. Ainda pensei em meter uns dias de baixa, o resto da semana, mas acabei por não o fazer.

10 – A Divisão em si, fornece algum apoio após o facto ocorrer? Existem procedimentos definidos para este tipo de casos?

Desconheço. Até ao momento, e falo por mim, não é a primeira vez que sou agredido e no entanto nunca tive conhecimento se existe alguma coisa, mas nunca nada disso chegou até mim.

11 – O que considera necessário para evitar situações destas no futuro na Divisão? Agressões verbais e físicas a agentes da autoridade.

É complicado porque esta área tem muitos imigrantes e como imigrantes que são, na sua grande maioria africanos, têm culturas diferentes. A cultura e a visão que têm da polícia lá são completamente diferentes. Lá têm muito poucos direitos enquanto aqui apanham-se com estes direitos todos, esquecem-se que também têm deveres, e portanto acham que podem fazer tudo e, pior de tudo, têm um grande sentimento de impunidade. O sentimento de impunidade perante a justiça também se propaga aos portugueses, porque não são só os estrangeiros que cometem este tipo de ilícito, não é? Acho que à grande maioria pouco lhes acontece quando agredem um polícia e eles sabem, que infelizmente, é assim. O que eu sei é que o que se diz, quando há uma interacção entre o cidadão e a polícia antes da agressão, raramente o cidadão é punido por agredir o agente de autoridade, exactamente por já ter havido esta interacção e porque o polícia deve, supostamente, estar habituado a lidar com este tipo de situações, o que acho inadequado e errado, mas é assim que a nossa justiça está.

12 – Sentiu, na situação em concreto, que possuía formação suficiente para lidar com a mesma ou sentiu dificuldades?

Alguma, não toda e sobretudo porque era uma situação de violência doméstica que são por si só sempre delicadas, mas alguma. Mais pela experiência que já tenho enquanto polícia do que propriamente enquanto a formação que tive para o ser. Mas acho que se podia fazer muito mais, em termos de formação, e repito, em situações de violência doméstica por ser uma situação tão delicada em que há sempre tanto em jogo e pelo trabalho difícil que nós temos de desempenhar nestas situações.

13 – Qual foi a pena aplicada à pessoa que o agrediu?

Nenhuma. Ele ainda não compareceu a nenhuma audiência e eu já o vi várias vezes. Inclusive já falei com ele e nada. Disse-me que não vai a nenhuma audiência apesar de ter recebido já várias notificações para comparecer em tribunal. Não quer saber. Lá está a razão de existir o tal sentimento de impunidade de que há pouco se falou.

ANEXO VIII – ENTREVISTA N.º 6

Anexo VIII. Entrevista 6.

Data: 24 de Março de 2010

Hora: 09h30

Bom dia Sr.^a Subcomissário, antes de mais, obrigado por me receber e dar esta entrevista.

1 – Na Divisão Policial de Loures as agressões a elementos policiais constituem, na sua opinião, um problema? Porquê?

Constituem sempre um problema, primeiro porque é agressão a um elemento policial e a gente sente isso, segundo porque temos muitos bairros problemáticos na Divisão com minorias muito problemáticas, e se já por si um polícia que nunca sofreu uma agressão já vai para aqueles locais com um pé atrás, passo a expressão, então um elemento policial que já foi agredido para o sítio onde vai ou onde é chamado já vai com aquele sentimento de revolta e não é isso que a gente pretende dos elementos policiais. As agressões levam a isto mesmo, leva a que quando um polícia vai para um local onde foi agredido já vai com o sentimento de revolta, já não vai “limpo”, por assim dizer.

2 – Relativamente ao treino e formação dos elementos policiais, acha que os mesmos têm formação suficiente nesta área?

Têm formação suficiente, não têm, é prática suficiente depois para a formação que tiveram, pura e simplesmente não praticam. Por exemplo, o Curso de Técnicas de intervenção policial, que é de 15 dias intensivos, somos formatados naquela formação para saber-mos como actuar cá fora na vida real, no entanto, quando chegamos cá fora, vêem-se elementos que acabaram vir deste curso e que parece que nunca lá estiveram, não faz nada daquilo que aprendeu. Acho que só depois de as coisas acontecerem é que o elemento policial começa a ter mais cuidado com os procedimentos. E é para detectar estas falhas que os Oficiais e Superiores servem, para colmatá-las e avisar os Homens.

3 – Tem sido realizado algum esforço para tentar diminuir as agressões contra elementos policiais? Delinear, por exemplo, estratégias de prevenção?

Quando se prepara uma Operação na Divisão de Loures, faz-se sempre um briefing e a gente batalha muito nisto, ou seja, na segurança dos elementos. Chamamos a atenção para os cuidados que devem ter, vezes sem conta. Mais chamadas de atenção do que os elementos da Divisão já têm nós, os Oficiais da Divisão não lhes podemos dar, porque não depende de nós. No artigo 7º do antigo Estatuto dos elementos policiais diz lá que a formação é contínua, mas é o próprio elemento policial que tem também que investir na sua própria formação. Acho que não pode ser só a própria PSP a investir na formação, o polícia também tem de investir. No entanto, nós não temos, apesar de achar que devíamos ter defesa pessoal e defesa policial ao longo do tempo. Acho que isto é uma vertente que faz muita falta e onde a Polícia deveria investir para a própria segurança do polícia. Aqui só temos cursos para o intelecto e não para a parte física, tirando evidentemente, na Unidade Especial de Polícia. O pouco que nós temos na Polícia a nível deste tipo de formação será o Curso de técnicas policiais que dá uma boa bagagem mas que é apenas uma vez, não se pratica depois, não há continuidade. Isto falha-nos mas nunca depende só da Divisão, há mais hierarquias e depende mais deles do que propriamente de nós. Mas é claro que os postos hierárquicos superiores têm que alertar o pessoal para ter mais e mais cuidado na forma de actuar.

4 – Existem alguns procedimentos na Divisão para situações em que elementos são agredidos?

O “Peer Suport” (suporte social interno) muito importante, na minha opinião para casos de violência contra o elemento policial, consiste em antes de mandar o polícia agredido para o psicólogo, apoiá-lo entre os pares, são os próprios colegas e o Comandante da Esquadra, o que sabemos que nem sempre assim é, em relação ao Comandante, preocuparem-se com o elemento e ajudá-lo. Os próprios colegas devem falar com o elemento agredido e dar-lhe apoio, porque podem saber o que aquela pessoa está a sentir, por já terem sido agredidos em outras ocasiões. Por outro lado, também existem aqueles elementos policiais que não gostam nem admitem a ninguém que lhes perguntem se estão bem, só para não dar parte fraca. Sentem-se muitas vezes diminuídos por lhe fazermos uma pergunta, sendo, por exemplo, um Comandante de Esquadra com 25 anos a fazer uma pergunta deste tipo a um Agente Principal de 40 anos. O facto de estarmos a lidar com seres humanos diferentes, com diferentes educações, dificulta o processo de ajuda. Nós, Oficiais e comandantes temos que encontrar a melhor forma de ajudar o elemento policial. O apoio do Comandante de Esquadra é muito importante, como o dos colegas, porque se o

Comandante de Esquadra disser que são coisas que acontecem, que fazem parte do dia-a-dia, pode fazer com que os elementos policiais se possam sentir desamparados, sem apoio. Acho que neste aspecto, os Comandantes de Esquadra deveriam ter mais formação, para saberem como chegar ao elemento, como o ajudar. O próprio “Peer Suport” defende que não basta só a experiência da pessoa, também se tem de ter formação.

5 – A Divisão em si ou a própria Polícia fornece ou propõe algum apoio aos elementos agredidos? A nível jurídico, psicológico ou financeiro?

A nível financeiro é normalmente a PSP que paga por exemplo as custas do Hospital, mas para isto os elementos têm que dizer que se feriram em serviço e depois, o Hospital enviará as custas à própria PSP. No entanto o que se nota é uma falta de formação e de conhecimento acerca destas matérias pelos elementos policiais agredidos e mesmo dos comandantes de esquadra que não informam os seus elementos sobre estas situações. Por exemplo, a nível de fardamento rasgado nas agressões e afins, aí é o elemento policial que tem de comprar um novo fardamento porque aí, e mal, a PSP não paga nada.

A nível jurídico, primeiro é obrigatório e todos os Comandantes de Esquadra da Divisão de Loures foram avisados que é necessário no Auto de notícia por detenção vir que o polícia deseja procedimento criminal, caso contrário o processo é logo arquivado. A nível de apoio judiciário, tem de ser requerido ao Director Nacional, o que demora tempos e tempos e automaticamente é aberto um processo disciplinar ou de averiguações a nível interno. Mas aqui à falta de informação do nosso pessoal e dos próprios comandantes que não sabem e que por isso não informam o efectivo.

6 – O apoio prestado ou proposto aos elementos agredidos é, na sua opinião, suficiente?

Não. E aqui devemos incidir sobretudo no apoio entre pares e no apoio pelo Comandante de Esquadra, o tal “Peer Suport”. Porque com o trauma psicológico que pode causar, se o elemento policial não for ajudado pode, da próxima vez que for ao local contactar com pessoas ou com a pessoa que o agrediu e de certeza que vai ter uma actuação mais rude e até, quem sabe, desproporcionada. E temos ainda que ter consciência que os elementos policiais agredidos, maioritariamente Agentes, passam os seus dias de trabalho na rua e muitas vezes nos mesmos locais. E se uma pessoa fica psicologicamente afectada, da próxima vez poderá cometer excessos ou poderá ir para o local completamente desmotivada.

7 – Alguma vez, recebeu como Comandante da área Operacional, algum tipo de reclamação do efectivo queixando-se de falta de apoio?

Não. Como Chefe da área Operacional não.

8 – Considera as penas aplicadas aos agressores, relativo à violência contra polícias, suficientes e adequadas?

Não. É muito desmotivante para todas as polícias e sobretudo para o elemento policial. Um exemplo, o qual bem me recorde e que nunca esquecerei foi que um indivíduo agrediu um polícia com um pontapé na cabeça, deixando o polícia em coma e ao ser presente a tribunal, o Juiz deu-lhe um mês para pensar naquilo que tinha feito e trazer, passado um mês, uma explicação plausível ao tribunal sobre o seu acto. Outro exemplo, um indivíduo que agrediu um polícia, partindo-lhe o nariz com uma cotovelada foi presente a tribunal e não lhe aconteceu nada para além de lhe ter sido imposto como medida de coacção Termo de Identidade e Residência. Por isso não, não concordo com as penas que (não) são aplicadas.